

Plano de Atividades e Orçamento 2025 - 2027



CORPOS SOCIAIS DA EDM

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Tânia Isabel Branco de Jesus

Conselho de Administração

Presidente – Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus Vogal – Zélia do Rosário do Rosário do Vale Estêvão

Fiscal Único

Efetivo: por CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC inscrito na Ordem com o nº125 e representada pelo Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, com inscrição na Ordem com nº 828.

Suplente (ROC): Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais com inscrição na Ordem nº 1265

©EDM_16/11/2023



Plano de Atividades e Orçamento 2025 – 2027

Índice

1		Nota	a Prév	via	1			
2		Introdução						
	-		•	utura do Plano de Atividades e Orçamento				
2.2				cterização da Empresa				
		2.2.1		Visão				
2.2.2		2	Missão					
		2.2.3	3	Valores	4			
	2.2.4		1	Modelo de Negócio	4			
		2.2.5	5	Recursos Humanos	5			
2.2.6		5	Resumo Financeiro	5				
2.3 O A		O Ar	no de 2024	5				
	2.	4	O Pla	ano de Atividades e Orçamento para 2025	5			
3 A Estraté		traté	gia de Médio Prazo	e				
		Dom	nínios de Intervenção	e				
	3.	2	Estra	atégias e Objetivos	7			
	3.2.1		L	Domínio dos Recursos Minerais	7			
	3.2.2		2	Domínio da Remediação Ambiental	7			
	3.2.3		3	Domínio do Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)	8			
		3.2.4		Domínio da Sustentabilidade	8			
	3.	3	Orie	ntações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado	9			
	3.4	4	Orie	ntações para a participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA	9			
	3.	5	Indio	cadores e Metas	. 10			
4 Plano de Atividades		o de	Atividades	. 11				
	4.	1	Enqu	uadramento Geral da Plano de Atividades e Orçamento	. 11			
		4.1.1		Particularidades do Posicionamento Estratégico				
	4.	2	Ativi	idades a Desenvolver				
		4.2.1		Recursos Minerais	. 14			
		4.2.2		Remediação Ambiental				
		4.2.3		Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica				
		4.2.4		Sustentabilidade				
5		Plan	o de	Investimentos	. 81			

	5.1 no trié	5.1 Síntese dos Investimentos e fontes de financiamento estimados em 2024 e previsto triénio 2025-2027				
6	Rec	ursos	Humanos	87		
	6.1 Nú		mero de Efectivos			
	6.2	Gas	tos com Pessoal	88		
7	Info	Informação Financeira				
	7.1	Orientações gerais e estrutura do Plano de Atividades para 2025				
	7.2	Orie	entações Financeiras para o Triénio 2025-2027	90		
	7.3	Den	nonstrações Financeiras	92		
	7.3.	1	Resumo das Demonstrações Financeiras	92		
	7.3.	2	Balanço	93		
	7.3.	3	Demonstração de Resultados por Natureza	94		
	7.3.	4	Eficiência Operacional	95		
	7.3.	5	Evolução de Rubricas Específicas dos Fornecimentos e Serviços Externos	96		
	7.3.	6	Endividamento	97		
	7.3.	7	Indemnizações Compensatórias e Subsídios	97		
	7.3.	8	Demonstração dos Fluxos de Caixa	98		
	7.3.	9	Orientações para o Triénio 2025-2027	98		
	7.3.	10	Rácios Financeiros	99		
	7.3.	11	Acompanhamento e Controle	100		
8	Oua	dro 9	Síntese de Autorizações Requeridas	101		

1 Nota Prévia

O presente Plano de Atividades e Orçamento para 2025, adiante designado por PAO_2025, continua a basear-se, principalmente, nos princípios orientadores e nas ações norteadoras da empresa. Foi dado cumprimento às instruções emanadas por despacho, de 13 agosto, da Direção — Geral do Tesouro e Finanças, quanto à apresentação, estrutura e obrigações a observar, que se encontram vertidas, em documento próprio, em http://www.dgtf.pt/Homepage.

O PAO_2025 está particularmente associado à progressiva execução de um conjunto alargado de investimentos, aqui refletidos no presente Plano, decorrentes do contrato de concessão do estado com a EDM para a reabilitação das antigas áreas mineiras abandonadas e sua monotorização, maioritariamente financiados pelo PT2030

Do mesmo modo, na área de intervenção nas pedreiras em situação crítica, teremos o reforço das medidas no que respeita à execução das intervenções estruturais em pedreiras em situação crítica em incumprimento e continuidade na legitimidade no pedido de devolução das verbas despendidas a título subsidiário, de acordo com a prorrogação do Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), que resultou da RCM n.º 138/2023, de 3 de novembro, financiado pelo Fundo Ambiental e no PT2030, e que vigorará até 2026,

Em 2025, pretende-se dar continuidade ao Protocolo de Colaboração Institucional com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), cujo o objeto tem por base a cooperação entre as duas entidades e os procedimentos a adotar na prossecução conjunta das atividades a desenvolver no domínio técnico, científico e operacional de interesse comum, designadamente em matéria de promoção, comunicação e imagem do setor, de investigação, desenvolvimento e inovação, de conservação e monitorização em matérias e áreas de interesse conjunto, nomeadamente na descoberta, manutenção e valorização de recursos geológicos, bem como noutras que se insiram nas atribuições e competências que estão atribuídas.

Na linha do Plano anterior e depois de um investimento muito significativo da EDM, na ordem dos 33M€, na recuperação ambiental da Urgeiriça, mantemos a perspetiva de que com as várias iniciativas de interação com os diversos atores da administração local, regional e académicos, valorizarmos aquele património, abrindo a oportunidade estratégica para a potenciação de novas funcionalidades, sejam ao nível da produção de conhecimento e de investigação cientifica aplicada, na preservação da memória e identidade ou na dinâmica turística industrial.

No que respeita à área dos recursos minerais, a empresa continua a confrontar-se igualmente com momentos de elevada importância estratégica, e no continuo trabalho de valorização e alavancagem do conhecimento geológico, continuando a investir na investigação e pesquisa de novas áreas.

Ainda na vertente de promoção do setor, a EDM pretende reforçar os meios e os recursos que permitam uma maior partilha e visibilidade da plataforma de cooperação para a



comunicação do setor e no Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, juntamente com os demais parceiros.

Neste sentido, a empresa vive um momento de enormes desafios e sublinha-se, novamente, a especificidade da atividade da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM) decorrente da sua própria Missão, que envolve investimentos de natureza muito peculiar que não podem ser apreciados pelos seus resultados económicos e financeiros (rentabilidade medida por indicadores como a TIR ou o VAL) como sucede na generalidade dos investimentos empresariais. São atividades que se revestem de manifesto interesse público e de um elevado grau de imprevisibilidade (exemplo do impacto da venda da área do Gavião à Almina, em 2022) e de recato negocial, nomeadamente no âmbito da atividade da área mineira. O mesmo se aplica ao caso da remediação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas, por estar em causa a segurança e saúde das pessoas, dos animais e do ambiente, e que ao Estado cabe assegurar, através da atuação da EDM como operadora do Estado em regime exclusivo, e com relevância no caso das áreas mineiras dos radioativos emanadas pelas exigências da EURATOM.

A concretização dos objetivos e das ações deste PAO_2025, referentes às atividades de remediação ambiental, continuam fortemente dependentes de condicionantes externas à gestão da EDM relacionadas com a disponibilidade de dotações dos Fundos Estruturais (PT 2030), que estarão a cargo dos programas operacionais regionais, principal instrumento do modelo de financiamento, superiormente definido, com as verbas nacionais consignadas para a contrapartida nacional e despesas não elegíveis, pela afetação dos encargos de exploração devidos ao Estado.

A EDM continuará a pautar a sua ação com ambição reforçada e agregadora, cooperando e trabalhando em parceria para o reforço da otimização sustentada do setor empresarial do Estado.

O Presidente do Conselho de Administração

2 Introdução

2.1 Estrutura do Plano de Atividades e Orçamento

O presente Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 (PAO2024) contempla a estrutura abaixo indicada, dando cumprimento às instruções emanadas pelo Despacho n.º 107/2024-SET do Sr. Secretário de Estado do Tesouro:

- Descrição das linhas de desenvolvimento estratégico, que suporta a estratégia para 2025;
- As ações a desenvolver em 2025 e respetivas expressões nos anos seguintes, quando for o caso;
- A situação económica e financeira estimada em 2024 e previsional para 2025 e anos seguintes, refletindo em termos quantitativos as orientações para o Setor Empresarial do Estado.

O presente documento integra, ainda, o parecer do "órgão de fiscalização" da empresa (Fiscal Único/ROC), em cumprimento das disposições legais aplicáveis.

2.2 Caracterização da Empresa

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., cujo capital social é detido pelo Estado Português na sua totalidade, fazendo parte do sector empresarial do estado.

2.2.1 Visão

Ser uma empresa de referência no desenvolvimento sustentável da Indústria Mineira Portuguesa, reconhecida nas atividades de prospeção e pesquisa, na avaliação de projetos mineiros e na sustentabilidade ambiental.

2.2.2 Missão

A missão da empresa contempla duas dimensões:

- Uma orientada para maximizar o conhecimento dos recursos mineiros do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista;
- Outra associada à recuperação e valorização, na vertente ambiental, das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, e consequente monitorização e controle, em especial os das antigas minas de urânio, de modo a cumprir as normas internacionais que regulam o setor.

Para além disso, a EDM tem também por missão:



- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia, energia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum;
- O exercício por si ou em associação de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais;
- A gestão do património imobiliário e das participações sociais cuja titularidade
 Ihe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados;
- e a realização de outras atividades industriais, comerciais ou de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades principais.

2.2.3 Valores

- Confiança proporcionar elevados padrões de confiança e credibilidade com todos com quem se relaciona.
- Ética atuar com elevada postura ética em todos os seus atos.
- Competência promover o saber e o saber fazer como os seus pilares de atuação.
- Eficiência garantir processos que se pautem pela simplicidade, rigor e sejam geradores de valor.
- Transparência atuar de forma responsável no respeito integral dos compromissos assumidos.
- Sustentabilidade garantir o crescimento da empresa e promover o desenvolvimento das regiões em que se desenvolve a sua atuação.

2.2.4 Modelo de Negócio

A EDM é, na sua origem, uma empresa de prospeção e pesquisa mineira, pelo que, em parte, sustenta a sua atividade através da promoção e venda de direitos de prospeção, pesquisa e exploração das jazidas, seja de forma isolada ou em associação através de consórcios, hoje em dia reforçada pela importância que as matérias-primas críticas têm no contexto da União Europeia, para a transição energética, assegurando os elevados padrões de exigência social e ambiental.

Por outro lado, ao celebrar com o Estado Português um contrato de concessão de serviço público para a remediação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, a EDM desenvolveu um modelo de negócio sustentado nos fundos estruturais, para desempenhar a missão atribuída pelo Estado Português e vertida no referido contrato de concessão.

Mais recentemente, através do Plano de Intervenção para as Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), a EDM desenvolveu uma área dirigida às massas minerais, com objetivo de resolver situações de elevada criticidade, nomeadamente em pedreiras inativas e em incumprimento, mitigando os riscos associados e protegendo pessoas, animais e o ambiente.

A EDM tem ainda procurado criar novas áreas de negócio associadas à gestão patrimonial, bem como ao aproveitamento de antigas áreas mineiras remediadas, seja na área da energia e dos recursos minerais.



2.2.5 Recursos Humanos

Após a saída de vários trabalhadores por reforma e por decisão dos mesmos, a EDM esteve prestes a atingir um patamar de recursos humanos que garantisse o normal e equilibrado funcionamento da empresa, esperava-se que 2024 fosse um ano de consolidação do quadro de Recursos Humanos. No entanto, durante o ano de 2024 faleceu a Diretora Financeira que esteve de baixa desde 1 de fevereiro, o Diretor Técnico foi requisitado pelo Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Energia a 1 de junho, e prevê-se a saída de uma trabalhadora por reforma até ao final do ano. Estas movimentações do quadro de pessoal vieram criar grandes constrangimentos ao desempenho da empresa, que foram agravados pela renúncia de um vogal do Conselho de Administração em agosto. Neste momento a empresa tem 16 trabalhadores efectivos, sendo que um se encontra no Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Energia, o que perfaz, sem os Órgãos Sociais, um total de 15 trabalhadores em actividade.

2.2.6 Resumo Financeiro

A proposta de PAO para o triénio 2025-2027 prevê um desempenho económicofinanceiro favorável, estimando-se um progressivo crescimento do seu "Volume de Negócios" ajustado (ver ponto 7.3.3) no ano 2025 e seguintes. Não se perspetiva o aumento do endividamento remunerado, nem a necessidade de requerer qualquer esforço financeiro público associado à atividade da empresa.

2.3 O Ano de 2024

No ano de 2024 salientam-se os trabalhos de encerramento do Quadro Comunitário PT2020 e os de preparação do quadro PT2030, o que permitirá à empresa o prosseguimento dos objectivos para as áreas mineiras abandonadas e degradadas. Concorrendo para o mesmo fim foi renovada a concessão entre o Estado Português e a EDM por mais 8 anos em 2023 mas ainda se aguarda a assinatura do respectivo contrato de concessão.

O Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC) mereceu uma prorrogação até 2026 pela RCM 138/2023. Durante o ano de 2024 prosseguiram os trabalhos conducentes à conclusão deste plano.

2.4 O Plano de Atividades e Orçamento para 2025

Após a conclusão dos trabalhos de remediação ambiental da Urgeiriça vai entrar-se no processo de valorização do património histórico e científico através do futuro Centro Interpretativo e de Investigação.

Em 2025 continuarão a ser desenvolvidos os trabalhos de prospeção e pesquisa com vista a desenvolver o potencial mineiro nacional. Com a renovação da concessão e a entrada do PT2030 em pleno, 2025 será um ano preenchido com a preparação de candidaturas e o arranque dos projectos candidatados em 2024.

3 A Estratégia de Médio Prazo

3.1 Domínios de Intervenção

A estratégia a prosseguir pela EDM assim como o seu posicionamento estratégico, decorrem, em primeiro lugar do objeto da sociedade constante dos seus estatutos, em segundo lugar das orientações setoriais definidas, que poderão igualmente ser previstas em contrato de gestão.

A atividade da empresa insere-se em quatro domínios de intervenção: Recursos Minerais; Remediação Ambiental; Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC); e Sustentabilidade. Cada um desses domínios divide-se em diversas áreas de actuação e ações, ilustrados no quadro abaixo.

Domínio de Intervenção	Área de Atuação	Ações
I – Recursos Minerais	A – Prospeção e Pesquisa	A1 – Avaliação Contínua do
		Potencial Nacional
		A2 – Desenvolvimento de
		Projetos de Prospeção e
		Pesquisa
		A3 – Participação em Projetos
		de Pesquisa e Prospeção
	B – Avaliação e Exploração	B1 – Participação em Projetos
	Mineira	com Potencial Mineiro
	C – Promoção e	C1 – Investigação nas áreas de
	Desenvolvimento dos Recursos	P&P e do Tratamento de
	Geológicos	Minérios
		C2 – Dinamização e Cooperação
		C3 – Promoção do Património
		Geológico-Mineiro
II – Remediação Ambiental	D – Projetos PT 2030	D1 – Programa Regional do
		Norte
		D2 – Programa Regional do
		Centro
		D3 – Programa Regional do
		Alentejo
		D4 – Programa Regional do
		Algarve
	E – Monitorização, Pós-	E1 – Monitorização e Pós-
	Remediação e Outros Projetos	Remediação
		E2 – Outros Projetos
	F – Investigação, Promoção e	F1 – Investigação em Eficiência
	Parcerias	no Uso dos Recursos
		F2 – Promoção e Cooperação
III – PIPSC	G – PIPSC	G1 – PIPSC
IV – Sustentabilidade	H – Estrutura	H1 – Estrutura
	I – Novas Áreas	I1 – Novas Áreas

Quadro 1 – Domínios de Intervenção da EDM

3.2 Estratégias e Objetivos

No quadro da missão anteriormente apresentada, a estratégia a desenvolver pela EDM visa:

- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Garantir a continuidade e consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio ambiental;
- Garantir eficiência no desenvolvimento das ações relacionadas com o PIPSC;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão;
- Promover o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

No âmbito da missão antes referenciada, e na perspetiva que a empresa constitui mais um instrumento do Governo em intervenções estratégicas no domínio geológicomineiro, as ações e atividades a prosseguir pela EDM orientam-se para a consecução dos seguintes objetivos:

3.2.1 Domínio dos Recursos Minerais

- Conceber e executar, por si só ou em consórcio, projetos de prospeção e pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base Nacional de Recursos Minerais, tendo em consideração o seu elevado potencial geológicomineiro;
- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.
- Participar em ações de promoção do património geológico-mineiro nacional.

3.2.2 Domínio da Remediação Ambiental

- Proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado;
- Caracterizar, intervencionar (descontaminar/revitalizar), manter e monitorizar solos e efluentes, em especial os das antigas minas de urânio de modo a cumprir as normas internacionais que regulam o setor;
- Maximizar o aproveitamento dos fundos estruturais nos projetos de recuperação ambiental;
- Estabelecer com as entidades locais acordos de parceria que permitam um enquadramento e uso futuro dos espaços entretanto reabilitados, colocando-os, tanto quanto possível, ao serviço das populações de uma forma sustentável.
- Promover e acompanhar a valorização económica, social e cultural das áreas recuperadas, por via do envolvimento de entidades e associações locais.
- Assegurar a minimização dos riscos ambientais, segurança e saúde pública nas ocorrências críticas (poços, chaminés, galerias e cavidades desprotegidos) de antigas áreas mineiras, que assumam dimensão e dispersão territorial relevante



- e não possam ser intervencionadas através de atuações pontuais de selagens e modelação de terrenos, após a definição dos devidos modelos de financiamento;
- Diagnosticar, caraterizar, monitorizar e intervencionar com soluções de engenharia adequadas, prevalecendo, sempre que possível, de base natural (NBS Nature-Based Solutions), as situações de risco infraestrutural e ambiental, nomeadamente relacionadas com subsidências de galerias de antigas áreas mineiras cujos processos de encerramento não contemplaram as devidas ações de consolidação e estabilização, após a definição dos devidos modelos de financiamento;
- Promover, sempre que se justifique e seja possível, a valorização económica, social, paisagística, ambiental e cultural das áreas intervencionadas, por via do envolvimento de entidades e associações locais.

3.2.3 Domínio do Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)

- Continuar a assegurar a implementação de sinalética de perigos no interior de novas pedreiras em situação crítica e proceder à respetiva vedação, nos casos em que os exploradores ou proprietários não as apliquem;
- Assegurar, da mesma forma, a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombreiras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários não as realizem;
- Desencadeamento dos procedimentos legais, com vista a obter dos exploradores das pedreiras ou proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizem, o reembolso dos valores despendidos ao abrigo do PIPSC;
- Possibilidade de continuação dos trabalhos necessários a realizar nas pedreiras, entre 2024 e 2026, que se encontrem a ser acompanhadas pela EDM, com indicação da DGEG, com eventual execução de projetos e intervenção, em pedreiras abandonadas, em situações de manifesta inércia por parte dos exploradores/proprietários e que representem um elevado risco para pessoas, animais e para o ambiente, na sequência da avaliação do relatório final da fase 2019-2022.

3.2.4 Domínio da Sustentabilidade

- Melhorar a organização reforçando as "melhores práticas" de gestão;
- Otimizar a gestão dos ativos;
- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, com uma orgânica flexível e mais ajustada à realidade atual tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.
- Promover o aproveitamento das competências da empresa nas áreas mineira e ambiental visando o desenvolvimento de novas áreas de negócio;
- Desenvolver e monitorizar métricas não financeiras de acordo com as boas práticas na vertente da sustentabilidade, descarbonização e digitalização;



- Modernizar e atualizar os sistemas de informação e gestão documental, progredindo a digitalização da organização;
- Introduzir ações de formação e uma cultura do autoconhecimento e melhoria contínua, permitindo uma evolução pessoal e coletiva;
- Promover e implementar novas áreas de investimento, que permitam não só reduzir os gastos operacionais da empresa, como também introduzir rentabilidade, nomeadamente na área do consumo e produção energética e na valorização patrimonial através da reconversão agro silvo ambiental.

3.3 Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado

Atendendo à conjuntura económica e financeira nacional e internacional, que impõe um esforço de contenção e consolidação da despesa pública, dado o nível de incerteza, o acionista Estado tem vindo a definir um conjunto de medidas a adotar no domínio da redução de gastos e maximização da eficiência operacional.

Neste contexto nesta proposta de PAO2025 são tomadas em consideração as orientações para o Setor Empresarial do Estado designadamente as instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) do Senhor Secretário de Estado do Tesouro transmitidas pela DGTF.

3.4 Orientações para a participada EDMI- Empresa de Projetos Imobiliários, SA

A EDMI, detida a 100% pela EDM, tem por objeto o desenvolvimento de projetos imobiliários, a administração de imóveis próprios, aquisição, construção e revenda de imóveis e a florestação de prédios, incidindo a sua intervenção nos patrimónios imobiliários das anteriores participadas da EDM que tiveram atividade mineira localizados principalmente em Moncorvo, Castelo de Paiva, Urgeiriça e Aljustrel.

A estratégia definida para a atividade da EDMI focaliza-se na otimização da gestão dos ativos existentes através das seguintes linhas de orientação:

- Maximizar os rendimentos atuais dos ativos em utilização;
- Intensificar as ações tendentes à comercialização dos loteamentos disponíveis, em particular o loteamento do "Cerro de Malpique", em Aljustrel;
- Ponderar a alienação dos ativos que não estão a ter utilização nem se prevê utilizar pelo grupo EDM, atenta a relação entre os respetivos custos de manutenção e a futura valorização;
- Estudar a "transmissão" a terceiros (autarquias, estado, associações) de bens que apenas representam encargos para a EDMI, sem quaisquer perspetivas de retorno para a empresa;
- Prosseguir a regularização dos ativos em situação ainda não completamente definida (Moncorvo e Zona Centro - radioativos).

As ações que suportam o PAO2025 da EDMI criam fundadas expetativas para a manutenção do cenário de resultados positivos, retomado em 2020, em particular, a renegociação com a NAVIGATOR dos contratos de arrendamento florestal, a reconversão do povoamento de pinhal para castanheiro de fruto no Cabeço da Mua em Torre de



Moncorvo, com vantagens ao nível do risco de incêndio, bem como na retoma da venda dos lotes no loteamento do Cerro de Malpique, em Aljustrel e a rentabilidade do imóvel da Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, entretanto libertado do processo judicial decorrente dos incumprimentos dos anteriores arrendatários.

A EDMI, à semelhança da EDM, vai dar aplicabilidade às orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado anteriormente referenciadas.

3.5 Indicadores e Metas

As áreas indicadas anteriormente, constituem as linhas de atuação estratégica e operacional da empresa. Dado que se dividem diversas áreas de atuação, definiram-se indicadores e metas para o triénio 2025 – 2027 por área de atuação, do ponto de vista estratégico, financeiro e setorial. A descrição de cada uma das ações das respetivas áreas de atuação encontram-se no ponto 4 referente ao Plano de Investimentos.

INDICADORES OPERACIONAIS DE DESEMPENHO						
Objectivos de	Area de actuação/natureza					

Objectivos de Desempenho	Area de actuação/natureza	Designação do indicador	fórmula/condição	meta 2025	meta 2026	meta 2027	Ponderaç
Estratégicos	Consolidação, crediblidade e reconhecimento	Implementação de um sistema de avaliação junto dos stakeholders da empresa	% de satisfação	50	55	60	5%
	Sustentabilidade e boas práticas de gestão	Desenvolvimento, implementação e monitorização de métricas de sustentabilidade da empresa *	nº de métricas	3	5	6	5%
	Desenvolvimento de novas áreas de negócio	Implementação de novos projetos na áreas patrimoniais, energia, ambiental, geológica e investigação cientifica *	nº de projetos	1	2	2	5%
	Recursos Minerais	Contratos de prospeção e concessão celebrados ou prorrogados, autonomamente ou em consórcio *	nº	1	1	2	5%
		Quantidade de quilometros de geofisica no fim do ano, autonomamente ou em consórcio *	km	8	10	15	5%
		Quantidade de amostras de rochas e solos no fim do ano, autonomamente ou em consórcio *	nº	500	750	800	5%
		Quantidade de metros de sondagens geológicas carotadas ou destrutivas no fim do ano, autonomamente ou em consórcio *	m	500	1 500	3 000	5%
Setoriais	Remediação Ambiental	Superficie total da área mineira intervencionada acumulada face ao valores globais identificados em 2003 (estudo de hierarquização)	ha	59,53%	59,97%	59,97%	10%
		População potencialmente beneficiada pela diminuição da wlnerabilidade ao risco para a saúde e para o ambiente	рор	856 828	862 301	862 301	5%
		Antigas áreas mineiras abandonadas intervencionadas (incluindo fases complementares)	n⁰	10	10	3	5%
		Implementação de medidas previstas na vertente de estudos ou projetos	nº	7	7	n.a.	5%
	PIPSC	Intervenções estruturais em pedreiras em situação crítica em incumprimento	nº	1	2	n.a.	5%
	EFICIÊNCIA	Custos operacionais/rendimentos		80%	75%	75%	5%
	RENTABILIDADE	Rentabilidade do capital empregue (ROCE-Return on capital employed) comparada com os rendimentos das aplicações financeiras no IGCP		>3	>3	>3	5%
		Margem de EBTDA		25%	20%	20%	5%
Financeiros	EQUILIBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO	Autonomia financeira		>50%	>50%	>50%	5%
	EFICÁCIA	Grau de concretização dos investimentos em contratos de prospeção e pesquisa face aos valores contratados		33%	66%	100%	5%
		Grau de concretização dos investimentos das candidaturas aprovadas ao PT 2030		25%	50%	75%	5%
	PAG FORNECEDORES	PMP (Prazo médio de pagamentos)		20	20	20	5%

Quadro 2 – Indicadores operacionais de desempenho (* valores acumulados)

4 Plano de Atividades

4.1 Enquadramento Geral da Plano de Atividades e Orçamento

4.1.1 Particularidades do Posicionamento Estratégico

A valorização e aproveitamento dos recursos mineiros envolve um conjunto de atividades bem caraterizada, entre outros, por um estudo abrangente e elaborado pelo "Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum" (CIM), onde é possível enquadrar cada uma das etapas e fases em que cada projeto se encontra, e que cobre as fases de "Mineral Resource Assessment", "Mineral Exploration", "Mineral Deposit Appraisal", "Mine Complex Development", "Mine Production" e "Environmental Restoration".

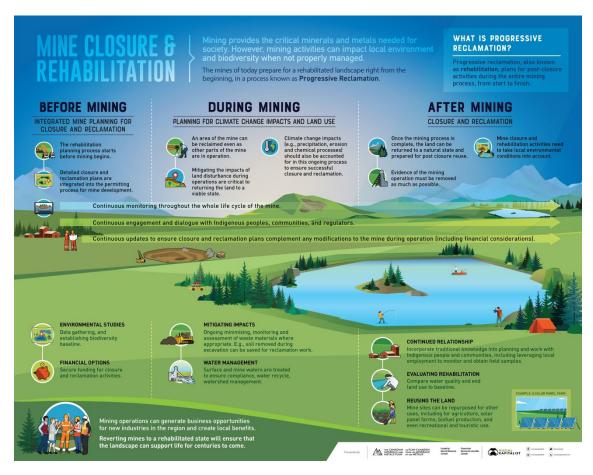


Figura 1 – Encerramento e reabilitação de minas Fonte: The Candian Minerals and Metals Plan

Estando a EDM a completar 60 anos de atividade no setor em 2026 (com a consequente internalização de competências associadas), é natural que tenha estado envolvida em projetos em todas as fases antes referidas, com destaque para a fase de exploração da mina de Neves Corvo da SOMINCOR (mina de classe mundial), na qual participou desde a fase de pesquisa e prospeção a qual conduziu à descoberta da mina em 1977, tendo ativamente participado no projeto de desenvolvimento até à fase de exploração que se iniciou em 1989 - sublinhe-se 12 anos após a descoberta, o que constitui um período normal para o arranque da produção em projetos desta magnitude no setor mineiro.

Simultaneamente, nos últimos 23 anos, a EDM desenvolveu trabalhos de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas realizados como concessionária do Estado, em exclusivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, que têm por base a identificação no território continental de 199 antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, nas quais o princípio do poluidor pagador não se pode aplicar.

O contrato de concessão, celebrado entre o Estado Português e a EDM — Empresa de Desenvolvimento, SA foi celebrado em 5 de setembro de 2001 por um período de 10 anos, e viria, por Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 62/2011, a ser renovado em 22 de dezembro daquele ano, por um período de 4 anos, e por RCM n.º 81/2015, novamente renovado por 7 anos, terminando em dezembro de 2022, cuja minuta da renovação foi aprovada pela RCM n.º 26/2017.

Em 14 de julho de 2023, foi autorizada a renovação do contrato de concessão, celebrado entre o Estado Português e a EDM por um novo período de oito anos, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2023, de 14 de julho, que garante assim a continuidade do exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras abandonadas e degradadas.

No regime jurídico da concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradada estão definidos os seguintes objetivos:

- "Eliminar, em condições de estabilidade de longo prazo, os fatores de risco que constituam ameaça para a saúde e segurança públicas, resultante da poluição das águas, da contaminação dos solos e da eventual existência de escombreiras ou de cavidades desprotegidas";
- "Reabilitar a envolvente paisagística e as condições naturais de desenvolvimento da fauna e flora locais, tendo como referência os respetivos habitats anteriores à exploração";
- "Assegurar a preservação do património abandonado pelas antigas explorações, sempre que este apresente significativa relevância, quer económica quer jurídica, quer em termos de testemunho de arqueologia industrial";
- "Promover a valorização económica, cultural e científica das áreas recuperadas, em função da sua aptidão física, em cada caso concreto, designadamente para utilização agrícola ou florestal, promoção turística e cultural, além de outros tipos de aproveitamento que se revelem adequados e convenientes".

Tendo em consideração o enquadramento antes referido, as orientações traduzem o seguinte "POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO" da EDM:

a. No que respeita ao domínio dos Recursos Minerais: assegurar a presença em todas as fases da fileira do ciclo de desenvolvimento e valorização dos recursos, privilegiando a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final), bem como de projetos inovadores (remining, biomining, entre outros) na



perspetiva de se envolver no "HORIZONTE 2025" em fases de avaliação de viabilidade e no "HORIZONTE 2030" em fases de produção.

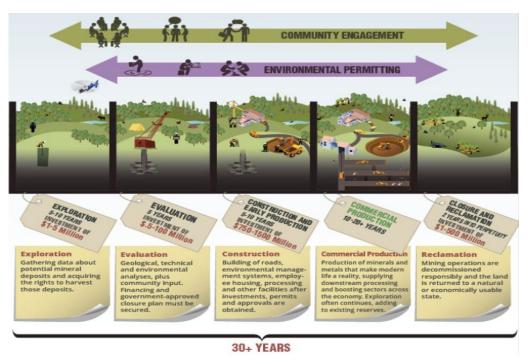


Figura 2 – Ciclo de Vida de uma área mineira Fonte: Ontario Mining Association

b. No que respeita ao domínio da Remediação Ambiental: assegurar a realização dos projetos de reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, maximizando o aproveitamento dos fundos estruturais do PORTUGAL 2030, na perspetiva de no "HORIZONTE 2025/30" ter concluído a eliminação, se possível e garantidos os financiamentos, total dos fatores de risco que constituam ameaça para a saúde e segurança públicas e a reabilitação da envolvente paisagística das principais 199 áreas identificadas.



Figura 3 - Estação de Tratamento de Águas de Mina (ETAM), Urgeiriça

c. No que respeita à Modernização e Sustentabilidade da empresa: diversificar áreas de negócio aproveitando as competências da empresa nos domínios da prospeção e pesquisa de recursos mineiros e da reabilitação ambiental das áreas mineiras, na perspetiva de a médio e longo prazo garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa, bem como apostar a eficiência e otimização de recursos, como a energia e outros.

Por fim, em 2025-2027 sinaliza-se a necessidade e o objetivo de atualizar o Plano Estratégico da EDM, o qual terá como referencial o core da atividade desenvolvida nos últimos 20 anos, mantendo o reconhecido posicionamento estratégico da empresa no setor, ao mesmo tempo que introduzirá a visão da próxima década, procurando perseguir novas áreas de investimento e de atividade, ajustadas à realidade nacional e internacional do setor e aos novos desafios que o setor tem pela frente.

A EDM pretende alinhar essas ações com as políticas decorrentes do Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*). O Pacto Ecológico Europeu e as políticas ambientais, climáticas, economia circular e industrial que dele decorrem estão fortemente comprometidas com as transições energética e digital, apontando para um objetivo de neutralidade carbónica e redução da poluição do ar, solos e água. Como sabemos para se atingir esses objetivos é necessário um acesso sustentável às matérias primas brutas, pelo que importa repensar e atualizar o Plano Estratégico da EDM.

4.2 Atividades a Desenvolver

4.2.1 Recursos Minerais

4.2.1.1 Enquadramento, Importância, Especificidades e Potencialidades do Setor Mineiro Nacional

A contínua e forte dependência em determinadas matérias-primas (matérias-primas críticas) da União Europeia (UE) nas últimas décadas, resultado da sua parca aposta na indústria extrativa, responsável pela produção de recursos minerais primários, fomentou uma série de iniciativas entre os Estados-Membros da UE, nomeadamente através da sua Comissão e que culminaram no *Critical Raw Materials Act* (CRMA), em abril de 2024, estabelecendo um regime para garantir um aprovisionamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas.

A definição da mais recente lista de 34 matérias-primas críticas, de 2023, incluiu igualmente uma lista de matérias-primas críticas estratégicas consideradas de elevada importância estratégica para o funcionamento do mercado interno europeu, tendo em conta a sua utilização em tecnologias estratégicas subjacentes às transições energética, ecológica e digital ou para aplicações no domínio da defesa ou aeroespacial.

As principais metas estabelecidas visam fortalecer as diferentes etapas da cadeia de valor estratégica de matérias-primas, diversificar as importações de matérias-primas da UE, melhorar a capacidade da UE para monitorizar e atenuar o risco de perturbações do aprovisionamento de matérias-primas essenciais e garantir a livre circulação de matérias-primas críticas colocadas no mercado da UE, assegurando simultaneamente

um elevado nível de proteção ambiental e um melhoramento da sua circularidade e sustentabilidade.

No que diz respeito ao reforço das diferentes fases da cadeia de valor das matériasprimas estratégicas, a fim de assegurar que, até 2030, as capacidades da UE para cada matéria-prima estratégica tenham aumentado significativamente, de modo que, globalmente, a capacidade da UE se aproxime ou atinja os seguintes parâmetros de referência:

- (i) A capacidade de extração de minérios, e concentrados minerais necessários, deverá ser de pelo menos 10% do consumo anual da EU em matérias-primas estratégicas, na medida em que as reservas calculadas o permitam;
- (ii) A capacidade de transformação, inclusive para todas as etapas intermédias, seja capaz de produzir pelo menos 40% do consumo anual da UE em matérias-primas estratégicas;
- (iii) A capacidade de reciclagem, incluindo todas as etapas intermédias de reciclagem, seja capaz de produzir pelo menos 25% do consumo anual da UE em matérias-primas estratégicas.
- (b) Diversificar as importações da UE em matérias-primas estratégicas com vista a garantir que, até 2030, o consumo anual da UE de cada matéria-prima estratégica não exceda os 65%, em qualquer fase relevante da sua transformação, proveniente de importações de um só país terceiro.
- (c) melhorar a capacidade da UE de monitorizar e mitigar o risco de abastecimento, relacionado com as matérias-primas críticas;
- (d) Assegurar a livre circulação de matérias-primas críticas e de produtos que contenham matérias-primas essenciais no mercado da UE, sempre a um nível elevado.

A necessidade de novas explorações mineiras está diretamente dependente de renovados esforços em prospeção mineral e o CRMA indica que cada Estado-Membro deve elaborar um programa nacional de prospeção orientado para matérias-primas críticas/essenciais, sendo estes revistos de 5 em 5 anos. Estes programas nacionais de prospeção devem incluir medidas para incrementar as informações disponíveis sobre as ocorrências de matérias-primas críticas na UE, incluindo depósitos minerais profundos. As medidas gerais indicadas para o desenvolvimento deste programa são as seguintes:

- (a) cartografia geológica de depósitos minerais em escala adequada;
- (b) campanhas de levantamentos geoquímicos, de modo a estabelecer composições químicas de solos, sedimentos e rochas;
- (c) levantamentos geofísicos;
- (d) processamento de dados coletados em campanhas de prospeção, de modo a desenvolver mapas preditivos;
- (e) reprocessamento de dados de levantamentos geológicos existentes, de modo a verificar ocorrências minerais não identificadas, com possibilidade de conter matérias-primas críticas.



As metas anteriormente mencionadas foram incorporadas em 2024 pelo Estado Português e utilizadas na atualização/revisão do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) e na criação do Grupo de Trabalho para o Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas (GT REMPC) pelo Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Gabinete do Ministro da Economia e da Ministra do Ambiente e Energia, pelo Despacho n.º 8335/2024, ambos de julho de 2024.

A EDM faz parte do GT REMPC que é também composto por representantes/membros da DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia), Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, DGAE (Direção-Geral das Atividades Económicas), CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), APA (Agência Portuguesa do Ambiente), LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia), IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação), ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal).

O potencial geológico-mineiro nacional existe e é fundamental ser investigado face às novas necessidades internas, isto é, direcionado para os recursos vitais para as economias da UE. Portugal é um país com tradição mineira com várias explorações em operação com destaque para as minas de Neves Corvo (cobre-zinco-chumbo), Aljustrel (cobre-zinco-chumbo) e Panasqueira (tungsténio-estanho), possui um elevado número de ocorrências minerais de recursos metálicos e não metálicos, estão identificadas zonas preferenciais para a ocorrência de recursos geológicos, refletindo um elevado potencial mineral nacional. Nos últimos anos verificou-se elevada quantidade de pedidos de prospeção e pesquisa recebidos pela DGEG, contudo a maioria ainda por atribuir. É expectável mudança no setor devido ao CRMA, com a presumivel atribuição de áreas de prospeção e pesquisa já requeridas e um aumento de novos pedidos. A principal procura será pelas matérias-primas críticas-estratégicas tais como o lítio, com enorme relevância na indústria das baterias, o cobre, como pilar da condução de eletricidade, não considerado matéria-prima crítica o ouro valorizou para máximos históricos em 2024 tornando-se novamente uma commodity bastante atrativa, também por outras matérias-primas com papel importante para várias indústrias (como exemplo o zinco, chumbo e estanho).

4.2.1.2 Prospeção e Pesquisa

4.2.1.2.1 Avaliação Contínua do Potencial Nacional

4.2.1.2.1.1 Avaliação do Potencial Nacional

O potencial mineral nacional contempla recursos minerais metálicos e não metálicos, contudo apenas se citará os recursos minerais metálicos, foco da EDM ao longo da sua existência e da sua atividade.

Resultado de uma evolução complexa e longa, o substrato geológico de Portugal apresenta grande diversidade, sendo rico em recursos minerais de vários tipos.

A imagem abaixo mostra os locais e áreas onde se concentram variadas ocorrências metalíferas selecionadas por metais/minerais ou grupos de metais/minerais que



possuem forte relação entre eles, 1) Au-Ag-Sb, 2) Cr-Ni-V-talco, 3) Cu-Pn-Zn, 4) Fe, 5) U, 6) W-Sn-Ta-Nb e 7) Quartzo-Feldspato-Li-Be.

A crescente procura por matérias-primas críticas levou o Governo Português a criar em 2016 o Grupo de Trabalho Lítio, para verificar os recursos/reservas minerais existentes e as potencialidades deste elemento em Portugal. Mais recentemente, com a criação do GT REMPC para as matérias-primas críticas definidas em 2023 (que incluem lítio), o Governo pretende aplicar a mesma metodologia.

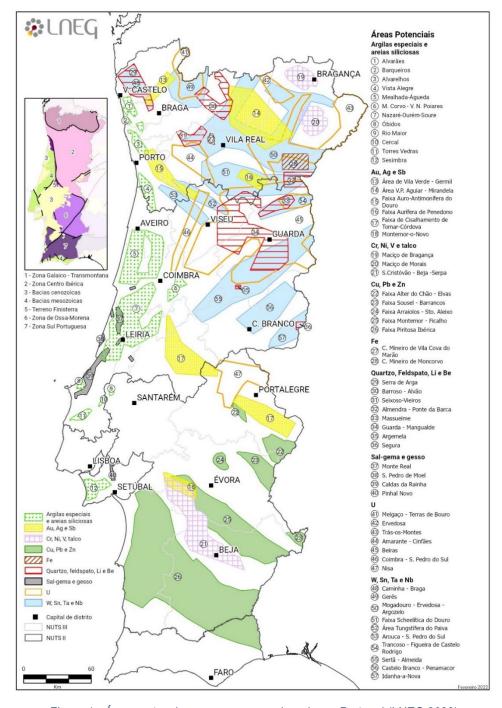


Figura 1 - Áreas potencias para recursos minerais em Portugal (LNEG 2023)

Tal como se produziu no GT Lítio, no GT REMPC será vital a construção de uma base de dados nacional direcionado para estas matérias-primas de modo a se priorizar áreas com maior potencial metalífero.

O conhecimento geológico e mineiro do país é de extrema importância e será a base para o desenvolvimento dos trabalhos futuros de modo a tirar partido dos recursos minerais existentes e na identificação de novos depósitos minerais. A utilização de novas e inovadoras metodologias de prospeção e pesquisa terão papel fundamental pois os novos depósitos estarão mais profundos e mais inacessíveis.

4.2.1.2.1.2 Elaboração de Portfólio de Oportunidades

A grande diversidade geológica do nosso território indicia a existência de um forte potencial em vários metais, tais como lítio, tungsténio, estanho, cobre, zinco, ouro e prata. É expectável que as mais recentes diretivas europeias provoquem um incremento de novos projetos de prospeção e pesquisa em Portugal e nos restantes Estados-Membros, ao contrário do que ocorreu nos últimos anos, onde existiu uma estagnação neste setor a nível Europeu.

A maior procura por matérias-primas para uma transição energética sustentável, onde os veículos elétricos e baterias para armazenamento de energia são peças vitais para atingir a neutralidade carbónica na Europa até 2050, requerem uma enorme quantidade de metais tais como cobre, lítio, manganês, cobalto, grafite, níquel, elementos de terras raras, entre outros.

É importante identificar os recursos minerais existentes no território Português, assim como as quantidades e teores dos mesmos, promovendo a prospeção e pesquisa do país com intuito de descobrir novos depósitos minerais que possam contribuir para as metas estabelecidas pela UE.

A EDM possui um longo histórico de projetos mineiros e projetos de prospeção e pesquisa, continuando ativa neste setor, nomeadamente na prospeção mineral, a título individual ou em parceria com outras empresas (nacionais ou internacionais). Para além disso a EDM terá a possibilidade de negociar esta informação, junto de potenciais novos investidores que procurem projetos em Portugal.

4.2.1.2.2 Desenvolvimento de Projetos de Prospeção e Pesquisa (PP)

4.2.1.2.2.1 Sarzedas – Castelo Branco

A EDM requereu em agosto de 2024 um pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, para uma área nas imediações de Castelo Branco, denominada Ponsul. Identificou-se potencial principalmente para mineralizações de ouro, prata, antimónio, cobre, zinco, tungsténio e estanho em várias campanhas decorrentes na área de interesse. Análises químicas de rocha revelaram concentrações de >15 ppm Au e >100 ppm Ag em amostras localizadas no interior da área de interesse.

A estratégia da EDM contemplará numa fase inicial, a aquisição, compilação e análise de dados históricos, construção de bases de dados digitais, deteção remota e contatos com as comunidades locais para esclarecimentos e comunicação do plano de trabalhos.



Posteriormente serão realizados trabalhos de campo que incluem cartografia geológica a diferentes escalas, amostragens de sedimentos, solos e rocha, aplicação de técnicas de geofísica e identificação de zonas anómalas e alvos para testar por trincheiras e/ou sondagens. A componente estrutural é extremamente relevante nesta área que apresenta grande complexidade a este nível. A caraterização das falhas e cisalhamentos regionais e locais, a influência das rochas granitóides aflorantes (e potencialmente outras ocultas) através de radiometria no substrato geológico serão determinantes para a potencial descoberta de mineralizações na área.

São conhecidas explorações históricas de cobre em filões associadas à zona de influência da falha do Ponsul, múltiplas explorações aluvionares de ouro nas margens dos rios Tejo, Erges, Aravil, Ponsul e Ocreza e ainda explorações de chumbo igualmente em filões que ocorrem associados a zonas de falha e/ou cisalhamento. O maior depósito na proximidade da área do Ponsul corresponde à antiga mina de ouro e antimónio de Sarzedas, onde também se extraiu volframite.

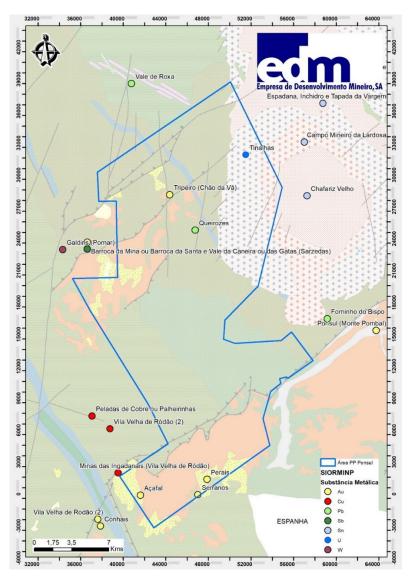


Figura 2 - Enquadramento geológico segundo a carta geológica de Portugal à escala 1:500 000 e identificação das ocorrências minerais que constam da base de dados SIORMINP do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)



4.2.1.2.2.2 Outras áreas potenciais

A estratégia da EDM passa por uma contínua avaliação de oportunidades em projetos de prospeção e pesquisa mineral. Ao longo do tempo, têm sido identificadas áreas potenciais para o exercício de trabalhos de prospeção e pesquisa. A EDM prevê este tipo de investimento através de meios próprios ou através de parcerias em que a participação da EDM corresponde geralmente a 15% do investimento total.

A Faixa Piritosa Ibérica (FPI), onde se localizam as minas de Aljustrel e Neves-Corvo, é uma área com enorme potencial para a ocorrência de depósitos minerais de cobre, zinco, chumbo, entre outros elementos. Em termos geológicos, as formações hospedeiras das massas de sulfuretos encontram-se a profundidades superiores à medida que a FPI se desenvolve para SE, em direção a Espanha. Por esta razão o esforço financeiro a realizar em campanhas de prospeção e pesquisa neste enquadramento é elevado, uma vez que se verifica a necessidade de aplicação de métodos geofísicos de maior alcance e de tecnologia mais avançada, bem como a execução de sondagens de grande profundidade ($\geq 1000 \text{ m}$).

A FPI é a província metalogenética portuguesa com maior potencial para a descoberta de massas minerais com importância económica. Por este facto, a EDM está em constante avaliação de oportunidades de investimento neste sector, nomeadamente através de consórcios.

Outros metais como níquel, crómio e elementos de terras raras, não foram suficientemente investigados em Portugal, apesar do conhecimento da sua ocorrência, em pequenas concentrações. Áreas onde ocorram rochas hiperalcalinas, maciços máficos a ultramáficos, ofiolitos e complexos básicos a ultrabásicos serão locais a investigar para a ocorrência dos elementos atrás referidos.

4.2.1.2.3 Participação em Projetos de Prospeção e Pesquisa (PP)

A estratégia da EDM passa pelo desenvolvimento de projetos de prospeção, seja de forma isolada ou através de dinamização de consórcios no sentido de alavancar o montante de investimentos a realizar e ao mesmo tempo partilhar o risco inerente às atividades de prospeção e pesquisa.

O papel ativo da EDM em prospeção e pesquisa contribui para a geração de informação e conhecimento em várias áreas do Alentejo, Centro e Norte de Portugal. Áreas como o Rosário, Rio de Moinhos, Alcácer, Lagoa Salgada e São Pedro das Cabeças localizadas na Faixa Piritosa Ibérica, Escádia Grande localizada na Zona Centro e Argozelo, Pingarela e Jales-Gralheira na Zona Norte, correspondem a oportunidades de negócio para EDM no futuro. Áreas com grande potencial mineral como as áreas do Rosário (metais base), Ponsul (ouro, estanho e tungsténio), com grande proximidade a depósitos minerais conhecidos e Jales-Gralheira (ouro e prata), um dos projetos mais avançados para metais preciosos, serão das mais interessantes para potenciais investidores e parcerias.

A EDM analisa o mercado de várias commodities, disponibilidade territorial (território sem áreas de prospeção atribuídas pela DGEG), localização de áreas que pertencem ao sistema nacional de áreas protegidas e localização de ocorrências minerais (base de



dados do LNEG) para melhor tomada de decisão de potenciais pedidos de áreas e de participação em projetos de prospeção e pesquisa.

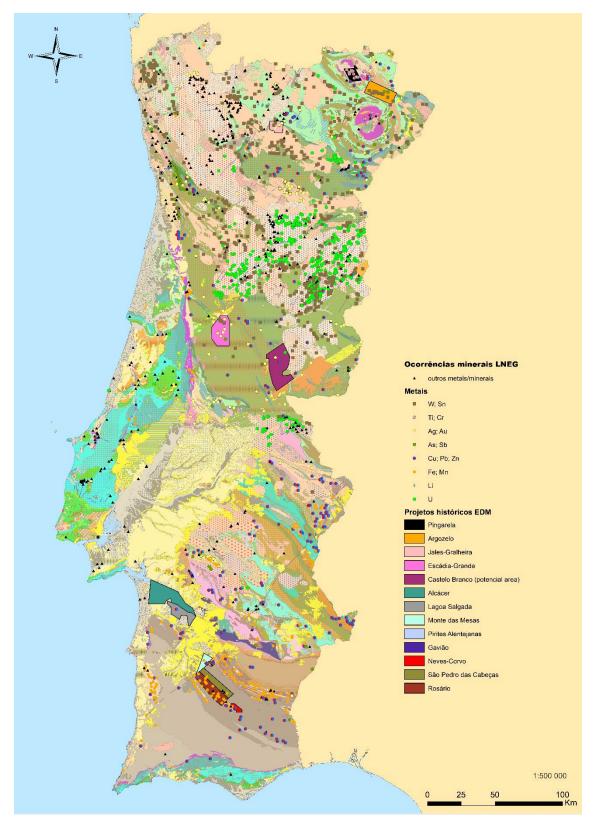


Figura 3 - Localização dos projetos mineiros e de prospeção históricos da EDM em Portugal sob a carta geológica de Portugal à escala 1:1 000 000

A procura por minerais de lítio em Portugal foi evidenciada por dezenas de pedidos de prospeção e pesquisa principalmente nas Zonas Centro e Norte, onde se identificam vários depósitos de lítio-quartzo-feldspato e se localizam vários campos de aplitopegmatitos que podem conter lítio na sua constituição. O potencial para lítio é elevado com o metal a ocorrer em vários minerais, tais como espodumena, lepidolite, petalite e ambligonite-montebrasite. Para além de lítio estas estruturas geológicas podem conter outros elementos voláteis, alguns com elevado valor estratégico tais como tântalo, nióbio, Terras Raras e estanho. É reconhecida a necessidade de aprofundar o conhecimento destes recursos geológicos bem como de estudos relacionados com as suas fases de beneficiação.

As metas estipuladas pelo *Critical Raw Materials Act* fomentarão a procura por matériasprimas críticas em Portugal e prevê-se um aumento de pedidos de prospeção e pesquisa mais direcionados para esses recursos.

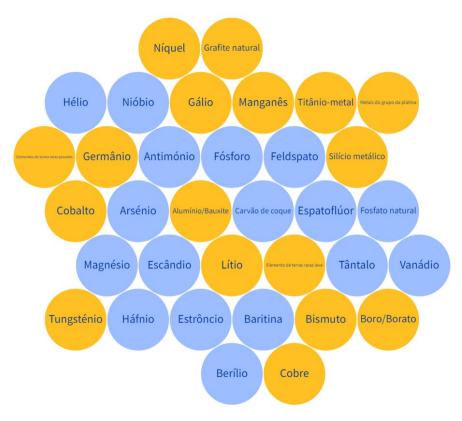


Figura 4 - Matérias-primas críticas definidas pela UE em 2023 (matériasprimas estratégicas a laranja)

4.2.1.2.3.1 Rosário

A área de prospeção e pesquisa do Rosário extinguiu-se durante o ano de 2021, por iniciativa da empresa ESANMET Portugal, que não demonstrou interesse em continuar no consórcio EDM-ESANMET. Em 2022, a SOMINCOR efetuou um pedido de prospeção e pesquisa na zona da antiga área do Rosário, conforme publicado e colocado à participação pública no portal participa. Atualmente esse pedido ainda se encontra em



análise pela DGEG. Se atribuído poderá representar uma oportunidade de parceria para a EDM dado o seu histórico na área.

Tendo em consideração os resultados apresentados com elevado potencial para ocorrência de mineralizações de cobre, zinco e chumbo e a presença abundante de litologias do complexo vulcânico sedimentar, a presença de sulfuretos disseminados e semi-maciços em vários locais da antiga área do Rosário, assim como a proximidade à mina de Neves Corvo, verifica-se o enorme potencial prospetivo da área.

Tendo em conta o conhecimento detalhado e o investimento já realizado nesta área de prospeção e pesquisa, a EDM encontra-se a avaliar oportunidades e formas de valorização do conhecimento de que dispõe, conforme descrito nos pontos seguintes.

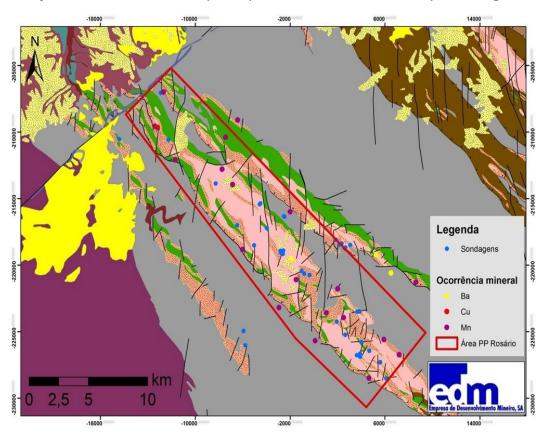


Figura 5 - Localização da antiga área de Rosário e ocorrências minerais presentes

A área do Rosário tem uma orientação geral NW-SE ocupando uma superfície de 202,5 km² e ocorre a NW da mina de Neves Corvo, estendendo-se entre a aldeia do Rosário a SE, e a aldeia dos Elvas a NW.

Neste projeto pretende-se aplicar novas técnicas de geofísica e geologia no desenvolvimento de ações de prospeção e pesquisa para investigar um setor da Faixa Piritosa Ibérica (FPI) que ocorre próximo da mina de Neves Corvo e onde se conhecem mineralizações de sulfuretos maciços e de manganês.

A área de Rosário insere-se na FPI uma província metalogenética de classe mundial, conhecida pela sua riqueza e elevada quantidade de depósitos de sulfuretos maciços



ricos em metais base, dos quais se destaca no setor Português, o de Neves Corvo, descoberto em 1977. O potencial para novas descobertas na FPI está patente nas descobertas que se seguiram à de Neves Corvo, sendo que do lado Português se regista a descoberta pela *Lundin Mining* (SOMINCOR) do jazigo da Semblana em 2010 e que se encontra a cerca de 800-900 m de profundidade na zona envolvente de Neves Corvo e a descoberta da massa mineral das Sesmarias em 2014, a cerca de 100 m de profundidade sob sedimentos de idade Terciária da Bacia de Alvalade, pela *Avrupa Minerals*. Em Espanha é também de registar as descobertas realizadas em *Las Cruces, Magdalena*, Sotiel, entre outras.

Na área do Rosário ocorrem as principais unidades geológicas que constituem a FPI. Esta área abrange grande parte do antiforma do Rosário, numa posição central, sendo este constituído maioritariamente por rochas do CVS (Complexo Vulcano Sedimentar), estando o GFQ (Grupo Filito-Quartzítico) limitado a ocorrências nas proximidades da aldeia do Rosário. Ao longo do setor NE da área ocorrem rochas do CVS pertencentes ao antiforma de Castro Verde-Casével e entre estes e o do Rosário e ao longo do setor SW da área, aflora a formação de Mértola do GFBA (Grupo Flysch do Baixo Alentejo).

No período de 2017-2021, efetuaram-se os seguintes trabalhos:

- Início da compilação dos dados geológicos, geofísicos, geoquímicos e mineiros existentes para constituição de uma base de dados digital;
- Reinterpretação e reprocessamento de dados de geofísica;
- Aquisição de dados geofísicos VTEM aerotransportados e definição de ranking das anomalias definidas;
- Início do reconhecimento de campo da expressão das anomalias evidenciadas pelos levantamentos geofísicos VTEM.
- Continuação da compilação, análise e interpretação da documentação geológicomineira e geofísica existente e sua integração num projeto informático GIS/Geosoft;
- Desenvolvimento dos levantamentos geológicos de detalhe nos sectores onde a compilação da documentação geológico-mineira e geofísica existentes, identifica um maior potencial prospetivo para massas de sulfuretos maciços;
- Re-logging e amostragem de sondagens de campanhas antigas com o objetivo de identificar halos de alteração hidrotermal que possam explicar a existência de eventuais anomalias geofísicas/geoquímicas definidas a partir de levantamentos históricos realizados na área, bem como a homogeneização das codificações respeitantes à informação técnica sobre as sondagens realizadas em períodos e operadores distintos;
- Levantamento geoquímico por XRF portátil dos afloramentos de rochas riolíticas presentes na área;
- Modelação geológica da documentação geológico-mineira e geofísica existentes, assim como da informação coligida nas campanhas de campo e no re-logging de sondagens.
- Geofísica;



 Campanhas de sondagens sobre alvos definidos através de campanhas geofísicas efetuadas ao longo do tempo bem como de informação geológico-estrutural que foi vindo a ser recolhida e analisada.

No programa de trabalhos proposto para 2025, em função da possibilidade de ser celebrado o consórcio com o titular da licença de prospeção e pesquisa, prevê-se as seguintes ações:

- Continuação da compilação, análise e interpretação da documentação geológicomineira e geofísica existente e sua integração num projeto informático GIS/Geosoft;
- Desenvolvimento dos levantamentos geológicos de detalhe nos sectores onde a compilação da documentação geológico-mineira e geofísica existentes, identifica um maior potencial prospetivo para massas de sulfuretos maciços;

4.2.1.2.3.2 Lagoa Salgada

A EDM estabeleceu uma parceria com a Redcorp em setembro de 2013, no âmbito do projeto Lagoa Salgada, que se desenvolveu numa área com cerca de 133 km², localizada nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo. Este projeto visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar a investigação de outros sectores da área menos conhecidos. Em 23/04/2019, após a elaboração de um estudo de pré-viabilidade económica, apresentou-se à DGEG um pedido de atribuição da concessão para exploração. Em 28 de outubro de 2021 a Redcorp assinou um contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco e minerais associados, denominado Lagoa Salgada C-168, com período de vigência de 20 anos.

Na área da Lagoa Salgada foram realizados vários programas de prospeção incluindo 5 campanhas de sondagem, vários levantamentos geofísicos e geoquímicos, que no conjunto revelaram a existência de vários alvos com interesse para prospeção. Destes destacam-se a zona da Lagoa Salgada e a zona de Rio de Moinhos onde foram intersectados sulfuretos. O depósito da Lagoa Salgada constituído pelo sector dos sulfuretos maciços e pelo sector central com presença de um stockwork ainda por reconhecer na sua totalidade, foi intersectado pela primeira vez em 1992, pela sondagem LS04, durante a primeira campanha de sondagens realizada pelo Instituto Geológico e Mineiro. Após o trabalho desenvolvido durante o período de prospeção no depósito da Lagoa Salgada, o consórcio Redcorp, assinou a 28 e outubro de 2021 o contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de cobre, chumbo e zinco denominado Lagoa Salgada C-168, com período de vigência de 20 anos. O clausulado do contrato prevê a apresentação do EIA-Estudo de Impacto Ambiental num futuro próximo, tendo o Estudo de Viabilidade Técnico-Económica de Exploração sido apresentado no mês de agosto de 2023, com a EDM a ter que optar, até início de 2024, sobre o modelo de participação ou não participação, em função da viabilidade do projeto e da futura obtenção de Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável ou favorável condicionada. Estes estudos disponibilizam informações indispensáveis, nos termos do



Contrato de Consórcio, para a tomada de decisão da EDM de prosseguir ou alienar a sua participação de 15% no projeto, estando a ser preparada toda a cenarização possível e legalmente exequível, a fim de auxiliar e apoiar a decisão por parte da tutela acionista e setorial.

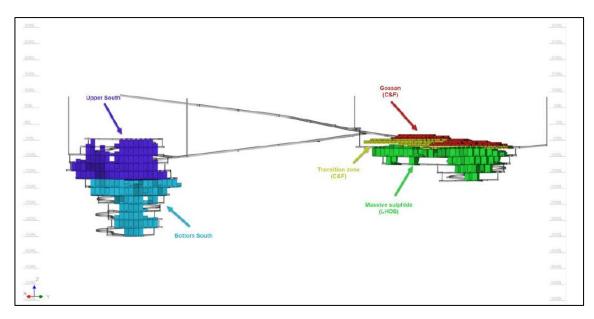


Figura 6 - Depósito da Lagoa Salgada — Projeto de exploração subterrânea dos setores Norte e Sul

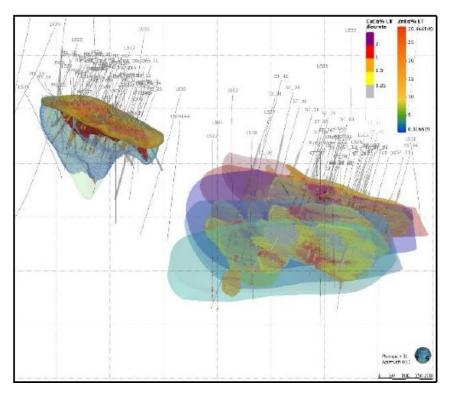


Figura 7 - Depósito da Lagoa Salgada – localização das sondagens realizadas em ambos os Setores e variação dos teores em CuEq% e ZnEq%.

4.2.1.2.3.3 Rio de Moinhos

No final de 2021 a EDM recebeu uma carta convite da empresa Goldplay Mining (atualmente EuroPacific Metals), para realizar pedidos conjuntos de novas áreas de prospeção e pesquisa no território português. Após conversações entre as partes, foi elaborado um documento de termos e condições base de negócio jurídico com o propósito de pedido de PP da área de Rio de Moinhos, onde a EDM participaria com 15% do consórcio e a Goldplay com 85%, esta última detentora dos direitos de PP da área de Rio de Moinhos. Foi elaborado um pedido para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco e minerais associados numa área denominada Rio de Moinhos, situada no concelho de Aljustrel, aguardando-se até ao momento, resposta da DGEG. A prolongada demora de decisão pela entidade reguladora poderá originar nova análise da EDM acerca da sua posição no acordo de consórcio.

4.2.1.2.3.4 Depósitos Minerais de Lítio

A convite da empresa LPT — Lithium Portugal, a EDM celebrou um consórcio de participação em seis pedidos de prospeção e pesquisa para lítio em Portugal, tendo a responsabilidade na preparação dos processos e complementação de conhecimento técnico nas mais diversas áreas, geologia, ambiental e social, a fim de preparar o eventual concurso público, a ser lançado pela DGEG, para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa das 6 áreas. A EDM, em parceria com a LPT, pretende assumir um papel relevante na prospeção mineral desta matéria-prima crítica, contribuindo para a sua valorização em território nacional, cuja condicionante principal é a demora da abertura do concurso e posterior assinaturas dos contratos de prospeção das áreas.

Tendo em conta que Portugal possui importantes recursos minerais litiníferos, o Governo Português pretendeu beneficiar da existência e do potencial desta matéria-prima crítica no seu território, e como tal anunciou em novembro de 2020, sob o Despacho n.º 1522/2021, através do Secretário de Estado Adjunto e da Energia, a intenção de lançar um procedimento concursal já anunciado pelo Governo para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de lítio, abrangendo 8 áreas que, potencialmente, integrariam o procedimento concursal. A realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) relacionado com o concurso e anterior à execução deste, nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, resultou na exclusão de duas das oito áreas a concurso, com a maioria a situar-se na região de Guarda e Mangualde.

As seis áreas a concurso denominam-se Seixoso-Vieiros, Massueime, Guarda-Mangualde E, Guarda-Mangualde NW e Guarda-Mangualde W.

A informação existente sobre os recursos minerais portadores de lítio nas áreas potenciais são escassos urgindo assim a necessidade de intensa prospeção e pesquisa mineral, de modo a aumentar o conhecimento das ocorrências identificadas e o seu potencial mineiro. Em semelhança ao pedido da área de prospeção e pesquisa de Rio de Moinhos, a contínua não tomada de decisão acerca do concurso público das 6 áreas, poderá levar a EDM a reanalisar o acordo de parceria com a LPT.

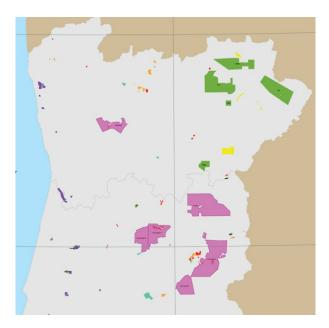


Figura 8 - As áreas de cor violeta correspondem às 6 áreas a concurso para a prospeção e pesquisa de Lítio

4.2.1.2.3.5 Zona de Ossa Morena

A Zona de Ossa-Morena (ZOM) corresponde a uma unidade geotectónica meridional do Orógeno Varisco Ibérico, onde numerosas explorações mineiras de pequena escala existiram no passado e onde se localizam vários sistemas mineralizantes.

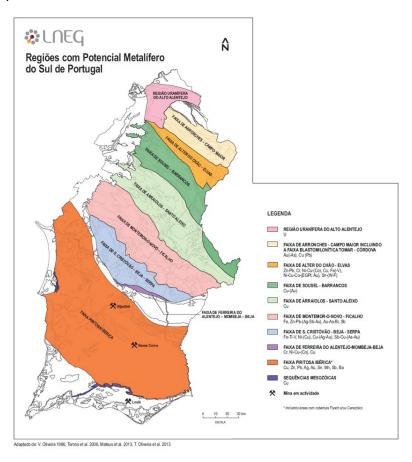


Figura 9 - Faixas com potencial metalífero na ZOM e identificação de matérias-primas críticas definidas pela EU em 2017

As ocorrências minerais conhecidas são muito diversificadas, distribuindo-se por vários distritos mineiros, cujo significado metalogenético nunca foi objecto de uma avaliação precisa. O conhecimento geológico da Zona de Ossa-Morena aumentou significativamente na última década, revelando novos contextos geológicos promissores. De acordo com os dados disponíveis, o domínio português da ZOM pode ser dividido em 7 setores com distintos características lito-estratigráficas e estruturais, correspondendo aos setores de Arronches-Campo Maior, Alter do Chão-Elvas, Sousel-Barrancos, Arraiolos-Santo Aleixo, Montemor-o-Novo- Ficalho (ou Faixa Magnetítico-Zincífera), Faixa S. Cristovão- Beja-Serpa (contendo a Faixa de Pórfiros) e Faixa Ferreira do Alentejo-Mombeja-Beja (justapondo-se ao Complexo Ofiolítico de Beja).

Entre as ocorrências de matérias-primas críticas (MPC) e estratégicas conhecidas na ZOM destacam-se a título de exemplo: tungsténio relacionado com processos de instalação de rochas graníticas na região de Santa Eulália (Faixa Alter do Chão-Elvas); Elementos do Grupo das Terras Raras (EGTR), nióbio, tântalo, háfnio, gálio e escândio associados a rochas de natureza sienítica na região de Alter Pedroso; Elementos do Grupo da Platina (EGPt), cobre, níquel, cobalto e vanádio associados a rochas máficas e ultramáficas nas regiões de Cabeço de Vide e Ferreira do Alentejo; antimónio, bismuto e barite na região do Escoural em S.Martinho, associado a sistemas hidrotermais complexos. Para além das acima referidas MPC existem inúmeras ocorrências de ouro, prata, ferro, manganês, zinco e chumbo.

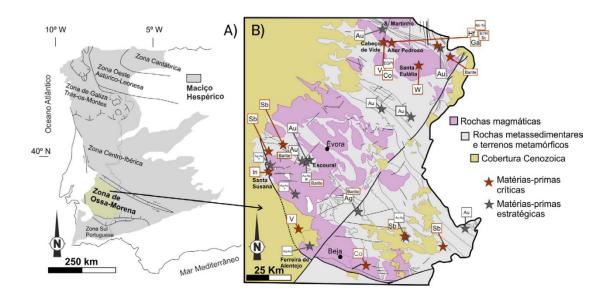


Figura 10 - Geologia simplificada da ZOM e localização das matérias-primas críticas para a UE em 2017

A abundância em matérias-primas, incluindo as críticas e estratégicas, na ZOM requer ainda um trabalho de caracterização geológica detalhada, de modo a compreender a arquitetura dos depósitos minerais e conceptualizar os modelos relativos à génese destas acumulações minerais, o que permitirá a valorização destas matérias-primas e potenciará possíveis investimentos futuros. A reduzida dimensão das estruturas mineralizadas do sector português da ZOM constitui um dos principais obstáculos à

descoberta de depósitos económicos. No entanto, a ocorrência de mineralizações com teores interessantes, situadas a relativa proximidade e com excelente apoio logístico, pode vir a permitir a exploração sustentada de várias estruturas mineralizadas em simultâneo.

Apesar de todo o potencial em matérias-primas críticas e estratégicas na ZOM, não existe atualmente nenhuma exploração mineira ativa nesta zona geológica em território nacional. Existem ainda um conjunto de obstáculos que o sector mineiro português enfrenta, de cariz ambiental e socioeconómico, que dificultam a prospeção e exploração dos recursos minerais em território nacional.

A EDM reconhece as dificuldades inerentes à realização de atividades de prospeção e pesquisa na ZOM, pelas razões expostas acima, mas identifica igualmente oportunidades em alguns dos setores, que devido à sua importância estratégica (existência de MPC e estratégicas) podem tornar-se mais atrativos.

4.2.1.2.4 Avaliação e Exploração Mineira

4.2.1.2.4.1 Gralheira

Aguarda-se que o Estado Português promova um concurso público com vista à atribuição de direitos mineiros para a área de Jales/Gralheira, onde a EDM está a acompanhar a abertura do mesmo tendo em vista a participação neste projeto.

Sendo Jales/Gralheira um dos projetos mineiros mais próximos de entrar em laboração, representa uma excelente oportunidade para, ao fim de um quarto de século, voltar a existir uma mina de ouro em atividade em Portugal. Isto representa algo que é ambicionado por toda a comunidade mineira em Portugal e dado o robusto conjunto de dados que a EDM dispõe decorrente de anteriores trabalhos em que esteve envolvida, pretende posicionar-se com o objetivo de se envolver neste processo, apesar de as respetivas condições do processo concursal ainda não serem conhecidas.

Desta condicionante, decorre que as condições de investimento ainda não são possíveis de estabelecer, embora a EDM admita como preferência a participação em consórcio, que pode ser definido antes ou após o concurso de atribuição, com um envolvimento da ordem dos 15%. A crescente valorização do ouro em 2024 poderá alavancar o lançamento do concurso e apresentação de pedidos de concessão por empresas mineiras.



Figura 11 - Evolução do valor económico da onça de ouro em dólares americanos desde 2006 a 2024 (Fonte: BullionVault)

O projeto de Jales/Gralheira situa-se no concelho de Vila Pouca de Aguiar (Figura 17) e integra a área da antiga Mina de ouro de Jales e do jazigo da Gralheira que nunca foi explorado, a não ser durante um período experimental no início do século passado. Este último é referenciado como o principal depósito de ouro existente em Portugal sendo conhecido, conjuntamente com Jales, desde os tempos da Romanização da Península Ibérica.

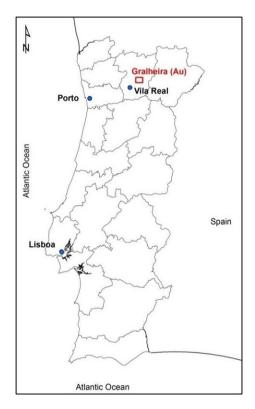


Figura 12 - Localização da área da Gralheira

A mina de Jales encerrou a produção em 1992, numa situação combinada de cotações baixas (inferior a 400\$/Oz), dificuldades técnicas relacionadas com o método de

desmonte usado e necessidade de avultados investimentos na modernização da instalação mineira.

O Jazigo da Gralheira começou a ser estudado no decorrer da década de 80, através da realização de diversas campanhas de sondagens, destacando-se:

1985-90 - Grupo BP(RT)/BRGM. – Durante este período foram executadas 50 sondagens com um total de 6.554 metros perfurados ao longo de 1200 metros da estrutura da Gralheira e foi aberta uma galeria com 350 metros de comprimento seguida de amostragem. Estima-se um recurso mineral (então denominado "reservas") da ordem de 390500 ton com um teor médio de 9.9 g/t correspondente a uma seção de 900m x 200m para uma "mining width" mínima de 1.2m.

1995-99 - Consórcio SMB (COGEMA)/EDM - Efetuados os seguintes trabalhos: levantamentos geofísicos, método elétrico (240 km), VLF (68 km); amostragem geoquímica de solos (9500 amostras); sanjas (5,7 km); sondagens (7.240 metros); análises de amostras (1616) e estudo de pré-viabilidade. Estes trabalhos permitiram delinear concentrações auríferas de pequena dimensão na parte sul do Filão de Campo e confirmar o interesse potencial do Filão da Gralheira.

2000-2011 — Target, depois Kernow /St. Elias Mines Ltd. Durante este período foi investigado o filão da Gralheira e a extensão NE do Filão Campo. Foram executadas várias campanhas de sondagem com um total de cerca de 11.107 metros. Foi também efetuado um levantamento geofísico (IP e magnetotelúrico). Na fase final do período foram produzidas estimativas de recursos cujos resultados indicam cerca de 363.000 toneladas com um teor médio de 6,47 g/t de Au e 27 g/t de Ag na estrutura da Gralheira.

No decorrer do período de vigência dos contratos de exploração experimental e de prospeção e pesquisa com o consórcio da Almada Mining / EDM e apesar vicissitudes, ainda no decorrer do ano de 2013 este consórcio realizou 75 sondagens com um total de 15.534 metros dos quais resultaram cerca de 2.000 amostras, sendo que apenas 164 foram analisadas quimicamente.

Incluindo as sondagens de 2013/2014, já se realizaram um total de 210 sondagens, com uma extensão total de 41.021 metros, assim como a construção de uma galeria com 350 metros de extensão.

A Mina da Gralheira tem um potencial absolutamente reconhecido daí que se possa considerar como sendo os seguintes objetivos a atingir:

- Ser uma das maiores minas produtoras de ouro da Península Ibérica;
- Atingir um recurso de 500.000 Oz;
- Possibilidade de exploração da antiga mina de Jales, nomeadamente no sector sudoeste;
- Possibilitar a exploração de outros pequenos depósitos de ouro existentes em Portugal, através da utilização da lavaria.



Os principais trabalhos a desenvolver futuramente, entre 2024 e 2026, contemplarão as seguintes ações:

- Análises químicas de testemunhos de sondagem e amostras de rocha da área de Gralheira, Jales e de setores com potencial para mineralização de Au-Ag;
- Elaboração de um relatório preliminar que contribua para um maior conhecimento;
- Estudo de viabilidade económica, face aos novos dados resultantes do item anterior.

4.2.1.3 Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos

4.2.1.3.1 Investigação nas Áreas de P&P e do Tratamento de Minérios

O envolvimento da EDM em projetos de I&D relacionados com as novas técnicas de prospeção e pesquisa e de exploração de recursos minerais constitui uma linha de ação que se pretende manter pelos impactos que poderá ter na eficiência dos projetos em curso ou em desenvolvimento no futuro.

Neste sentido, têm vindo a ser realizados esforços na identificação de novas oportunidades de participação em projetos de I&D relacionados com o setor mineiro com financiamento dos fundos comunitários ou outros, designadamente com universidades, institutos de investigação e consórcios internacionais.

Não tendo sido concretizados projetos de I&D no decorrer do ano de 2024, pretende-se em 2025 continuar os contactos com diferentes instituições, no sentido de se desenvolverem projetos e parcerias em temas atualmente relevantes como as matérias-primas críticas, economia circular, reciclagem de materiais (incluindo resíduos mineiros), desenvolvimento de novas técnicas de tratamento de minérios, entre outros temas que possam ser pertinentes e que se enquadrem na temática da prospeção e pesquisa, exploração e circularidade.

Pretende-se também estabelecer colaborações e acompanhamento em novas áreas de investigação aplicada e de inovação que permitam encontrar soluções práticas para a resolução de situações críticas, como por exemplo a pesquisa e a obtenção de matérias-primas críticas, como são os Elementos de Terras Raras.

Tal como tem vindo a acontecer nos últimos anos, a EDM pretende continuar a efetivar colaborações com universidades, no sentido de apoiar a realização de dissertações, publicações, artigos e outros trabalhos académicos.

4.2.1.3.2 Dinamização e Cooperação

A EDM irá apostar no desenvolvimento de ações integradas com as diversas instituições, que atualmente se organizam em torno do setor mineiro, com vista a um aumento da cooperação institucional dentro da União Europeia e em Portugal.

A experiência e informação que a empresa possui no setor mineiro são meios de valorização para quem procura investir em Portugal e recorre à EDM para prestação de serviços ou mesmo para parcerias.



Cada vez mais os Estados procuram alternativas ao atual modelo de desenvolvimento do setor mineiro, que se encontra apoiado nas intervenções de empresas júnior e que são financiadas diretamente através das bolsas de valores geralmente de nações fora da União Europeia. Apesar das suas vantagens, destacando a descoberta de novos depósitos e seu desenvolvimento anterior a uma fase de exploração, o seu modo de operar apresenta debilidades entre as quais o baixo capital, volatilidade do valor das suas ações, especulação associada e financiamento por capital de alto risco.

As semelhanças das dificuldades inerentes à União Europeia deverão incentivar a partilha de experiências, o que justifica a aposta em aumentar a colaboração, ao nível europeu e nacional com empresas de carácter público e que atuem no setor mineiro.

Neste seguimento, a EDM, juntamente com mais 8 parceiros do setor, ao nível nacional, encontra-se a desenvolver uma Plataforma colaborativa de comunicação dos recursos geológicos, de caracter informal, que se designa MINERAL, com o objetivo de promover a cooperação entre todos, começando pela criação de conteúdos, produção de materiais de comunicação, organização de eventos, bem como diversas iniciativas que ajudem a promover o setor e realizar uma comunicação informada, esclarecida e construtiva, com base no conhecimento técnico e científico. Para este efeito, durante os próximos anos, colocar-se-á em prática não só protocolo de cooperação com a DGEG na área dos Recursos Geológicos, assim como o Memorando de Entendimento firmado com todo os restantes parceiros.

4.2.1.3.3 Promoção do Património Geológico-mineiro

4.2.1.3.3.1 Roteiro de Minas

O Roteiro das Minas e Locais de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal conta presentemente com 46 Parceiros, com gestão direta sobre mais de 44 Locais que possuem, entre outras, características culturais, pedagógicas e lúdicas, com mais de 150 Pontos de interesse mineiro ou geológico relevantes e tem como principais objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento local apoiando iniciativas de salvaguarda e rentabilização do património mineiro, nomeadamente em locais que foram objeto de intervenção da EDM, complementando essa intervenção com a introdução de novas valências nesses locais;
- Promover o conhecimento científico sobre a atividade mineira e a geologia, e contribuir para o desenvolvimento da literacia científica na sociedade, sobretudo junto dos mais novos e na comunidade educativa;
- Ser um fator de modernidade associado à exploração mineira e contribuir para a criação de uma imagem positiva desta atividade na sociedade portuguesa, nomeadamente junto das comunidades locais;
- Fomentar o conhecimento de antigas áreas mineiras que foram objeto de recuperação ambiental e que se encontram disponíveis para novas utilizações comunitárias, mitigando o impacto negativo da exploração mineira junto das populações, bem como o incrementando o potencial de utilizações futuras,



designadamente o seu aproveitamento para o desenvolvimento de atividades de turismo industrial ou outras.

No ano de 2025, pretende-se dar sequência às ações que se encontram a decorrer no âmbito do Roteiro e promover novas ações que permitam o desenvolvimento do projeto.

As atividades a desenvolver serão no seguinte âmbito:

- Manutenção e atualização de conteúdos da página na internet do Roteiro das Minas;
- Identificação e apoio aos novos Parceiros do Roteiro das Minas;
- Promoção e troca de "boas práticas" e potenciação do trabalho em rede entre os Parceiros, aos mais diversos níveis e em todos os momentos dos seus trabalhos, designadamente:
 - Apoio a iniciativas e ao desenvolvimento de produtos locais e regionais ou de produtos temáticos no quadro dos objetivos do Roteiro das Minas;
 - Realização de exposições temporárias de elevada mobilidade, dirigidas a determinados públicos-alvo do ROTEIRO, fomentando e gerindo a sua itinerância:
 - Promoção de ações de formação conjunta junto dos Parceiros como é o caso do curso de "Técnico Guia" promovida pela UTAD;
 - Organização e concretização operacional do "16º Encontro Anual de Parceiros", evento regular interno aos Parceiros em local e Parceiro a designar;
 - Produção e divulgação das atividades associadas à promoção da literacia científica, nomeadamente a publicação "Recursos Educativos 2024-2025" e de outros materiais de ampla divulgação como o mesmo objetivo;
 - Realização da "Semana dos Parceiros 2025", momento relevante para a divulgação da oferta da rede de Parceiros, na qual se prevê a participação ativa da EDM como sucedeu no ano transato.
- Colaboração com outros projetos e entidades externas para garantir a visibilidade das atividades do Roteiro das Minas e dos seus Parceiros;
- Colaboração com a Rede Ibérica de Espaços Geomineiros na alimentação e manutenção dos conteúdos referentes aos Parceiros nacionais nessa plataforma;
- Presença em congressos e seminários científicos podendo ser feita a apresentação e apresentação de trabalhos relevantes às temáticas, realizados pelos parceiros;
- Manutenção da política de promoção e comunicação através da Newsletter, da Folha Informativa (interna), do painel expositivo, ou da produção de um novo folheto de divulgação, garantindo a sua distribuição através dos Parceiros e em eventos relevantes.





Figura 10 – roll-up promocional do Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal

4.2.1.3.3.2 Preservação e Valorização do Conhecimento, Memória e Identidade

No âmbito da preservação do conhecimento geológico destacam-se um conjunto de ações que visam assegurar a preservação, manutenção e arquivamento de amostras, carotes e testemunhos de sondagens, evitando a sua degradação e consequentemente perda do investimento e conhecimento geológico, atual e futuro.

De forma a contribuir para a valorização do conhecimento geológico prevê-se a participação e elaboração conjunta de projetos de desenvolvimento do conhecimento e valorização do potencial nacional, através do aperfeiçoamento dos métodos de recolha e sistematização da informação e de um melhor aproveitamento dos recursos. Será também considerada a elaboração e desenvolvimento de projetos e ações de alavancagem de investimento nacional do setor, através de procedimentos concursais para áreas disponíveis.

Neste âmbito está também prevista a implementação de um conjunto de ações de dinamização e divulgação da identidade e memória mineira em áreas recuperadas e em recuperação e a participação e promoção de ações de referência e de boas práticas na



área do turismo mineiro e industrial de forma a contribuir para a preservação e valorização da memória e identidade mineira.

Desde logo, em 2025, está programado materializar e desenvolver os necessários estudos que suportem o pré-projeto para desenvolver uma função científica, pedagógica e turística no antigo complexo industrial mineiro da Urgeiriça, dando uso, criando conteúdos e dinamizando a área e os edifícios recuperados, em termos de património industrial mineiro, em conjunto com diversas entidades da região, desde logo as autarquias, a CIM, as instituições de ensino superior, as associações locais e o tecido empresarial, entre outros stakeholders interessados.



Figura 11 – antigo complexo industrial mineiro da Urgeiriça

4.2.1.3.3.3 Monitorização e Atividades de Recursos Geológicos

No âmbito da monitorização e atividades de recursos geológicos estão previstas um conjunto de ações de acompanhamento para a monitorização de atividades mineiras e de pedreiras, de forma a contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade do sector extrativo em Portugal.

4.2.1.3.3.4 Ações de Promoção, Imagem e Inovação

O reconhecimento público da importância do setor extrativo, nomeadamente do setor mineiro, continua a ser bastante diminuto e de impacte negativo. Este desconhecimento tem origem, em parte, na falta de capacidade do sector em comunicar com o grande público, situação associada a uma imagem negativa, proveniente do passado e dos

passivos ambientais criados e de alguns desastres mineiros, que atualmente se encontra desajustada face às práticas modernas implementadas pela própria indústria. A promoção do trabalho desenvolvido pela EDM no âmbito da concessão para a recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas é essencial e contribui para a promoção e melhoria da imagem do sector. O trabalho desenvolvido pela EDM na remediação destes passivos ambientais contribui para a valorização social, ambiental e económica das áreas afetadas. Neste contexto, é importante promover uma maior divulgação do potencial nacional no âmbito mineiro e de recuperação ambiental, quer a nível nacional quer internacional.

A alteração desta situação impõe a implementação de um programa comunicacional de médio prazo, assente em duas vertentes fundamentais:

- A nível local, através de um programa de promoção da importância do sector e que terá como principal alvo, o público em geral, e com especial enfâse no público escolar, e os principais agentes institucionais, dos quais se destacam as Câmaras Municipais, para o que tem vindo a ser aproveitado o projeto que articula diretamente com os territórios, Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Geológico e Mineiro de Portugal, coordenado pela EDM e pela Direção Geral de Energia e Geologia;
- Ao nível nacional, através de protocolos de cooperação e da participação em plataformas colaborativas que promovam o setor, como é exemplo a recente Plataforma MINERAL, onde participam todas as associações setoriais, empresariais e profissionais, a fim de promover uma comunicação informada e esclarecida, de base técnica e científica;
- A nível internacional, visando a atração de investidores estrangeiros para as fases de prospeção, serão dinamizadas participações em eventos, de cariz internacional. Nos últimos anos a EDM tem marcado presença na convenção da área mineira mais importante a nível mundial, o PDAC, realizada anualmente em Toronto, no Canadá. Este evento promove contactos com diversos investidores, dando assim visibilidade à EDM e ao país. A EDM pretende marcar presença neste evento na edição de 2024. A identificação e participação em novos eventos/conferências a nível nacional e internacional nas vertentes de recuperação ambiental e de exploração de recursos minerais (a título de exemplo MMH, IMWA, SEG, APG, entre outros) que se enquadrem nos objetivos da EDM, é um trabalho contínuo de promoção da empresa e do setor que se pretende manter para o futuro.

4.2.2 Remediação Ambiental

4.2.2.1 Projetos PT2030

4.2.2.1.1 Enguadramento Geral

A atividade da EDM no domínio ambiental envolve os trabalhos de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas realizados como concessionária do Estado, em exclusivo e em regime de serviço publico, nos termos do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

A recuperação ambiental das 199 antigas áreas mineiras inventariadas, integra todos os necessários trabalhos de caracterização das áreas a recuperar, monitorização e pósremediação, incluindo a realização de vistorias, campanhas de monitorização, ações de descontaminação e tratamento de águas de mina e solos contaminados, emissões emissão de pareceres técnicos, além de todas as ações de preservação e manutenção no sentido de acompanhar as áreas recuperadas e monitorizar a qualidade dos recursos hídricos, solos e ar ambiente, de forma regular e permanente.

Nestas ações inserem-se também outros projetos para identificação, caracterização, sinalização e eliminação de ocorrências críticas, nomeadamente poços, galerias, chaminés, abatimentos e subsidências, bem como projetos de monitorização e remediação em infraestruturas e anexos mineiros, de antigas áreas mineiras.

Em matéria de investigação, promoção e parcerias, a empresa desenvolve e participa em projetos de carácter científico, nos quais produz conhecimento essencial para novas técnicas e boas práticas, assentes em conceitos de economia circular, engenharia natural e sustentabilidade ambiental.

Com fins de interesse público, a remediação ambiental visa colocar ao serviço do País e das populações locais as áreas mineiras recuperadas, em termos ambientais, paisagísticos e de segurança, pelo que a EDM desenvolve atividades de promoção e cooperação de âmbito nacional e internacional.

Para o efeito, estabelece protocolos de cooperação, através de Acordos de Parceria com as autarquias e, nos termos destes Protocolos com outras entidades da sociedade civil, e através de protocolos com universidades, entidades da administração local e central, centros de investigação e desenvolvimento e outras entidades internacionais no âmbito da remediação de antigas áreas mineiras.

Toda a atividade no domínio ambiental permite a revitalização, valorização e coesão dos territórios, prevenindo e reduzindo os riscos ambientais, nomeadamente de contaminação de solos, do ar e dos recursos hídricos, proporcionando a melhoria da saúde pública e do ambiente, a segurança de pessoas, animais e bens, a valorização de património industrial, a reabilitação e a conservação da natureza e da biodiversidade, restaurando os ecossistemas.

4.2.2.1.2 Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras

4.2.2.1.2.1 Objetivos da Concessão

A atribuição da Concessão em 2001 para a Recuperação das Áreas Mineiras Degradadas à EDM, na qualidade de operador do Estado para o sector mineiro, constituiu um modelo de gestão original, sem paralelo a nível europeu, que assume um papel ativo, entendido como um serviço de reconhecido interesse público de âmbito nacional, na recuperação ambiental dos passivos da atividade mineira do passado, nas quais não é possível aplicar o principio do poluidor pagador, atualmente em vigor na atividade mineira.

O Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, consignou a concessão e o respetivo contrato foi celebrado a 5 de setembro desse mesmo ano, reconhecendo na experiência



da EDM o conhecimento suficiente e necessário ao estudo, definição e concretização das soluções mais adequadas com base em práticas e conhecimento técnico disponíveis.

O contrato de concessão celebrado por um período de 10 anos, viria, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2011, a ser renovado em 22 de dezembro daquele ano, por um período de 4 anos, e por Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/2015, novamente renovado por 7 anos, cuja minuta da renovação do Contrato de Concessão foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2017.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2023, de 14 de julho, foi autorizada a renovação, por um novo período de oito anos, do contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, celebrado entre o Estado Português e a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

A remediação ambiental de antigas áreas mineiras desenvolvida pela EDM, compreende a sua caracterização, obras de reabilitação e monitorização ambiental, de modo a devolver e garantir o direito dos cidadãos a um ambiente humano e ecologicamente sustentável.

A ação da EDM neste domínio contempla, também, a eliminação dos fatores de risco que constituam ameaça para a saúde e segurança públicas, resultante da poluição das águas, da contaminação dos solos e da eventual existência de escombreiras ou de cavidades desprotegidas.

No regime jurídico da concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas são definidos os seguintes objetivos para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e abandonadas:

- "Eliminar, em condições de estabilidade de longo prazo, os fatores de risco que constituam ameaça para a saúde e segurança públicas, resultante da poluição das águas, da contaminação dos solos e da eventual existência de escombreiras ou de cavidades desprotegidas";
- "Reabilitar a envolvente paisagística e as condições naturais de desenvolvimento da fauna e flora locais, tendo como referência os respetivos habitats anteriores à exploração";
- "Assegurar a preservação do património abandonado pelas antigas explorações, sempre que este apresenta significativa relevância, quer económica quer jurídica, quer em termos de testemunho de arqueologia industrial";
- "Promover a valorização económica, cultural e científica das áreas recuperadas, em função da sua aptidão física, em cada caso concreto, designadamente para utilização agrícola ou florestal, promoção turística e cultural, além de outros tipos de aproveitamento que se revelem adequados e convenientes".





Figura 10 – Reabilitação Ambiental de minas Fonte: The University of Queensland

4.2.2.1.2.2 O universo das áreas mineiras abandonadas e degradadas

A ação da EDM neste domínio, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho e pelo contrato de concessão, tem por base a identificação no território continental de 199 antigas áreas mineiras abandonadas.

Numa primeira fase, foram realizados estudos de caracterização de 175 destas antigas áreas mineiras, em continuidade e complemento dos trabalhos de inventariação inicialmente desenvolvidos, os quais permitiram caracterizar cada uma delas nos vários componentes ambientais com vista ao estabelecimento de Planos Diretores e Planos de Atuação.

Posteriormente, foram identificadas mais 24 antigas áreas mineiras abandonadas pelo que, atualmente, no total, perfazem 199 antigas áreas mineiras abandonadas, que se apresentam na Figura seguinte (numeradas as iniciais de 1 a 175 e de 200 a 223 as 24 posteriormente identificadas).

Pretende-se dar continuidade à mitigação dos impactos ambientais, causados por uma exploração mineira do passado, não sustentável em termos ambientais, e colocar ao serviço do País e das populações locais as áreas mineiras recuperadas, em termos ambientais, paisagísticos e de segurança, mediante a celebração de Acordos de Parceria com as autarquias e, nos termos destes, Protocolos com outras entidades da sociedade civil ao serviço da comunidade.

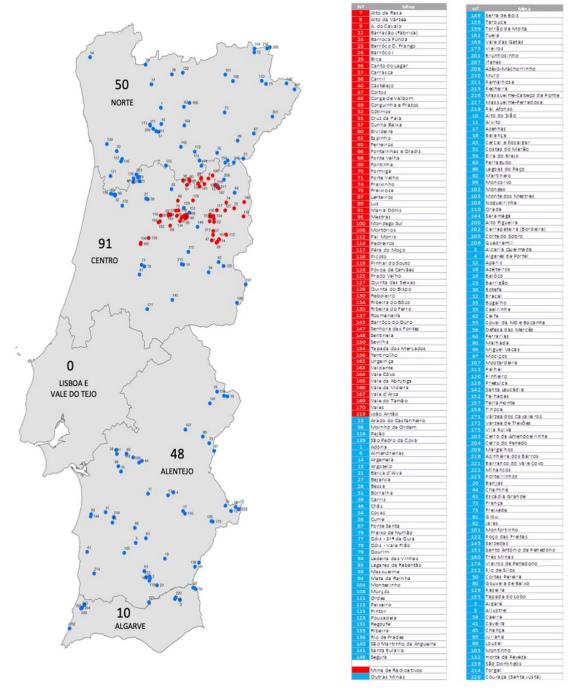


Figura 11 – Áreas Mineiras Abandonadas e Degradadas Inventariadas pela FDM

4.2.2.1.2.3 Financiamento da Concessão

As intervenções a realizar no âmbito da Concessão ambiental das antigas áreas mineiras degradadas têm definido um modelo de financiamento, que prevê a apresentação de candidaturas aos fundos estruturais da União Europeia, adequados à natureza das intervenções a realizar.

Os projetos previstos para 2025, têm enquadramento no atual quadro comunitário, nomeadamente, Portugal 2030, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais (POR) do Norte, Centro, Alentejo e Algarve, que concedem apoio através de subvenções não

reembolsáveis, até um máximo de 85% de Fundo de Coesão das despesas consideradas elegíveis (60% no POR Algarve). Os restantes 15% de contrapartida nacional (40% no POR Algarve), e despesas não elegíveis do investimento total para a concretização da remediação ambiental, devem ser assegurados através da afetação dos encargos de exploração pagos ao Estado, decorrentes da exploração mineira (royalties)ou por outro instrumento de financiamento alternativo a definir, o que, a não acontecer, poderá condicionar o modelo de financiamento e consequentemente o ritmo de execução da remediação ambiental prevista e expectável para mitigar os impactos da antiga atividade mineira e permitir uma melhoria significativa na qualidade dos territórios intervencionados.

4.2.2.1.2.4 Intervenções e investimento no final de 2008 (QCAIII), 2015 (QREN) e 2024 (PT2020)

No Quadro 6 apresentam-se os investimentos efetuados no âmbito da Concessão para a Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas, no período de vigência dos programas comunitários QCA III, QREN e Portugal 2020, até ao final de 2024 (estimados à data da realização do presente documento), traduzidos na realização de estudos, projetos, obras e ações de monitorização nas áreas mineiras dos radioativos (região Centro) e dos polimetálicos (região Norte e Alentejo), no valor total de 138 183 milhares de euros.

		Investimentos			
		2001-2008	2007-2015	2014-2024	
Designação	Concelho	QCA III (POE/PRIM E e POA)	QREN (POVT)	PT 2020 (PO SEUR)	TOTAL
RADIOATIVOS					
Estudos, Projetos e EIA		5 608			5 60
Estudos, Projetos e EIA (20 Minas + Urgeiriça 2ª Fase)			1 463		1 4
Ações de monitorização	DIVERSOS	1 994			1 9
Ações de monitorização (no QREN_POVT)-FASE 2007-2009	DIVERSOS		1 168	3	1 .
Ações de monitorização (no QREN_POVT)-FASE 2009-2011	DIVERSOS		506		50
Ações de monitorização (no QREN_POVT)-FASE 2012-2014	DIVERSOS		1 075		1 0
Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas		***************************************		1 875	1 8
Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos	DIVERSOS	0.070	***************************************		0.0
Obras (e projetos) nas envol. às escombreiras e Zona ind.URGEIRIÇA	NELAS	2 270			2 2
Obras na antiga área mineira de ESPINHO	MANGUALDE	421			4
Obras no VALE DA ABRUTIGA-1ª e 2ª fases	NELAS	2 293			2 2
Obra na barragem velha da URGEIRIÇA (*)	URGEIRIÇA	7 886			7 8
Recuperação Ambiental da Área Mineira de URGEIRIÇA - Fase Final	URGEIRIÇA			13 629	13 6
Recuperação ambiental da área mineira da SENHORA DAS FONTES	PINHEL		2 239		2 2
Recuperação ambiental da área mineira da CUNHA BAIXA	MANGUALDE	***************************************	5 842	***************************************	5.8
recuperação ambiental da área mineira da BICA Trabalhos na RIBEIRA DA PANTANHA e selagem final da BARRAGEM	SABUGAL		4 096		4 0
NOVA	NELAS		8 099		8 0
Remediação ambiental da área mineira do BARROCO I	GOUVEIA	***************************************	584		58
Remediação ambiental da área mineira da FREIXIOSA	MANGUALDE		683		68
Remediação ambiental da área mineira da ROSMANEIRA	SABUGAL		632		60
Remediação ambiental nas áreas mineiras de PRADO VELHO,FORTE VELHO, e antiga fábrica de rádio do BARRACÃO e suas envolventes	PINHEL e GUARDA		3 750		3 7
Remediação ambiental da área mineira de FREIXINHO	PINHEL		489		4
Remediação ambiental da área mineira de FONTINHA	SEIA	***************************************	1 536	***************************************	1 5
Recuperação ambiental das áreas mineiras de CASTELEJO, FORMIGA,	GOUVEIA, FORNOS				
VALE de VIDEIRA, VALES e POVOA de CERVÃES	DE ALGODRES E			3 839	3 8
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de MONDEGO SUL	MANGUALDE TÁBUA			3 484	3 48
Recuperação Ambiental da Área Mineira de QUINTA DO BISPO - Fase 1	MANGUALDE	***************************************		4 221	4 2
Recuperação Ambiental na Área Mineira de MORTÓRIOS	MÊDA			5 090	5 0
Recuperação ambiental das áreas mineiras de PICOTO, RIBEIRA DO BOCO			***************************************		
e CANTO do LAGAR	GOUVEIA e NELAS			3 805	3 80
Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de FERREIROS, REBOLEIRO, BARRÔCO DO OURO, A-DO-CAVALO, QUINTA DAS SEIXAS e	TRANCOSO			6 052	6 0
LENTEIROS To	otal Radioativos	20 472	32 160	41 995	94 629
			02.00		
POLIMETÁLICOS					
POLIMETÁLICOS Estudos Projetos e FIA		7 055			7.0
Estudos, Projetos e EIA		7 055	***************************************		7 0
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1	MÉRTOLA	7 055 605			•••••
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1 ⁴ Fase	MÉRTOLA MÉRTOLA			3 911	60
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1 ⁴ Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1				3 911 3 652	60
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1 ⁴ Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2	MÉRTOLA				69 33
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 14 Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases	MÉRTOLA MÉRTOLA	605			3 9 3 6 1 4
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 14 Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2ª fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA	605			39 36 14
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1 ⁴ Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1 ^o e 2 ^a fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA	605 1 438 1 189			3 6 3 6 1 4 1 2 5 0
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1º Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR	1 438 1 188 5 024			39 36 14 1 50
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 14 Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES Monotorização em JALES	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR	1 438 1 188 5 024 437			60 3 9 3 6 1 4 1 2 5 00 4 3
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1º Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES Monotorização em JALES Recuperação ambiental da antiga área mineira de ARGOZELO Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina ARGOZELO	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR	1 438 1 188 5 024 437 98			60 3 9 3 6 1 4 1 1 5 0 4 1 9
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 14 Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES Monotorização em JALES Recuperação ambiental da antiga área mineira de ARGOZELO Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina ARGOZELO Obras (e projecto) na área mineira de ALGARES, S.JOÃO e PEDRAS	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR V IMIOSO	1 438 1 189 5 024 437 98 1 1 949			60 3 3 6 3 6 1 4 1 5 5 0 4 5 1 9 2 5
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1º Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR VIMIOSO VIMIOSO	1 438 1 188 5 024 437 98 1 949			60 3 9 3 6 1 4 1 - 5 5 0 4 4 1 9 2 2 2 7 9
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1º Fase Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES Monotorização em JALES Recuperação ambiental da antiga área mineira de ARGOZELO Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina ARGOZELO Obras (e projeto) na área mineira de ALGARES, S.JOÃO e PEDRAS BRANCAS - Fase 1B Obras (e projeto) na área mineira de ALJUSTREL - Fase 1	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR VIMIOSO VIMIOSO ALJUSTREL ALJUSTREL	1 438 1 188 5 5 024 437 98 1 949 237 2 796	8 143		60 3 9 3 6 1 4 1 7 5 50 4 4 9 1 9 2 2 79
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1º Fasse Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES Monotorização em JALES Recuperação ambiental da antiga área mineira de ARGOZELO Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina ARGOZELO Obras (e projecto) na área mineira de ALGARES, S.JOÃO e PEDRAS BRANCAS - Fase 1B Obras (e projeto) na área mineira de ALJUSTREL - 5º e 4º Fases	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR VIMIOSO VIMIOSO ALJUSTREL ALJUSTREL	1 438 1 188 5 5 024 437 98 1 949 237 2 796	8 143		60 3 5 3 6 1 4 1 7 5 00 4 4 9 1 9 2 2 7 1 1 0 8 1
Estudos, Projetos e EIA Obra (e projetos) de vedação e sinalização da Barragem da Achada do Gamo e reabilitação da estação do Pomarão na área mineira de S DOMINGOS - 1º Fasse Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 1 Recuperação ambiental da área mineira de S. Domingos - Fase 2 Obra na antiga área mineira de TERRAMONTE - 1º e 2º fases Obra (e projetos) na antiga área mineira de COVAS Reabilitação da escombreira de JALES Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina JALES Monotorização em JALES Recuperação ambiental da antiga área mineira de ARGOZELO Instalação da unidade de tratamento de efluentes do fundo de mina ARGOZELO Obras (e projecto) na área mineira de ALGARES, S.JOÃO e PEDRAS BRANCAS - Fase 1B Obras (e projeto) na área mineira de ALJUSTREL - 5º e 4º Fases Recuperação ambiental da área mineira do LOUSAL - 1º e 2º Fases	MÉRTOLA MÉRTOLA CASTELO PAIVA V NOVA CERVEIRA V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR V POUCA AGUIAR VIMIOSO VIMIOSO ALJUSTREL ALJUSTREL	1 438 1 188 5 5 024 437 98 1 949 237 2 796	8 143 5 992 14 135		7 05 60 3 9 3 60 1 4 1 1 5 02 43 2 79 1 0 8 1 5 99 43 554

Quadro 6 - Projetos e investimentos Executados-QCAIII (POE/PRIME e POA), QREN (POVT) e Portugal 2020 (PO SEUR) (em 10³€)



Desde 2001, do universo das 199 antigas áreas mineiras inventariadas tidas como degradadas e abandonadas, 62 de explorações de minérios radioativos e 137 de explorações de minérios polimetálicos, da sua caracterização e planificação das intervenções, têm vindo a ser desenvolvidos e implementados projetos com o apoio do QCAIII, do QREN e do Portugal 2020, permitindo uma melhoria significativa na qualidade das comunidades e do ambiente dos territórios intervencionados.

Até final de 2024, como indicado no Quadro 7 foram concluídas ou em fase final de conclusão as intervenções em 52 áreas mineiras associadas aos radioativos e 63 aos minérios polimetálicos, ou seja, 115 no total. Encontram-se classificadas como "em intervenção" as antigas áreas mineiras cujos planos diretores preveem intervenções faseadas nas quais não foram concluídas todas as fases de recuperação ambiental, nomeadamente, Quinta do Bispo (Fase 1 concluída) e São Domingos (Fase 2 concluída).

Áreas Mineiras	Inventário	Pós-intervenção	Em intervenção	Pré-intervenção
Radioativos	62	52	1	9
Polimetálicos	137	63	1	73
		115	2	82
TOTAL	199	117		
		199		

Quadro 7 - Síntese das Intervenções em final de 2024

4.2.2.1.2.4.1 Plano de atuação no PT2030

A Estratégia para a Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras Abandonadas - Plano de Atuação no Portugal2030 define a estratégia geral de atuação e a planificação da lista de intervenções de recuperação ambiental, incluindo os custos estimados, a submeter a apoio financeiro dos Fundos da Política de Coesão.

O anterior "Documento Enquadrador – Estratégia de Atuação 2014-2020 – Atualizado" foi homologado pelo Secretário de Estado da Energia (SEE) em 28 de março de 2018, substituindo o anterior homologado pelo SEE em 22 de outubro de 2015, que visava a atividade da EDM no âmbito do Portugal 2020. O Documento Enquadrador inicial foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Passivos Ambientais (GT Passivos Ambientais), criado através do Despacho n.º 28176/2007, de 14 de dezembro, do MAOTDR e do Ministério da Economia e da Inovação, e visava enquadrar a atividade da EDM no âmbito do QREN (2007-2013).

O Plano de Atuação no PT2030 (Documento Enquadrador) dá continuidade ao desígnio da remediação ambiental adequando a Estratégia de Atuação da EDM no âmbito do PT2030, tendo sido homologado pela Senhora Secretária de Estado da Energia e Clima com a tutela dos recursos geológicos e mineiros, em 22 de março de 2024 .



O documento considera as necessárias intervenções de remediação e descontaminação ambiental de áreas mineiras abandonadas e degradadas; revitalização e regeneração de locais contaminados de antigas zonas mineiras; ações de monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas antes, durante e pós-remediação; a otimização de condições de funcionamento e conservação; gestão e prevenção de riscos e segurança; operações de valorização de património industrial mineiro; ações de reabilitação e conservação da natureza e biodiversidade nas áreas intervencionadas, adaptando a tipologia de intervenção às necessidades atuais de ação. Este documento considera intervenções de recuperação ambiental base e intervenções de recuperação ambiental complementares, ou seja, intervenções de recuperação ambiental em áreas recuperadas nas últimas duas décadas e que necessitam de nova intervenção ou intervenção complementar para otimizar as soluções técnicas adotadas.

A remediação ambiental concretiza-se através de soluções técnicas passivas e ativas, as quais sinergeticamente com o ambiente e a biodiversidade a tornam num processo dinâmico que necessita de monitorização e manutenção para garantir uma solução ótima ao longo dos anos.

De forma a otimizar as intervenções de recuperação ambiental e os investimentos a realizar, a lista das intervenções, considera, sempre que aplicável, a realização de intervenções conjuntas em mais do que uma área mineira degradada, em função das soluções de recuperação a implementar e proximidade das áreas mineiras.

O Plano de Atuação da EDM no PT2030 e os investimentos propostos assentam no pressuposto de que serão disponibilizadas as dotações financeiras necessárias para sua implementação, quer por parte do Portugal2030 através dos Programas Regionais, quer na afetação dos encargos de exploração da atividade mineira em Portugal (royalties) para a Concessão de recuperação ambiental, de forma a assegurar as verbas consignadas necessárias para a componente nacional e despesas da concessão não elegíveis no âmbito dos regulamentos dos Programas Operacionais Regionais, mas imprescindíveis à atividade de remediação.

Considerando a aposta na gestão por região do PT2030, o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 apresentam-se nos pontos seguintes a lista de intervenções que se encontram em fase de preparação, ou efetiva de intervenção, no âmbito dos POR Norte, POR Centro, POR Alentejo e PORAlgarve.

O planeamento da realização das intervenções de recuperação ambiental nas antigas áreas mineiras no âmbito do PT2030, tem em consideração o Estudo de Hierarquização, o Plano de Atuação da EDM no PT2030 - Documento Enquadrador, mas também um conjunto de outros critérios em consideração, nomeadamente: a existência e a maturidade dos próprios projetos e soluções de recuperação ambiental definidos para cada área; o interesse das entidades locais em assegurar a gestão e o uso dessas áreas pela população após a sua recuperação ambiental; e, naturalmente, em resultado da análise custo-benefício, face à necessidade de otimizar os investimentos em função dos fundos disponíveis nos Programas Regionais para esta tipologia de intervenções.

4.2.2.1.3 Programa Regional do Norte

Apresenta-se no Quadro 8 as estimativas de investimento nas candidaturas submetidas e que se propõem submeter ao Programa Regional do Norte, com destaque para a realização de trabalhos nas antigas áreas mineiras de Covas e Jales (fase complementar), Pintor e Pejão, que se consideram prioritárias e com trabalhos em curso de forma a assegurar a maturidade necessária à formalização das candidaturas, que se pretende que possa ocorrer até ao final de 2024. A apresentação de candidaturas adicionais será definida de acordo com os critérios já mencionados e mediante a abertura de Avisos-Convite e confirmada a disponibilidade financeira.

Mina / Projeto	Mina / Projeto Concelho	
		Total
Fase complementar de recuperação ambiental das antigas áreas mineiras de Covas e Jales	Vila Nova de Cerveira e Vila Pouca de Aguiar	5 700
Recuperação ambiental da área mineira de Pintor	Oliveira de Azeméis	4 300
Recuperação ambiental da área mineira de Pejão – Fase 1	Castelo de Paiva	5 400
Recuperação ambiental da área mineira de Montesinho	Bragança	5 000
Recuperação ambiental das áreas mineiras de Borralha, Bessa, Carris e Pai Afonso	Montalegre	11 000
	Total	27 500

Quadro 8 - Candidaturas submetidos ao Programa Regional do Norte (em 10³€)

Os valores apresentados correspondem a estimativas que serão ajustados aquando da revisão dos projetos e preparação final das candidaturas a apresentar.

Junta-se uma breve descrição das intervenções de recuperação ambiental previstas realizar na região Norte.

4.2.2.1.3.1 Fase Complementar de Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Covas e Jales

A antiga área mineira de Covas localiza-se no concelho de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo (Figura 12). A área mineira envolve igualmente outras antigas minas, como Fervença (céu aberto) e Cerdeirinha (céu aberto e subterrânea), no então designado "Couto Mineiro de Valdarcas nº 58", numa área global de 427,35 ha, onde decorreu de forma regular entre 1952 e 1984 a exploração mineira.

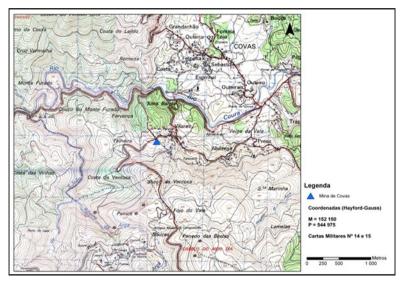




Figura 12 – Localização (imagem superior) e precipitados (imagem inferior) de drenagem ácida de mina na antiga área mineira de Covas

A EDM realizou, nesta área mineira, os principais trabalhos de recuperação ambiental no ano de 2007, que consistiram essencialmente na modelação e impermeabilização parcial das escombreiras E2 a E4 e E5 nas zonas ravinadas, com taludes adequados à estabilização de segurança e impacte visual pretendido e reforço com muros de proteção e drenagem de lixiviados, incluindo um pequeno sistema de tratamento passivo.

Após cerca de 10 anos decorridos sobre as principais intervenções, verifica-se a necessidade de proceder à implementação de medidas adicionais de controlo e separação entre águas pluviais e as escombreiras existentes, minimizando a geração de águas ácidas, mas também assegurar uma adequada recolha e tratamento passivo das águas contaminadas previamente à sua drenagem para a ribeira do Poço Negro e do rio Coura.

O Couto Mineiro de Jales abarca diversos pontos de exploração aurífera, sendo o mais relevante a antiga Mina dos Mouros, vulgarmente conhecida como Mina de Jales, localizada junto à povoação de Campo de Jales, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real (Figura 13).

A reabilitação da mina de Jales foi executada em 2003 na que seria a 1ª obra de recuperação ambiental em Portugal, realizada pela EDM ao abrigo desta concessão. As intervenções incidiram sobre a escombreira e a água de mina que descarrega naturalmente na galeria do piso 2 junto à ribeira.

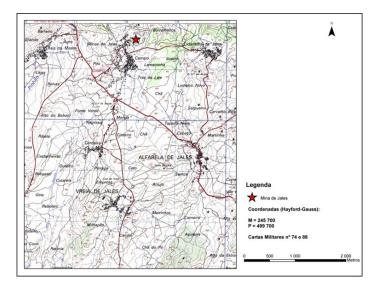




Figura 13 – Localização (imagem superior) e sistema de tratamento passivo a recuperar (imagem inferior) de drenagem ácida de mina na antiga área mineira de Jales

De forma a assegurar o tratamento das águas de mina que surgem naturalmente na galeria do piso 2 foi construído um sistema de tratamento passivo. Este sistema de tratamento passivo encontra-se, volvidos mais de 10 anos, no fim da sua vida útil e como tal, carece de ser alvo de intervenção de forma a assegurar a sua capacidade de tratamento.

O projeto de execução da "Fase complementar de recuperação ambiental das antigas áreas mineiras de Jales e Covas" permitirá a execução de um conjunto de ações que promovam promovem a continuação e salvaguarda do sucesso da operação de remediação recuperação ambiental nestas antigas áreas mineiras e são indispensáveis para a prevalência dos níveis exigidos de proteção ambiental e de segurança das povoações envolventes.

4.2.2.1.3.2 Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira do Pintor

A antiga área mineira de Pintor localiza-se no concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro. A Concessão mineira estabeleceu-se entre 1897 e 1992 e a Exploração exploração (em lavra subterrânea) decorreu até 1958, numa área de 4 ha, onde se exploraram sulfuretos polimetálicos, nomeadamente volfrâmio (W), estanho (Sn) e arsénio (As).

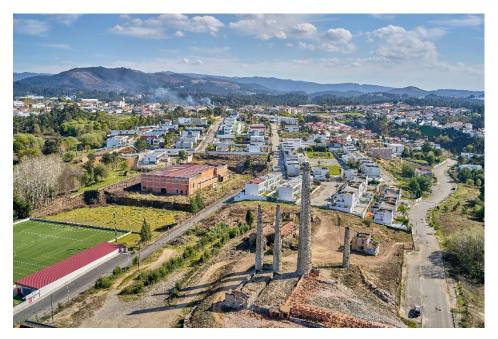


Figura 13 – Vista da área mineira do Pintor

As escombreiras situam-se a oeste da área mineira, constituindo uma vertente íngreme para a ribeira do Pintor, onde existe uma galeria de esgoto de mina. Destaca-se um conjunto de chaminés, emblemáticas na região, e alguns edifícios em estado de ruína avançado e disperso.

Com os trabalhos, entretanto, realizados, de delimitação, caracterização e quantificação dos materiais depositados na escombreira (talude orientado para a ribeira do Pintor), assim como a avaliação do grau contaminação dos solos, aluviões e água da ribeira, prevê-se para 2024 a conclusão do projeto de execução, preparação do processo de candidatura e sequente lançamento do concurso público para a execução da empreitada de remediação ambiental da área mineira do Pintor.

4.2.2.1.3.3 Recuperação Ambiental do Pejão

O couto mineiro do Pejão inclui as minas do Pejão e de Germunde e localiza-se no concelho de Castelo de Paiva, distrito de Aveiro. A localidade de Raiva situa-se a cerca



de 2 km a NE da mina do Pejão e a de Pedorido a 1 km para Leste da mina de Germunde. O início da exploração, na área de Germunde, deu-se por volta de 1900. Todavia, só a partir de 1942 é que a exploração começou sem interrupção até ao seu fecho. Inicialmente a exploração era feita por meio de trabalhos subterrâneos com acesso em flanco de encosta. Em 1961, procedeu-se à abertura do 1.º piso totalmente subterrâneo, prosseguindo-se, a abertura dos pisos seguintes (do 2º até ao 9º). A distância vertical entre cada piso é de 50 m do 1.º ao 6.º, enquanto que os pisos mais profundos (6.º, 7.º 8.º e 9.º) são equidistantes de 60 m (ECD, 1992).



Figura 14 - Vista da área mineira de Pejão (Germunde)

A Mina de Germunde era servida por 3 poços verticais: um poço de serviço (chamado Poço dos Materiais ou Poço de Germunde I), e um poço de extração (chamado Poço de Germunde II) a NW e um poço de ventilação (Poço da Serrinha) a SE. Verifica-se ainda a existência de um conjunto muito vasto de escombreiras de grande dimensão, parcialmente remodeladas e revegetadas aquando do encerramento da mina. Verifica-se ainda existência de drenagem de águas de mina diretamente para a linha de água apresentando alguns sinais de acidificação das águas nas zonas da mina situadas junto à povoação de Folgoso.

As medidas de realização consistem em ações que vão promover, na sua essência, a recuperação ambiental e paisagística dos pontos abandonados pela antiga exploração mineira, ou seja, medidas que permitam assegurar a requalificação das áreas afetadas e das demais áreas com depósitos de materiais carboníferos de forma a evitar a ocorrência ou aparecimento de focos de instabilidade, degradação ou que promovam riscos para o meio ambiente e para as pessoas.

Face à extensão e complexidade desta antiga área mineira é necessário proceder a uma intervenção faseada, prevendo-se a implementação da Fase 1, de descontaminação e recuperação do Poço de Germunde I e o confinamento das escombreiras adjacentes de forma a promover a estabilização, recuperação e valorização do património histórico mineiro e o melhoramento das condições ambientais nesta área do complexo mineiro de Pejão-Germunde.

4.2.2.1.3.4 Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Montesinho

A área mineira de Montesinho situa-se próximo da localidade de Montesinho, junto à fronteira espanhola, na freguesia de França, concelho e distrito de Bragança. A área mineira ocupa cerca de 90 hectares e a sua exploração remonta ao século XX para exploração de estanho (cassiterite) e volfrâmio.



Figura 16 - Área mineira de Montesinho

O minério era desmontado com o recurso a explosivos e depois transportado, em vagonetas, para as tremonhas da britagem primária donde era enviado para processamento hidrogravítico, sendo as estéreis resultantes do processamento depositados na barragem de estéreis. Existem três corpos de escombreiras com volume superior a 100.000 m3, constituídas por fragmentos de xistos mosqueados, granito moscovítico e quartzo, encontrando-se parcialmente revegetadas por urzes. Apresentam alguns sulfuretos e taludes com inclinações elevadas tornando-as algo instáveis.

A área mineira foi explorada através de lavra subterrânea e a céu aberto, pelo que se verifica um elevado número de poços e galerias, os quais foram na sua maioria selados



em intervenções de segurança concluídas em 2007 e 2011, nas designadas de 1.º e 2.º fases dos trabalhos de requalificação ambiental. Nos trabalhos da 2.º fase incluíram-se as atuações preliminares de desobstrução do leito principal da Ribeira do Vale da Ossa.

Os edifícios existentes encontram-se na sua maioria abandonados, não evidenciando o perigo de colapso estrutural. Salienta-se, no entanto, a antiga lavaria, que se encontra com um estado de conservação muito degradado, verificando-se a inexistência de pavimento nos diversos pisos do edifício, assim como o estado degradado do guarda-corpos na sua envolvente, ao nível da sua cota superior, que apresenta desenvolvimento de corrosão e falta de barras.

4.2.2.1.4 Programa Regional do Centro

Apresenta-se no Quadro 9 as estimativas de investimento nas candidaturas que se propõem submeter ao Programa Regional do Centro, com destaque para a realização de trabalhos nas antigas áreas mineiras de Maria Dónis, Ervideira, Mestras, Carril e Senhora das Fontes (fase complementar), e da Recuperação dos Sistemas de Descontaminação de águas, solos e lamas contaminadas das áreas mineiras dos radioativos, que se consideram prioritárias e com trabalhos preparatórios em curso de forma a assegurar a maturidade necessária à apresentação de candidaturas, que se pretende que possa ocorrer até ao final de 2024. A apresentação de candidaturas adicionais será definida de acordo com os critérios já mencionados e mediante a abertura de Avisos-Convite e confirmada a disponibilidade financeira.

Mina / Projeto	Concelho	Investimentos
		Total
Recuperação ambiental da área mineira de Maria Dónis, Ervideira, Mestras, Carril e Senhora das Fontes (fase complementar)	Aguiar da Beira e Pinhel	5 500
Recuperação dos Sistemas de Descontaminação de águas, solos e lamas contaminadas das áreas mineiras dos radioativos	Vários	4 900
Recuperação ambiental da área mineira de Q. Bispo - Fases seguintes e Pinhal do Souto	Mangualde	16 000
Total		28 000

Quadro 9 - Candidaturas submetidos ao Programa Regional do Centro (em 10³€)

Os valores apresentados correspondem a estimativas que serão ajustados aquando da revisão dos projetos e preparação final das candidaturas a apresentar.

Junta-se uma breve descrição das intervenções de recuperação ambiental na região Centro.

4.2.2.1.4.1 Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Maria Dónis, Ervideira, Mestras, Carril e Senhora das Fontes (fase complementar)

As antigas áreas mineiras de Maria Dónis, Ervideira e Mestras localizam-se no concelho de Aguiar da Beira, distrito da Guarda e a antiga área mineira de Senhora das Fontes



localiza-se no concelho de Pinhel, distrito da Guarda. A antiga área mineira do Carril localiza-se no concelho de Sernancelhe, Distrito de Viseu.

A antiga área mineira de Maria Dónis iniciou a exploração em 1988 e a exploração decorreu até 1989. Numa área de 5,5 hectares, exploraram-se minérios radioativos nomeadamente urânio (U), tendo a exploração sido feita em lavra a céu aberto. A antiga área mineira de Mestras foi explorada entre 1919 e 1924 e entre 1955 e 1958. Numa área de 3 hectares a exploraram-se minérios radioativos, nomeadamente rádio (Ra) e urânio (U), tendo a exploração sido feita em lavra subterrânea.

A antiga área mineira de Ervideira foi explorada entre 1919 e 1920 e posteriormente em 1955. Numa área de 0,5 hectares a explorou-se minérios radioativos, nomeadamente rádio (Ra) e urânio (U), tendo a exploração sido feita em lavra subterrânea. A antiga área mineira do Carril foi explorada entre 1954 e 1958 para extração de urânio (U), numa área de 0,4 hectares, tendo a exploração sido feita a céu aberto.

A antiga área mineira de Senhora das Fontes foi explorada entre 1967 e 1982 numa área de 15 hectares, tendo sido explorada tanto a céu aberto como em lavra subterrânea para extração de minérios radioativos, nomeadamente urânio.



Figura 17 – Fotografia aérea da antiga área mineira de Maria Dónis

Os trabalhos de recuperação ambiental a realizar nestas antigas áreas mineiras incluem a remoção e confinamento de escombreiras, saneamento de solos contaminados e o preenchimento de cortas existentes.

Serão ainda realizados trabalhos complementares de remediação da antiga escombreira de Senhora das Fontes de forma a assegurar a melhoria da estabilidade geotécnica da escombreira existente e salvaguardar o confinamento dos materiais radioativos aí depositados, assegurando a proteção do ambiente e da população envolvente.

4.2.2.1.4.2 Recuperação dos Sistemas de Descontaminação de águas, solos e lamas contaminadas das áreas mineiras dos radioativos

No âmbito da recuperação ambiental de antigas áreas mineiras dos radioativos verificouse a necessidade de construir recuperação dos sistemas de descontaminação de águas de mina em 8 das áreas mineiras, designadamente, Urgeiriça (Barragem Nova e Poço 4), Cunha Baixa, Quinta do Bispo, Bica, Prado Velho, Freixiosa, Vale d'Arca e Vale da Abrutiga.

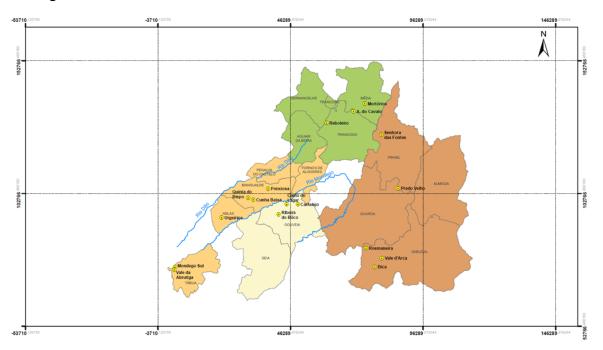


Figura 18 – Localização das antigas áreas mineiras de radioativos

Estes sistemas têm como objetivo assegurar o tratamento das águas contaminadas que persistem nas antigas áreas mineiras após a conclusão das intervenções base de recuperação ambiental e fazem parte integral da solução de remediação, de forma a assegurar no longo prazo da qualidade das águas subterrâneas, superficiais e dos solos na envolvente das áreas mineiras e garantir a proteção do ambiente e da população.

Em função da complexidade e da extensão da contaminação residual existente procedeu-se à implementação de sistemas de tratamento ativo, passivo ou mistos. Apesar das diferentes soluções adotadas, resulta a acumulação de lamas e sedimentos contaminados com metais e radionuclídeos removidos das águas contaminadas, pelo que após quase uma década desde a generalidade da implementação destes sistemas, verifica-se a necessidade de proceder ao saneamento destes materiais de forma a evitar a sua colmatação e degradação na da capacidade de descontaminação das águas de mina, o que poderá comprometer a melhoria das condições ambientais registadas desde as intervenções iniciais de recuperação ambiental.

Estas são intervenções indispensáveis de forma recuperar os sistemas de descontaminação de água solos e das quais resulta a necessidade de proceder a melhoria das soluções de remoção, desidratação e armazenamento das lamas e sedimentos contaminados até à sua deposição final.



Complementarmente, prevê-se a reposição dos meios filtrantes e a melhoria das condições de funcionamento dos sistemas de forma a aumentar a sua resiliência a fenómenos climáticos extremos e assim melhorar a proteção ambiental na envolvente das antigas áreas mineiras dos radioativos.

Fica desta forma demonstrada a intencionalidade e complementaridade atribuída a estes novos trabalhos que visam assegurar e otimizar as atividades de remediação ambiental já realizadas nestas antigas áreas mineiras, que promoveram ações de confinamento e selagem dos antigos resíduos mineiros, a reabilitação dos solos e ecossistemas afetados pela exploração e abandono da atividade mineira e a adequada integração paisagística, em condições de estabilidade que se pretendem ser de longo prazo, com a inexistência de fatores de risco que constituam ameaças para a saúde e segurança pública, aplicando as melhores soluções do ponto de vista técnico, ambiental e económico. Complementarmente esta linha abrange as operações de descontaminação de águas de mina, monitorização e controlo da qualidade do meio hídrico, dos solos e ar ambiente.

4.2.2.1.4.3 Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo e Pinhal do Souto

As antigas áreas mineiras da Quinta do Bispo e de Pinhal do Souto localizam-se no concelho de Mangualde, distrito de Viseu.

A Quinta do Bispo foi explorada de 1979 a 1987 a céu aberto para extração de minério de urânio. Entre 1987 e 1992 foi instalada uma unidade de troca iónica. A área de solos ocupada com as escombreiras de estéril e minério pobre é de 70 000 m². A partir de 1992, na corta desta antiga área mineira procedeu-se ao tratamento por lixiviação ácida de imersão de minérios pobres desta mina e de outras da região. A área de solos ocupada com as escombreiras de estéril e minério pobre é de 70 000 m².

As intervenções levadas a cabo na Fase 1 do processo de remediação ambiental visaram a recuperação e a tomada de medidas de correção nos sistemas hidrológicos e ambientais na área mineira da Quinta do Bispo, e pretenderam, objetivamente, uma redução dos impactes ambientais no meio hídrico através da construção de uma Estação de Tratamento de Águas de Mina, com o objetivo de assegurar o tratamento dos lixiviados ácidos, promovendo uma melhor restauração e revalorização das estruturas e capacitar a recuperação da área do ponto de vista paisagístico com órgãos de maior aptidão.

As fases seguintes que se pretendem implementar têm como objetivo a redução do volume de lixiviados produzidos, através do confinamento das escombreiras de materiais estéreis e de e minério pobre, confinamento dos resíduos mineiros depositados na corta, reduzir a infiltração das águas pluviais e simultaneamente, otimizar o tratamento dos efluentes lixiviados.



Figura 19 – Fotografia panorâmica da antiga área mineira de Quinta do Bispo

De forma integrada com as próximas fases de remediação da Quinta do Bispo, será ainda realizada a remediação da antiga área mineira de Pinhal do Souto. Esta área foi explorada entre 1975 e 1989, numa área de 2,5 ha para exploração de minérios radioativos, nomeadamente urânio (U), através de lavra subterrânea.

4.2.2.1.5 Programa Regional do Alentejo

Apresenta-se no Quadro 5 as estimativas de investimento nas candidaturas que se propõem submeter ao Programa Regional do Alentejo, com destaque para a realização de trabalhos nas antigas áreas mineiras de Aljustrel e Lousal (fase complementar), São Domingos (Fase 3) e Caveira, que se consideram prioritárias e com trabalhos preparatórios em curso de forma a assegurar a maturidade necessária à apresentação de candidaturas, que se pretende que possa ocorrer até ao final de 2024. A apresentação de candidaturas adicionais será definida de acordo com os critérios já mencionados e mediante a abertura de Avisos-Convite e confirmada a disponibilidade financeira.

Mine / Dusints	Consolles	Investimentos
Mina / Projeto	Concelho	Total
Fase complementar de recuperação ambiental áreas mineiras de Aljustrel e Lousal	Aljustrel e Grândola	8 600
Recuperação ambiental da área mineira de São Domingos – Fase 3	Mértola	16 000
Recuperação ambiental da área mineira de Caveira	Grândola	4 500
Recuperação ambiental das antigas áreas mineiras de Aparis, Botefa, Defesa das Mercês, Preguiça, Vila Ruiva, Minancos, Azenhas e Orada	Barrancos, Moura, Serpa, Vidigueira	3 000
	28 500	

Quadro 10 - Candidaturas a Submeter ao Programa Regional do Alentejo (em 10³€)



Os valores apresentados correspondem a estimativas que serão ajustados aquando da revisão dos projetos e preparação final das candidaturas a apresentar.

Junta-se uma breve descrição das intervenções de recuperação ambiental na região Alentejo.

4.2.2.1.5.1 Fase Complementar de Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Aljustrel e Lousal

A antiga área mineira de Aljustrel ou, mais apropriadamente, o "Complexo Mineiro de Aljustrel", localiza-se na vila de Aljustrel, distrito, de Beja (Figura 20). A exploração nesta área mineira resultou num conjunto de impactes ambientais muito significativos devido à existência de escombreiras piritosas de grandes dimensões e a consequente geração de águas ácidas com elevada carga em metais pesados.



Figura 20 – Fotografia área da antiga área mineira de Aljustrel

O complexo mineiro do **Lousal** (Figura 21) localiza-se no concelho de Grândola, distrito de Setúbal. Trata-se duma área mineira de grande extensão, que apresentava um importante impacte hídrico e ambiental.



Figura 21 – Área mineira de Lousal

De forma a recuperar ambientalmente estas antigas áreas mineiras degradadas, foram realizadas um conjunto de obras cujos principais objetivos eram minimizar a formação de águas ácidas e de solos contaminados, além de contemplar também os problemas de segurança, os impactes na qualidade do ar e o património arqueológico e mineiro classificado, assim como os aspetos da paisagem e fauna locais, de forma a requalificar as áreas afetadas, tendo-se em conta possíveis usos futuros.

Devido à elevada complexidade destas situações onde os passivos ambientais resultantes da exploração mineira existem há várias décadas, impõe-se complementar e melhorar as soluções já implementadas, não só permitindo assim a resolução de novas situações como também a correção e melhoria dos sistemas hidrológicos e ambientais nas áreas mineiras de Aljustrel e Lousal, assegurando desta forma uma redução dos impactes ambientais. Assim, será possível complementar e promover uma maior eficácia cumulativa das medidas previstas com trabalhos anteriores de recuperação ambiental. A filosofia orientadora desta fase complementar é privilegiar a redução do volume de lixiviados produzidos, o desvio e controlo das águas limpas, através do máximo confinamento e controlo dos focos de poluição, e assim procurar diminuir a geração de águas ácidas e otimizar o tratamento dos lixiviados.

4.2.2.1.5.2 Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos-Fase 3

A antiga área mineira de São Domingos localiza-se na freguesia de Corte do Pinto, concelho de Mértola, distrito de Beja. O vasto complexo mineiro e metalúrgico degradado da Mina de São Domingos, localiza-se junto à povoação do mesmo nome, inicialmente construída como polo habitacional da mina, o que agudiza a natureza íntima da relação centenária estabelecida, com a necessidade por todos sentida de intervenção

ambiental no respeito pela paisagem característica mineira e defesa do património industrial e arqueológico relevante.



Figura 22 - Área mineira de São Domingos

A lavra foi feita a céu aberto até aos 120 metros de profundidade, tendo os trabalhos continuado por meio de poços e galerias até aos 400 metros, estendendo-se a área mineira desde a aldeia das Minas de São Domingos até ao Porto do Pomarão numa extensão de cerca de 15 Km. São Domingos é hoje uma das maiores e mais complexas situações de contaminação ambiental resultantes da exploração mineira em Portugal e que abrange uma área de mais de 600 hectares de antiga área mineira por recuperar, incluindo diversas escombreiras, antigas áreas industriais, barragens e lagoas de águas ácidas e contaminadas com metais pesados.

As propostas e recomendações de recuperação ambiental da antiga área mineira da Mina de São Domingos têm como princípio de atuação primordial a separação entre as águas limpas e os focos contaminantes com a finalidade de minimizar a formação de efluentes ácidos e maximizar a requalificação ambiental das zonas afetadas a jusante, optando pelas alternativas que, solucionando os problemas identificados, resultem o mais económicas possível, tanto na implementação, como nas fases seguintes de monitorização e manutenção, garantindo a sua eficácia e segurança, respeitando o meio, e revalorizando, na medida do possível, a sua envolvente natural e utilidade pública.

Dada a extensão da área de intervenção, a diversidade das situações de impacte observadas e a necessidade de conciliação com os propósitos de preservação do ambiente mineiro típico, património arqueológico e dos habitats e espécies endógenas, a solução de recuperação ambiental definida tem como objetivo a maximização dos benefícios ambientais, salvaguardando, contudo, todos estes aspetos. Por isso, com a aplicação das medidas previstas pode-se esperar uma substancial melhoria ambiental e paisagística, que permitirá condições mais favoráveis que as agora existentes para repor características ecológicas de maior valor ao meio.

Desta forma, o Plano Diretor da Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos, preconiza a realização de 6 fases de atuação, designadamente:

- Fase 1 Obras de Recuperação do Sistema de Canais de Recolha de Águas de Escorrência Superficial da Antiga Área Mineira de São Domingos: Margem Direita;
- Fase 2 Obras de Recuperação do Sistema de Canais de Recolha de Águas de Escorrência Superficial da Antiga Área Mineira de São Domingos: Margem Esquerda;
- Fase 3 Concentração e confinamento dos resíduos mineiros da Antiga Área Mineira de São Domingos;
- Fase 4 Sistema de drenagem e tratamento das águas ácidas da Antiga Área Mineira de São Domingos;
- Fase 5 Descontaminação do vale da Ribeira do Mosteirão a jusante da Antiga Área Mineira de São Domingos;
- Fase 6 Recuperação e valorização patrimonial e turística da Antiga Área Mineira de São Domingos.

Concluídas as duas primeiras fases da recuperação ambiental, designadamente as obras para a recuperação da margem direita e margem esquerda do sistema de canais de recolha de águas de escorrência superficial da antiga área mineira de São Domingos, pretende-se dar início à fase seguinte com vista ao tratamento e confinamento dos resíduos mineiros incluindo os estudos de caracterização e avaliação da geração de águas ácidas por estes materiais e ações de monitorização e controlo do meio hídrico.

4.2.2.1.5.3 Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Caveira

A antiga área mineira da Caveira situa-se na Serra da Caveira, na freguesia e concelho de Grândola, distrito de Setúbal, ocupando uma área de cerca de 100 hectares. Esta mina, de produção de sulfuretos polimetálicos maciços, laborou durante a fase de ocupação Romana da Península Ibérica (durante a qual se efetuou a extração de ouro, prata e cobre) e os séculos XIX e XX (a extração iniciou-se em 1863 e terminou nos finais da década de 1960), em lavra subterrânea e a céu aberto, encontrando-se presentemente abandonada.



Figura 23 – Área mineira de Caveira

Os estéreis provenientes da exploração, foram depositados no exterior, sem preocupações ambientais, ao largo de uma grande superfície, essencialmente em flanco de encosta. Atualmente e depois da destruição de uma barragem a jusante da escombreira principal, assiste-se ao arraste de carga sólida proveniente desta escombreira, com minerais pesados e ao escoamento de águas ácidas para a ribeira do canal e, em última instância, para a ribeira de Grândola.

O projeto visa a valorização ambiental da área degradada que é intervencionada, minimizando os fatores de risco que constituem ameaças para a saúde pública e o ambiente e reabilitando a envolvente em termos paisagísticos. Corresponde a trabalhos de movimentação e acondicionamento dos resíduos mineiros, a soluções de drenagem das águas pluviais e afluentes, aos trabalhos a desenvolver na ribeira e na envolvente ao aterro, a ações de recuperação da antiga barragem a jusante da escombreira principal, aos trabalhos de movimentação de resíduos, decapagem, reperfilamento de taludes e fecho a desenvolver na antiga plataforma de carregamento mineiro e vazadouro, a ações de requalificação a desenvolver na antiga área mineira romana, a trabalhos de integração paisagística e, por fim, aos trabalhos de recuperação da ribeira, das antigas chaminés de ventilação e da vedação da antiga área mineira.

4.2.2.1.6 Programa Regional do Algarve

Apresenta-se no Quadro 11 as estimativas de investimento nas candidaturas que se propõem submeter ao Programa Regional do Algarve, que integra as áreas mineiras de Carrapateira, Margalhos, Cerro da Amendoeirinha e Cerro do Penedo e Corte do Sobro. A apresentação de candidaturas adicionais será definida de acordo com os critérios já mencionados e mediante a abertura de Avisos-Convite e confirmada a disponibilidade financeira.

Mina / Projeto	Concelho	Investimentos Total
Recuperação ambiental das áreas mineiras do Algarve	Aljezur	2 000
	2 000	

Quadro 11 - Candidaturas a Submeter ao Programa Regional do Algarve (em 10 3 \in)

Os valores apresentados correspondem a estimativas preliminares e serão ajustados aquando da revisão dos projetos e preparação final das candidaturas a apresentar.

Junta-se uma breve descrição das intervenções de recuperação ambiental na região Algarve.

4.2.2.1.6.1 Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras do Algarve

A antiga área mineira de Carrapateira (Bordeira) localiza-se no concelho de Aljezur, freguesia da Bordeira, com cerca de 1 ha de área territorial, onde foram explorados



Sulfuretos Polimetálicos, nomeadamente manganês (Mn). A exploração foi elaborada em lavra subterrânea e a céu aberto, tendo o minério sido alvo de tratamentos físicos e químicos no local. Pretende-se caracterizar e avaliar os impactes ambientais no solo e águas da antiga área mineira, para intervenção nas escombreiras e cortas existentes.



Figura 24 - Localização da área mineira de Cerro da Amendoeirinha

As antigas áreas mineiras de Margalhos, Cerro da Amendoeirinha e Cerro do Penedo (contíguas) localizam-se no concelho de Aljezur, freguesia de Aljezur. Numa área concessionada que ocupa de cerca de 100 ha no território, onde foram explorados Sulfuretos Polimetálicos, nomeadamente cobre (Cu). A exploração foi feita através de lavra subterrânea, tendo o minério sido alvo de tratamento físico no local. Pretende-se caracterizar e avaliar os impactes ambientais no solo e águas da antiga área mineira, para intervenção nas escombreiras e cortas existentes.

A antiga área mineira de Corte do Sobro (Cerro do Rocio) localiza-se no concelho de Aljezur, freguesia de Aljezur, com uma área concessionada de cerca de 50 ha, onde foram explorados Sulfuretos Polimetálicos, nomeadamente ferro (Fe). A exploração foi elaborada em lavra subterrânea, tendo o minério sido alvo de tratamento físico e químicos no local. Pretende-se caracterizar e avaliar os impactes ambientais no solo e proceder às ações de remediação necessárias.

4.2.2.2 Monitorização, Pós-Remediação e Outros Projetos

4.2.2.2.1 Monitorização e Pós-remediação

Além das intervenções de recuperação ambiental integradas nos projetos a submeter aos Programas Operacionais Regionais no âmbito do PT2030, existem um conjunto de atuações de monitorização, pós-remediação e outros projetos que se integram no âmbito da concessão para a recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas.

As ações a realizar no âmbito do acompanhamento pós-remediação, incluem essencialmente três tipologias, designadamente:



- Ações de proteção, conservação, manutenção e preservação ambiental e patrimonial de antigas áreas mineiras;
- Operações de manutenção da descontaminação de solos e águas de mina;
- Monitorizações ambientais.

4.2.2.2.1.1 Proteção, Conservação, Manutenção e Preservação Ambiental e Patrimonial de Antigas Áreas Mineiras

No âmbito da proteção, conservação, manutenção e preservação ambiental e patrimonial de antigas áreas mineiras intervencionadas incluem-se todas as atividades necessárias de forma a assegurar que as soluções já implementadas de proteção e de remediação ambiental se mantém em condições adequadas de forma a assegurar o cumprimento dos seus objetivos de salvaguarda do ambiente e segurança das populações, considerando que a sua normal renaturalização não são suficientes para garantir esses objetivos.

Para o efeito são realizadas vistorias periódicas após a realização das intervenções de forma a avaliar a efetividade e estado das soluções implementadas e a necessidade de implementação de ações correntes de manutenção preventiva ou corretiva, nomeadamente:

- Ações de preservação, limpeza, manutenção e beneficiação de antigas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente dos sistemas de tratamento de águas de mina, dos sistemas e equipamentos de monitorização, de sistemas de drenagem de águas pluviais e contaminadas, dos sistemas de selagem e cobertura de células de confinamento de resíduos mineiros;
- Ações de desmatação, limpeza, conservação e manutenção do coberto vegetal entre outras ações necessárias à proteção do ambiente, segurança e saúde pública em antigas áreas mineiras abandonadas.

4.2.2.2.1.2 Operações de manutenção da Descontaminação de solos e águas de mina

Importa assegurar a necessidade na fase de pós-recuperação ambiental de um número importante de antigas áreas mineiras com intervenções já concluídas, o adequado acompanhamento e controlo dos locais, nomeadamente através de ações de tratamento de águas de mina.

As intervenções de remediação ambiental integram não só as intervenções base, que correspondem à implementação de ações de confinamento e selagem dos antigos resíduos mineiros, a reabilitação dos solos e ecossistemas afetados pela exploração e abandono da atividade mineira e adequada integração paisagística, mas também ações distintas que visam o acompanhamento das áreas intervencionadas, numa fase de pósintervenção de forma a controlar e minimizar os riscos residuais existentes para a saúde humana e preservação do meio ambiente, em particular, da poluição de águas.

Nestas situações, e de forma a dar cabal cumprimento ao objetivo definido na alínea a) do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, que estabelece o regime



jurídico da concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, torna-se imprescindível assegurar o adequado tratamento de águas de mina no período pós-intervenção, sendo estas atividades consideradas como parte integrada da estratégia de recuperação ambiental destas áreas mineiras, e de descontaminação de solos até que a estabilização das soluções implementadas e os processos de atenuação natural assegurem que estas áreas mineiras deixem de constituir fatores de risco para saúde pública e para o ambiente.

4.2.2.1.3 Monitorizações ambientais

Complementarmente às ações mencionadas, importa manter e assegurar nas áreas mineiras degradadas um plano de monitorização ambiental definido e adequado às fases de intervenção em que se encontrem, que permitirá proceder à caracterização das áreas degradadas e das necessidades existentes, e por outro lado aferir a eficácia das intervenções realizadas tendo em conta os objetivos definidos, assim como, em situações mais complexas, prever e justificar a necessidade de intervenções complementares.

Nas situações mais complexas, a execução das intervenções de recuperação ambiental, por muito complexas e exaustivas que sejam e por vezes decorrendo de forma faseada no tempo, não é suficiente para proceder à eliminação definitiva em condições de estabilidade a longo prazo, dos fatores de risco que constituem ameaças para a saúde e segurança pública.

Este é um processo complexo e evolutivo e que deverá continuar a ser desempenhado no longo termo de forma a assegurar a preservação das adequadas condições das soluções de recuperação ambiental, dos ecossistemas recuperados e da qualidade dos solos e águas dos meios recetores envolventes.

A implementação das ações referidas encontra-se ao abrigo do Protocolo de financiamento celebrado com o Fundo Ambiental, que permite consignar as verbas necessárias para a sua implementação.

4.2.2.2.2 Outros Projetos

As ações de segurança e de mitigação de riscos ambientais, nos quais se inclui a sinalização, mitigação e/ou eliminação de problemas estruturais e descontaminação de instalações e anexos mineiros, são projetos específicos, complementares às intervenções de recuperação ambiental. Neste sentido, estes tipos de ações enquadram-se essencialmente em dois grupos:

• Atuações de identificação de risco e segurança, que correspondem a intervenções com vista a minimizar perigos para pessoas, animais e bens, que representam situações críticas para a segurança, designadamente em poços, galerias, chaminés, cavidades desprotegidas e abatimentos em áreas mineiras e minas abandonadas. O caso da intervenção específica da EDM para a resolução da subsidência em Jales enquadra-se nesta tipologia de intervenção, apesar de face aos riscos existentes ter sido alvo de uma intervenção prioritária e requerer

- monitorização. O mesmo se aplica nas ocorrências nos concelhos de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto, a seguir apresentadas;
- Intervenções estruturais e infraestruturais a efetuar nas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente em anexos mineiros e outros equipamentos, através de ações de monitorização, manutenção, conservação e beneficiação, designadamente na descontaminação do Parque Habitacional da Urgeiriça.
- Face à tipologia de intervenção estas ações são realizadas, atualmente, através de verbas consignadas para o efeito, mediante a concretização de protocolos específicos que permitam que as atuações sejam enquadradas nos respetivos instrumentos de financiamento, nomeadamente o Protocolo com a DGEG e Protocolos com o Fundo Ambiental, de modo a complementar o investimento das verbas consignadas para a concessão.

4.2.2.2.1 Ocorrências em Antigas Áreas Mineiras em Situação Crítica

Através do Plano de Ação/Intervenção em ocorrências potencialmente associadas a antigas explorações mineiras abandonadas e degradas, foram identificadas 276 elementos de criticidade como cavidades, poços, chaminés, galerias, valas, sanjas e abatimentos nos concelhos de Montalegre, Boticas, Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto, resultante de trabalhos de exploração de estanho e volfrâmio que foram abandonados sem quaisquer intervenções de reabilitação ou implementação de trabalhos de segurança.



Figura 15 - Ocorrência crítica em antiga área mineira degradada (sul Covas Barroso)

Estas ocorrências críticas ficam localizadas, na sua maioria, junto da rede viária florestal de acesso a povoações e áreas agrícolas e de pastorícia, representando elevada perigosidade para pessoas e animais, dada a sua extensão e profundidade.

Estas áreas abandonadas necessitam de um conjunto de intervenções, contudo será necessário proceder à limpeza e desmatação florestal de forma a evidenciar e identificar melhor os perigos existentes, permitindo assim proceder à necessária sinalizados e vedação de forma de mitigar os riscos que representam.

Além destas intervenções, com o revelar da efetiva extensão dos riscos existentes serão desenvolvidas as soluções que permitam mitigar os riscos de uma forma mais efetiva através de intervenções de carácter estrutural, pelo que será necessária a elaboração de projetos e a realização de obras de intervenções físicas que implicarão modelação de terrenos, enchimento ou selagem de poços, galerias e chaminés, entre outras ações.

Os projetos serão desenvolvidos de forma integrada e multidisciplinar e terão em conta soluções baseadas na natureza, que além de resolverem a questão essencial de segurança, permitem recuperar ambientalmente as áreas afetadas através da valorização da biodiversidade, ao nível de flora e fauna, favorecendo o crescimento de espécies autóctones, mitigando no futuro os riscos de ocorrência de incêndios florestais, secas e ondas de calor, ao mesmo tempo que permite introduzir no território um mosaico florestal paisagístico valorizado.

A implementação das ações referidas encontra-se ao abrigo do Protocolo de financiamento celebrado com o Fundo Ambiental, que permite consignar as verbas necessárias para a sua implementação.

4.2.2.2.2 Subsidências na Antiga Área Mineira de Jales

Nos anos transatos foi intervencionada a zona considerada de alto risco através do Fundo Ambiental. A empreitada de consolidação de solos na área mais crítica dos Abatimentos na Área Mineira de Jales visou o restabelecimento da via pública interditada desde outubro de 2019, devido à existência de uma subsidência, assim como do logradouro privado adjacente à via.

É imprescindível assegurar a continuidade ao garante da segurança daquela população com ações relacionadas com a caracterização e monitorização das subsidências ainda existentes, plano de monitorização contínua, manutenção dos planos de monitorização, alargando a abrangência local dos mesmos de forma a acompanhar as eventuais alterações geomorfológicas, bem como as suas causas, considerando que a comunidade habita na superfície na zona de galerias da antiga área mineira.

Como tal, é intenção, no decorrer dos próximos anos, dar continuidade à monitorização do Plano de Ação definido para a consolidação dos solos na antiga área mineira de Jales, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, concretamente a intervenção estrutural a longo prazo localizada nas restantes zonas de risco já identificadas, tomando as medidas necessárias e adequadas para que seja garantida a segurança das pessoas, animais e bens. A implementação das ações referidas está condicionada ao estabelecimento de



Protocolos de financiamento que permitam consignar as verbas necessárias para a sua implementação.

4.2.2.2.3 Parque Habitacional da Urgeiriça (ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça)

Esta ação enquadra-se no tipo de intervenções estruturais e infraestruturais a efetuar nas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente em anexos mineiros e outros equipamentos, através de ações de descontaminação, monitorização, manutenção, conservação e beneficiação, designadamente no Parque Habitacional da Urgeiriça.

No quadro do Protocolo celebrado entre a Comissão de Moradores e os proprietários dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça e respetivo documento complementar aprovado em 16 de fevereiro de 2018, designadamente o programa de descontaminação dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça, hoje Parque Habitacional da Urgeiriça, a EDM prosseguirá o programa de descontaminação daquelas antigas infraestruturas mineiras, considerando o estabelecimento de Protocolo de Financiamento que assegure os recursos financeiros para a sua implementação.



Figura 27 – Vista geral do Parque Habitacional da Urgeiriça, Canas de Senhorim, Nelas.

A implementação das ações referidas está condicionada ao estabelecimento de Protocolos de financiamento que permitam consignar as verbas necessárias para a sua implementação.

4.2.2.3 Investigação, Promoção e Parcerias

4.2.2.3.1 Investigação em Eficiência no Uso de Recursos

No âmbito da investigação a EDM continuará em 2025 a envolver-se em candidaturas a novos projetos de investigação e desenvolvimento de reconhecido mérito e interesse para o desenvolvimento da atividade de recuperação ambiental, além do apoio formal ao desenvolvimento de teses e estudos desenvolvidos por instituições académicas a nível nacional de forma a promover a ligação e troca de experiências entre os meios académico e empresarial.

Manter-se-á a colaboração no âmbito do projeto PANORAMA "EuroPean 69ádon69ng NetwOrk on Rare eArth elements environMental trAnsfer: from rock to human", financiado pelo programa-quadro Horizonte 2020 na candidatura H2020-MSCA-ITN-2019, como instituição parceira, disponibilizando o apoio necessário para o desenvolvimento das teses de doutoramento cujo âmbito do estudo pretende avaliar os efeitos das terras raras no ambiente com origem em antigas áreas mineiras.

A EDM mantem a colaboração no âmbito dos projetos com os acrónimos RADNAT&HEALTH e Projeto LeaRn4LIFE no âmbito do Programa LIFE, que incluem nas atividades previstas a promoção e valorização das instalações já intervencionadas localizadas na Urgeiriça. O RADNAT&HEALTH visa a investigação dos efeitos da radioatividade no ambiente e na saúde humana. O Projeto LeaRn4LIFE está essencialmente relacionado com a necessidade de redução da exposição ao radão no ar interior e formação especializada nesta área.

Será ainda mantida a colaboração e apoio necessário no âmbito de trabalhos de investigação que se desenvolvem em antigas áreas mineiras em diversas áreas de estudo como sejam aspetos ambientais, tecnológicos ou económicos, como é o exemplo do Projeto GEODROUT "Combining geophysical techniques in drones for integrated assessment of uranium tailings" que tem como objetivo a utilização de drones para a monitorização da integridade dos materiais de cobertura de células de confinamento de resíduos mineiros.

A EDM integrou em 2023, como parte interessada, o projeto RadoNorm "Towards effective radiation protection based on improved scientific evidence and social considerations – focus on 69ádon and NORM", financiado pelo programa EURATOM Horizonte 2020, que pretende apoiar, em termos legais, executivos e operacionais os Estados-Membros e os países associados, na implementação da Diretiva do Conselho 2013/59/EURATOM relativa à proteção contra os perigos resultantes da exposição a radiações ionizantes com origem no gás Radão e materiais NORM. A participação da EDM centra-se na colaboração no âmbito das tarefas previstas no WP2 que visa a obtenção de conhecimento, metodologias e procedimentos para melhorar a caracterização da exposição de membros do público e trabalhadores e dos seres vivos ao gás radão e NORM. Para o efeito disponibilizará o acesso a antigas áreas mineiras de urânio para a recolha de amostras ambientais, assim como informação e dados sobre estas áreas.

Em 2023 foi aprovado para financiamento o projeto INCOME "Inputs para uma região mais sustentável: Instrumentos para a gestão de zonas contaminadas por metais", submetido ao Programa Promove 2023, financiado pela Fundação "La Caixa", no qual a EDM colabora como entidade parceira. Como objetivo do projeto refere-se o desenvolvimento de modelo de gestão ambiental integrando um conjunto de instrumentos de gestão sustentável de contaminação por metais potencialmente tóxicos, contribuindo com inputs para uma região mais sustentável a nível ambiental, social e económico em regiões mineiras, a desenvolver para a Mina de São Domingos.

Relativamente ao Projeto ERES+VAL "Estratégias de recuperação de sistemas degradados e desenho de mecanismos de valorização no espaço SUDOE", submetido ao Programa Interreg Sudoe 2021-2027, a candidatura passou para a 2.ª fase de avaliação. O projeto coordenado pelo ISA, conta com a participação de parceiros em Portugal, Espanha e França, sendo a EDM uma das entidades parceiras. Tem como objetivo geral desenvolver uma estratégia holística de recuperação ambiental, reduzindo a contaminação, gerando áreas sumidouros de Carbono e promovendo a coesão territorial na região SUDOE.

A EDM integra e manterá colaboração, nos termos do Despacho n.º 7431/2021, de 27 de julho de 2021 e no âmbito da Comissão de Acompanhamento do Estudo Epidemiológico aos ex-trabalhadores da ENU e seus familiares, na realização de um estudo epidemiológico, em curso, aos ex-trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU) e seus familiares, estudo este coordenado pelo Instituto Nacional de Saúde, Doutor Ricardo Jorge, IP.

4.2.2.3.2 Promoção e Cooperação

4.2.2.3.2.1 Protocolos e Acordos de Cooperação Nacional e Internacional

A ação da EDM no domínio da reabilitação ambiental, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, tem por base o contrato de concessão celebrado em 5 de setembro de 2001 aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2001 de 19 de julho e posteriormente renovado pelas RCM nº 62/2011 de 22 de dezembro e nº 81/2015 de 21 de setembro, cujos objetivos, entre outros, estabelecem o seguinte:

- "Assegurar a preservação do património abandonado pelas antigas explorações, sempre que este apresenta significativa relevância, quer económica quer jurídica, quer em termos de testemunho de arqueologia industrial";
- "Promover a valorização económica, cultural e científica das áreas recuperadas, em função da sua aptidão física, em cada caso concreto, designadamente para utilização agrícola ou florestal, promoção turística e cultural, além de outros tipos de aproveitamento que se revelem adequados e convenientes".

Neste contexto e para cumprimento dos objetivos anteriormente referidos, a EDM tem previsto iniciativas orientadas quer para a "valorização das áreas e ativos recuperados", quer para a "divulgação" da atividade desenvolvida que importa promover.



4.2.2.3.2.2 Parcerias para valorização das áreas e ativos recuperados

À medida que são recuperadas as antigas áreas mineiras, a EDM procura envolver o poder local e a sociedade civil no sentido de conferir aos ativos recuperados uma utilidade social, através de operações de valorização ambiental, social e cultural do património industrial mineiro recuperado.

Para o efeito, continuarão a ser celebrados Acordos de Parceria com os Municípios que estabelecem um quadro de relacionamento permanente e duradouro entre as duas partes e em desenvolvimento, dos quais se procura ceder em comodato a Freguesias, associações e outras entidades aqueles ativos a fim de os mesmos poderem ser utilizados pelas populações locais e servirem de fator de desenvolvimento.

4.2.3 Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica

A Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, prorrogada pela RCM nº 201/2021, de 31 de dezembro, que aprovou o PIPSC, determinou que a EDM, executasse, a título subsidiário e sem prejuízo da responsabilidade dos exploradores das pedreiras ou dos proprietários dos terrenos onde elas se inserem, no que se refere ao universo das 191 (cento e noventa e uma) pedreiras identificadas pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) como em situação crítica, melhor identificadas na RCM. A 3 de novembro, foi publicada a RCM n.º 138/2023, que prorroga até 2026 o referido PIPSC, acrescentando medidas de caracter de intervenção estrutural.

Com vista a garantir as verbas necessárias para a execução das medidas aprovadas pelo Plano de Intervenção será celebrado um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental e a EDM–Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), que regulará os termos e condições de natureza técnica e financeira para a colaboração entre estas entidades, no contexto referido, como sucedeu entre 2019 e 2022

Relembre-se que, no prazo anteriormente definido, foi apresentado o relatório final do PIPSC, a 31/01/2023, nos termos do disposto da alínea c) da cláusula sexta do anterior Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira, celebrado entre o Fundo Ambiental, a Direção-Geral de Energia e Geologia e a EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., a fim de sequencialmente fazer cumprir a alínea e), número 4 da cláusula sétima do mesmo protocolo.

Foi possível concluir que, embora o sucesso atingido pela EDM na implementação das medidas impostas pela RCM, em 8 das pedreiras onde a EDM realizou estudos e projetos, que se apresentam na tabela seguinte, haverá necessidade de dar sequência aos trabalhos com vista à implementação no terreno de soluções de caracter estrutural que permitirão resolver os problemas relacionados com a estabilidade de taludes e reposição de zonas de defesa que essas pedreiras apresentam.

Assim, para a implementação das intervenções estruturais, foi aprovada e publicada a prorrogação do prazo do PIPSC e o alargamento das competências da EDM, de forma a adequar o enquadramento legal, e o modelo de financiamento associado, que legitime a EDM para e execução da obra nestas pedreiras ou noutras que, entretanto, surjam com necessidade de intervenção, dado o caracter dinâmico desta área, monitorizada pela

DGEG. De igual modo, o mesmo instrumento legal permite à EDM dar sequência aos processos judiciais pendentes para obtenção do reembolso dos valores despendidos ao abrigo do disposto na RCM.

Tipologia de aquisições de bens e serviços a cargo da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., e respetivos montantes máximos a transferir pelo Fundo Ambiental

	Executado (4)		Prev	visto (5)		
2019-2026 ^{ගහන}	2019-2022	2023	2024	2025	2026	Total
Aquisição de serviços, na modalidade de tarefa ou de avença, assegurando o acompanhamento in loco das intervenções a realizar Aquisição de serviços de aluguer de equipamento informático, de sistemas de aeronaves não tripuladas e aquisição de equipamento de proteção	380 740,75 €	126 920,25 €	126 920,00 €	126 920,00 €	126 920,00 €	888 421,00 €
individual Aquisição de serviços, em regime de renting, de viaturas todo-o-terreno Aquisição de serviços para sinalizar as pedreiras em situação crítica iden- tificadas no Plano de Intervencão nas Pedreiras em Situação Crítica	37 056,45 € 88 326,82 €	21 635,55 € 29 442,06 €	21 635,55 € 29 442,06 €	21 635,55 € 29 442,06 €	21 635,90 € 29 442,00 €	123 599,00 € 206 095,00 €
(Plano de Intervenção)	277 297,27 €	76 257,37 €	-€	-€	76 257,36 €	429 812,00 €
ficadas no Plano de Intervenção, nos termos dos n.º8 e 9. Aquisição de serviços para realizar estudos prévios ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à reali- zação de intervenções de caráter estrutural, bem como as empreitadas,	77 326,10 €	133 836,95 €	- €	- €	133 836,95 €	345 000,00 €
com vista à sua boa execução, nos termos dos n.ºº 8 e 9	295 259,07 €	255 040,93 €	2 500 000,00 €	2 500 000,00 €	1 500 000,00 €	7 050 300,00 €
Total	1 156 006,46 €	643 133,11 €	2 677 997,61 €	2 677 997,61 €	1 888 092,21 €	9 043 227,00 €

(1) As verticas previolas, para o periodo de 2019 a 2026, serão executadas pela EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., apenas se os exploradores das pedreiras ou os proprietários dos terrenos onde as mesmas s

Quadro 13 – Anexo II da RCM n.º 138/2023, de 3 de novembro, com as verbas executadas até 2022 e disponíveis até 2026, por rúbricas.

Em conformidade com o referido e pelo enquadramento legal disposto, em 2025 o foco será na preparação dos procedimentos necessários à execução das obras de implementação de soluções de caracter estrutural a fim de resolver os problemas relacionados com a estabilidade de taludes e reposição de zonas de defesa identificados nas pedreiras, e no desencadeamento dos procedimentos legais, com vista a obter dos exploradores das pedreiras ou proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizem, o reembolso dos valores despendidos ao abrigo do PIPSC.

4.2.4 Sustentabilidade

No domínio da modernização e sustentabilidade da EDM, o objetivo a atingir é garantir a adoção das modernas práticas de gestão que proporcionem tomadas de decisão atempadas e fundamentadas, maximizando o quadro de competências da empresa, bem como promover o desenvolvimento de áreas de negócio que disponibilizem possibilidades de crescimento, simultaneamente propiciadores de sustentabilidade económica e financeira

Atentas as linhas de desenvolvimento estratégicas apresentadas as ações a desenvolver incidirão nas seguintes áreas:

- Na área da estrutura, organização e no funcionamento interno;
- Nas novas áreas de negócio, aproveitamento as valências técnicas e humanas existentes na empresa;
- Na digitalização contínua dos sistemas de informação, como ferramenta essencial de aumento da resiliência em contexto pandémico;
- Na formação dos recursos humanos;
- Em novas áreas de negócio, que complementem a atividade da empresa e que contribuam para a sustentabilidade, nomeadamente que diminuam os custos operacionais, apresentem rentabilidade, diminuem o impacto ambiental, contribuam para a descarbonização e para os objetivos da neutralidade

⁽²⁾ O montante não contratado nos anos económicos anteriores acresce à verba do ano subsequente

⁴⁾ As verbas definidas para esta rubrica incluem já o valor do IVA à taxa legal em vigor à data.

- carbónica e que valorizem os territórios e incrementem a qualidade de vida das populações locais;
- E na monitorização dos principais indicadores de sustentabilidade da gestão empresarial de acordo com o Plano Eficiência ECO.AP2030 e com as melhores práticas nacionais e internacionais ao nível do ESG (Environmental, Social & Governance) e CSRD (Diretiva Europeia para o Reporte de Sustentabilidade Corporativo).

4.2.4.1 Estrutura

4.2.4.1.1 Informação e Comunicação

Neste domínio, pela importância e pelo facto de se entender como uma infraestrutura de apoio a todas as ações futuras, as ações específicas de atualização dos sistemas de informação, correspondendo as atividades futuras aos necessários desenvolvimentos temáticos do novo sistema já introduzido.

As ações serão as seguintes:

- Otimização do sistema de gestão documental integrada, que incorpora os diversos setores da empresa, visando organizar e controlar a informação dentro da EDM;
- Implementação de um sistema de informação geográfico ajustado às necessidades e dados de prospeção disponíveis (sondagens, geofísica, análises químicas, etc.), no sentido de permitir rápidas análises dos projetos;
- Modernização e dinamização da nova página de internet, entretanto instalada já em 2017, em resposta aos novos desafios de comunicação, melhorando a sua utilização em plataformas móveis com uma navegação mais amiga do utilizador;
- Dinamização das Plataformas de Comunicação externas, nomeadamente em parceira com outros parceiros, como é exemplo a Plataforma MINERAL, uma plataforma colaborativa para a comunicação do setor dos recursos geológicos.
- Dotar, cada candidatura formaliza, de um plano de comunicação e imagem, integrado e transversal entre as diversas linhas de atuação, que promova uma clara, atempada e fluente comunicação das atuações a desenvolver e que acompanhe todo o desenrolar dos processos até à conclusão das intervenções e consequente apresentação dos resultados.

4.2.4.1.2 Arquivo Documental com Suporte Eletrónico

A EDM deu cumprimento às obrigações associadas ao arquivo digital, referente à informação anteriormente arquivada em suporte de papel, designadamente no que respeita aos projetos com financiamento comunitário no quadro do contrato de concessão de reabilitação das minas abandonadas e degradadas cujas particularidades no que respeita ao arquivo da informação diferem das referentes à informação contabilística específica.

Estima-se que durante 2025 se dê continuidade ao modelo de arquivo em suporte eletrónico que satisfaça as formalidades exigíveis por cada destinatário envolvendo:



- A contínua identificação das alterações aos atuais procedimentos de registo de correspondência em formato eletrónico;
- A contínua identificação e execução dos investimentos em equipamentos e tecnologias necessários para implementação do arquivo com suporte eletrónico;
- A monitorização dos gastos e poupanças estimadas com os novos modelos;
- A aquisição de tecnologias que permitam, se necessário, adequar a um eventual contexto pandémico, através de reuniões em teleconferência e em teletrabalho;
- Faturação eletrónica.

4.2.4.1.3 Atuação na Vertente do Capital Humano

A gestão de recursos humanos tem assumido, nos últimos anos, uma grande relevância, enquanto área que define, desenvolve, mobiliza, analisa e implementa estratégias de aumento da produtividade, da eficácia dos recursos humanos e permite responder às mais diversas alterações no mercado de trabalho, em ambiente de acentuada mudança organizacional e social.

Além de ser uma área que está em permanente evolução, do ponto de vista dos conceitos, das técnicas e das ferramentas para a melhoria contínua, é também uma componente que com a pandemia covid-19, resultando na assunção do teletrabalho e do trabalho à distância, revelou-se ser essencial entender a conciliação e equilíbrio dos tempos entre a família e o trabalho e a separação entre o ambiente profissional e pessoal, além de ser importante para a saúde mental dos trabalhadores. Assim, o cansaço, o esgotamento e as contínuas exigências, levam a que os profissionais atinjam mais rapidamente problemas de foro psicológico e por isso requer uma maior proximidade entre as pessoas e o desenvolvimento de atividades que promovam o espírito de equipa, a união, o conhecimento e o autoconhecimento. Por outro lado, o chamado salário emocional nas empresas é cada vez mais importante e estratégico para a retenção de quadros.

A formação é também uma vertente que tem estado permanentemente presente na gestão dos Recursos Humanos, pelo que em praticamente todas as áreas são desenvolvidas ações de formação de complemento às que são propostas pelos próprios trabalhadores.

Ao quadro de pessoal da empresa já de si muito exíguo foi acrescentado, em 2024, a dificuldade de ver o seu Director Técnico requisitado pelo Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Energia, continuando o seu salário a ser suportado pela empresa. No médio prazo e em face dos desafios colocados e do ambicioso plano de investimentos, que pretende dar bom uso às verbas do quadro de financiamento PT2030, bem como às do Fundo Ambiental no cabal cumprimento do PIPSC, a empresa sente a necessidade de recrutar um técnico superior no próximo ano. Prevê-se a saída de uma trabalhadora por reforma e que será substituída nas condições previstas na legislação em vigor.

No passado recente foi desenvolvido um plano de gestão de pessoal e de carreiras que aguarda aprovação pela tutela acionista, baseado no reconhecimento do mérito, em

função de modelos de avaliação por objetivos, que por sua vez levará à progressão de carreiras, de acordo com a legislação em vigor.

Em suma, todas estas ações a desenvolver incidirão na valorização de competências através de formação contínua, servindo de base ao crescimento da empresa e na formulação de um sistema de carreiras que proporcione uma gestão mais dinâmica dos recursos humanos.

4.2.4.1.4 Ativos da Empresa

Pela sua natureza e condicionantes a maioria dos ativos da EDM não revelam potencialidades capazes de suportar projetos ou empreendimentos estruturantes de comprovada autonomia económica ou financeira, motivo pelo qual as atividades a desenvolver se centram na procura da otimização da sua gestão, que minimizem os encargos de conservação e manutenção e criem condições para a sua "transmissão" para atores locais mais vocacionados para a sua rentabilização ou melhor utilização. As atividades a prosseguir serão as seguintes:

- Atualização contínua cadastral georreferenciada de todos os imóveis;
- Atuação a nível da participada EDMI orientada para a rentabilização dos imóveis existentes;
- Avaliação contínua da infraestrutura existente e ao serviço da empresa, tendo em vista a redução de custos e melhoria do funcionamento interno, o que implicará, eventualmente, uma análise para a mudança da sede da empresa, aproveitando e rentabilizando os ativos do grupo EDM;
- Prevê-se, ainda, dar continuidade ao programa de transição energética iniciado em 2021 com o aproveitamento dos ativos da empresa para instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo e para a implementação de comunidades de energia renovável, a fim de proporcionar uma otimização dos gastos de energia e de proporcionar uma compensação às populações locais, em particular na área dos radioativos.

4.2.4.1.5 Obras Reabilitação Transferência da Sede EDM (valorização patrimonial)

As atividades a desenvolver nos prédios urbanos da EDM centram-se na procura da otimização da sua gestão, que minimizem os encargos de conservação e manutenção e criem condições para uma utilização evolutiva e mais optimizada.

Neste contexto, a atuação que se pretende implementar nesta linha de investimentos está centrada na valorização patrimonial de um ativo da empresa, com potencial agregador de todos os departamentos que atualmente se encontram dispersos por várias frações e que por vezes resultam em constrangimentos operacionais indesejados.

A reabilitação do espaço identificado, e consequente transferência da totalidade dos serviços para um mesmo espaço físico permitirá não só a diminuição dos constrangimentos operacionais, mas sobretudo potenciar a proximidade, uma significativa optimização na gestão dos recursos, diminuição dos custos diários com a



operacionalidade básica de várias estruturas depois centralizadas num só espaço e um claro benefício na gestão corrente da atividade desenvolvida pela EDM.

Esta intervenção de reabilitação permitirá dotar o espaço com novas e mais eficientes estruturas e soluções de beneficiação e aproveitamento energético, térmico e tecnológico.

Da mesma forma permitirá à EDM, no final do triénio, rentabilizar os vários espaços que atualmente acolhem os diversos departamentos, de forma dispersa, ocupam, o que resultará numa rentabilização financeira com resultados positivos para a gestão de ativos da empresa, e promovendo uma contribuição para a minimização da crise imobiliária que é reconhecida no país.

4.2.4.1.6 Projeto Energia Solar Fotovoltaica

Esta medida prevê dar continuidade ao programa de transição energética iniciado em 2021 com o aproveitamento dos ativos da empresa para instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo e para a implementação de comunidades de energia renovável, a fim de proporcionar uma otimização dos gastos de energia.

A nível nacional, a estratégia e os objetivos foram materializados pelo "Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050" (RNC2050). Este documento define a estratégia nacional para atingir a meta definida no nosso país, e implica reduzir as emissões de GEE em mais de 85%, em relação a 2005, garantir uma capacidade de sequestro agrícola e florestal de carbono na ordem dos 13 milhões de toneladas e apostar na transição energética e na mobilidade sustentável. Entretanto, a nível europeu, o plano também está traçado: reduzir, já nos próximos 10 anos, 55% das emissões de GEE, em comparação a 1990.

É com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 que se procura a identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites e que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050. A descarbonização profunda da economia exige, para além de competências analíticas e ferramentas adequadas, o envolvimento alargado e a colaboração de todos os atores, com vista à análise e discussão das opções e estratégias de mitigação e à definição de trajetórias de baixo carbono para a economia nacional. Desta forma, o RNC2050 integra um processo participativo, através do qual se pretende explorar um conjunto de questões vitais para que Portugal consiga alcançar o objetivo enunciado.

Este objetivo está em linha com o Acordo de Paris, no âmbito do qual Portugal se comprometeu a contribuir para limitar o aumento da temperatura média global do planeta. O compromisso da neutralidade carbónica confirma o posicionamento de Portugal entre aqueles que assumem a liderança no combate às alterações climáticas. As metas nacionais variam entre o 0% e -40% em comparação com os níveis de 2005 e estão em conformidade com a redução de 30% para setores como o transporte, a agricultura, os edifícios e a gestão de resíduos, setores não abrangidos pelo Regime de Comércio de Licenças de Emissão.

Em maio de 2020, o Estado Português fez aprovar o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), atualmente em atualização, no qual foram estabelecidos os objetivos da política climática e energética nacional. O PNEC 2030 estabelece novas metas nacionais de redução de emissões de gases com efeito de estufa, incluindo setoriais, metas de incorporação de energia de fonte renovável e de eficiência energética, bem como as linhas de ação e medidas a adotar para a descarbonização da sociedade e para a transição energética, em articulação com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

As linhas fortes assentam na aposta na energia de fonte renovável, com a duplicação de capacidade solar promovida através de leilões de capacidade com aposta, na próxima década, na produção e incorporação de gases renováveis.

A EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro S.A. (EDM) admite que esta oportunidade lhe poderá conferir, não só um lugar de destaque na valorização do potencial e abrangência das recuperações ambientais, como proporcionar a entrada no grupo restrito de instituições mundiais que promovem a inovação e crescimento sustentável.

Ao adotar um papel ativo nesta vertente da política ambiental, a EDM, assume a sua opção estratégica de contribuir para que as metas nacionais sejam efetivas e ao mesmo tempo materializar as opções sustentáveis que lhe permitam consumar uma redução energética dos custos operacionais, de manutenção e financeiros decorrentes da concessão que lhe que está atribuída pelo Estado Português, pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

É ainda incontornável referir que este aproveitamento deverá conferir um significativo complemento para a continuação da implementação da visão e missão a que a EDM se propõe nas suas diversas vertentes, com especial incidência no controle, monitorização e manutenção das soluções integradas de recuperação ambiental de áreas mineiras recuperadas.

4.2.4.2 Novas Áreas

A dinamização de novas áreas de negócio que aproveitem a experiência e competências da atuação da EDM na reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas, bem como os respetivos ativos com potencial para novas utilizações, constitui um desafio que importa prosseguir, designadamente na área dos radiativos em que estão em curso alterações legislativas relevantes no domínio ambiental, citando-se em particular as seguintes temáticas:

- Proteção Radiológica, Indústrias NORM e Outros Resíduos;
- Caracterização do Concentrado de Urânio e Análise de Oportunidades de Mercado;
- Remediação e implementação de medidas complementares em edifícios com níveis de radão acima dos valores permitidos pela legislação;
- Promoção de um Centro de Interpretação, Tecnológico e Científico na área dos Radioativos, na Urgeiriça;



 Cooperação internacional para a alavancagem do conhecimento adquirido na remediação ambiental de antigas áreas mineiras.

Mantém-se, igualmente, em ponderação, outros tipos de desenvolvimento de iniciativas com o mesmo objetivo, de valorizar áreas existentes e potenciar a sustentabilidade económica e financeira da empresa, como seja o exemplo atrás referido de implementação, em parceria com várias entidades, de um Centro de Radioatividade Natural na Urgeiriça e que num cenário otimista pode conduzir à implementação de um Centro Ibérico de Radioatividade Natural.

4.2.4.2.1.1 Proteção Radiológica, Indústrias NORM e Outros Resíduos

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro foi estabelecido o regime jurídico da proteção radiológica, bem como as atribuições da autoridade competente e da autoridade inspetiva para a proteção radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2013/59/Euratom, do Conselho, de 5 de dezembro de 2013, que fixa as normas de segurança de base relativas à proteção contra os perigos resultantes da exposição a radiações ionizantes.

Este diploma veio estabelecer regras claras no âmbito da proteção radiológica que é aplicável a todas as práticas que envolvam a utilização de radiações ionizantes, criando desafios, em particular nas indústrias NORM e na gestão de resíduos radioativos.

Este diploma tem também aplicação direta nas atividades de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos que a EDM desenvolve, e para as quais tem vindo a desenvolver competências nos últimos anos permitindo a adequação das suas atividades ao novo regime jurídico. Contudo, este diploma, conjuntamente com outros neste âmbito, veio-se constituir também como uma oportunidade de negócio, designadamente através da prestação de serviços e consultoria no âmbito da proteção radiológica, na gestão de materiais NORM e na gestão de resíduos radioativos, tendo em consideração a experiência da EDM na matéria, e que poderá concretizar através de colaborações com entidades públicas ou privadas.

4.2.4.2.1.2 Caracterização do Concentrado de Urânio e Análise de Oportunidades de Mercado

Em resultado da exploração de minérios radioativos em Portugal foram produzidas 3720 toneladas de urânio em concentrado de urânio maioritariamente na Oficina de Tratamento Químico da Urgeiriça. Deste total, cerca de 198 toneladas integram a reserva estratégica nacional deste recurso e encontram-se devidamente armazenados, sendo as instalações e o seu conteúdo monitorizadas e inspecionadas anualmente por peritos da EURATOM.

Depois de uma década marcada por valores baixos da cotação de concentrado de urânio influenciada pelo decréscimo verificado na procura internacional em resultado do acidente de Fukushima-Daiichi em 2011, verifica-se desde 2021, uma tendência de valorização e retoma progressiva dos preços, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa, e mais recentemente em resultado dos desenvolvimentos geopolíticos, designadamente a



agressão militar da Rússia à Ucrânia que destabilizou o fornecimento global de todas as fontes energéticas, incluindo nuclear, aumentando a dependência externa energética da União Europeia. Neste contexto, as fontes secundárias de abastecimento de concentrado de urânio, ou combustível nuclear, que inclui os stocks detidos pelos países, ou entidades comerciais, como por exemplo o stock detido pela EDM, poderão assumir um papel essencial para suprir eventuais lacunas na oferta.

Verifica-se desta forma a existência de condições favoráveis para a alienação do stock de concentrado de urânio, contudo para a sua concretização será necessária assegurar a implementação de um conjunto de ações com vista à caracterização do concentrado à luz nas especificações técnicas atuais, a análise de oportunidades de mercado, tendo em consideração as limitações e requisitos legais associados à transação, transporte e exportação deste tipo de materiais.

4.2.4.2.1.3 Remediação de Radão em Edifícios

O radão no interior das habitações é um problema comum nas regiões graníticas e outras regiões de elevada radioatividade natural. Em Portugal foi identificado e estudado desde os anos 70 do século passado.

O programa de remediação ambiental das antigas minas de radioativos, para além de ter vindo a contribuir para uma inegável mais valia para os territórios e para as populações residentes na sua envolvência, tem também contribuído para o avanço do conhecimento científico em diferentes temáticas. Desde o seu início, e ao longo das diferentes fases que integraram até ao momento presente o programa em apreço, a Universidade de Coimbra, em particular equipas do Laboratório de Radioatividade Natural, sedeado no Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia, têm participado de forma ativa no mesmo, sempre em estreita colaboração com a EDM.

A Diretiva comunitária 2013/59/EURATOM de 5 de dezembro pretende contribuir para uma proteção efetiva da população à exposição às radiações ionizantes, integrando aspetos que se relacionam com a prática médica bem como a exposição à radioatividade natural, em particular ao gás radão. No seu anexo XVIII são listados os itens que devem ser considerados para a elaboração do designado "Plano Nacional de Ação" com o objetivo de minimizar os riscos para a população da exposição a longo prazo ao gás radão. Destacam-se aqui aqueles que são mais relevantes para a presente discussão: a) identificação das áreas de risco e avaliação prévia dos terrenos a urbanizar através da medição da concentração do gás radão em solos (designado usualmente como radão geogénico); b) estratégias, incluindo métodos e técnicas, para impedir a migração do gás para o interior dos edifícios, integrando ainda a avaliação prévia da exalação a partir dos materiais usados na construção; c) estratégias de comunicação para o público em geral sobre os riscos do radão e d) certificação dos métodos bem como a instrumentação de medida (acreditação). Esta Diretiva foi transposta para a legislação nacional através do Decreto-Lei nº 108/2018 de 3 de dezembro.

É neste enquadramento que se pretende continuar a aprofundar as sinergias e concretizar com a APA e a Universidade de Coimbra, em particular o Laboratório de



Radioatividade Natural e a EDM que poderá assim contribuir para centralizar na região do país mais afetada pela exposição às radiações de origem natural um núcleo de excelência no que respeita à investigação científica (Pólo de Radioatividade Natural da Urgeiriça ou mesmo Centro Ibérico de Radioatividade Natural). Este projeto seria desenvolvido nas instalações da EDM localizadas na Urgeiriça, alvo da designada fase final de remediação ambiental daquela antiga área mineira que já se encontra concluída, sendo esta uma forma de valorizar o património reabilitado e desenvolver a coesão territorial no interior do país com o desenvolvimento deste projeto.

No seguimento desta área foi submetida à FCT pela Universidade de Coimbra, em janeiro de 2022 e posteriormente aprovada para financiamento, uma Manifestação de Interesse em integrar o Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE) no âmbito do Projeto RADNAT&HEALTH que visa a investigação dos efeitos da radioatividade no ambiente e na saúde humana. O projeto é coordenado pelo Laboratório de Radioatividade Natural - LRN da Universidade de Coimbra, contando como as seguintes instituições parceiras: ICNAS da Universidade de Coimbra, Agência Portuguesa do Ambiente - APA, EDM, Faculdade de Engenharia Universidade do Porto - FEUP, Laboratório Instrumental de Física Experimental de Partículas - LIP, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro – UTAD e Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa – LEAF. Pretende-se no âmbito das ações previstas no projeto utilizar as instalações da EDM situadas na Urgeiriça como laboratório vivo para estudos sobre os radioisótopos nos ecossistemas, os impactos na saúde humana e os riscos da radioterapia, relacionando o meio ambiente e a saúde humana.

A EDM colabora no âmbito do projeto LeaRn4LIFE "Learning radon: professional qualification and social awareness as a strategy for reducing radon exposure", financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa LIFE e coordenado pela APA, tendo como objetivo a necessidade de redução da exposição ao radão quer através de formação dos profissionais que trabalham na área da remediação de radão, quer através da sensibilização dos cidadãos para a necessidade da redução da exposição ao radão. A EDM disponibiliza dois espaços na Urgeiriça onde serão desenvolvidas as ações de formação previstas, assim como uma instalação de demonstração onde serão promovidas atividades práticas de medição da exalação do gás radão, em condições de não remediação, e de teste de metodologias de mitigação.

4.2.4.2.1.4 Participação em Entidades e Associações

A EDM pretende aderir à CTCV — Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro cuja quota de entrada é de 3 000 €. Este centro é uma entidade do sistema científico nacional com um relevante papel no apoio às indústrias do sector, prestando também serviços, entre eles na área ambiental, ao que empresa considera importante associar-se. Em 2024 pretende também reforçar a participação financeira na ADRAL — Associação de Desenvolvimento Regional do Alentejo em 5 000 €, acompanhando o processo de aumento de capital em curso, o que significará passar para uma participação total de 22 956,72 €, mantendo a sua quota. Conforme o Relatório da UTAM ao PAO 2024-2026 solicitar-se-á a autorização autónoma para estas duas participações.

5 Plano de Investimentos

5.1 Síntese dos Investimentos e fontes de financiamento estimados em 2024 e previstos no triénio 2025-2027

Em consonância com as linhas estratégicas atrás definidas, os investimentos estimados em 2024, a iniciar e em curso, e os previstos realizar no triénio 2025-2027 constam do quadro seguinte. Em 2023 foram concluídos os investimentos de Remediação Ambiental que foram contratados com o Portugal 2020 (POSEUR), sendo 31-12-2023 a data-limite de elegibilidade para as despesas das candidaturas poderem ser cofinanciadas pelo POSEUR.

Os meios financeiros necessários à execução do programa de investimentos agora apresentado passam pelo recurso a fundos comunitários, fundo ambiental, verbas consignadas, bem como pela afetação de fundos próprios, cujos montantes se encontram discriminados no referido quadro. Sublinha-se que o nível de execução dos investimentos apresentados está condicionado à afetação dos recursos que seja possível mobilizar.

O volume de investimentos previsto efetuar pela EDM no ano 2025 ascende a 23.206 milhares de euros, repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Recursos Minerais 1.314 milhares de euros
- Remediação Ambiental 15.747 milhares de euros
- PIPSC (Pedreiras) 5.780 milhares de euros
- Sustentabilidade 125 milhares de euros
- Novas Áreas 240 milhares de euros

As fontes de financiamento previstas para a execução deste plano de investimentos de 2024 e respetivas contribuições são as seguintes:

- Fundos Comunitários (PT 2030) 9.235 milhares de euros
- Verbas Consignadas 4.012 milhares de euros
- Fundos Próprios 1.162 milhares de euros
- Fundo Ambiental 8.797 milhares de euros

O nível de investimentos na área ambiental está condicionado à obtenção dos fundos comunitários do PT2030 relativamente às despesas elegíveis dos projetos de remediação ambiental e à obtenção de fundos nacionais que garantam o financiamento da contrapartida nacional daquelas despesas bem como das despesas não elegíveis a fundos comunitários nas quais se inclui a remuneração do capital afeto à concessão, conforme disposto no Contrato de Concessão de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas.

PLANO DE INVESTIMENTOS

		2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
nvestimentos	Notas —	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
		1710	Loumanta	richida	TTOVISUO	TTOTIGUE	TTOTISGO	Tioviduo	1 TOVIGGO
lota: Identificar se se trata de investimento de substituição ou de expa	neão, o co octá conti	ingonto no concretização do fi	nanciamentos (v.a., do cand	idaturas a fundos ostruturais)					
	insao, e se esta conti	ingente na concretização de n	nanciamentos (v.g., de cand	idatulas a lulidos estrutulais)					
- Recursos Minerais			acceptor page						
A - Prospeção e Pesquisa			PROFESSION AND ADDRESS OF THE PROFES						
A1 - Avaliação Continua do Potencial Nacior	nal		word						
Avaliação do Potencial de Prospeção de Matérias- Primas Críticas e Estratégicas	Expansão	15.000 €	3.750 €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	10.00
Verbas Consignadas		15.000 €	3.750 €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	10.00
VAL estimado (em €)	n.a.								
	•		n removemen						
laboração de Portfólio de Oportunidades	Expansão	5.000 €	1.250 €	1.000 €	2.000 €	3.000 €	4.000 €	4.000 €	4.00
Verbas Consignadas		5.000 €	1.250 €	1.000 €	2.000 €	3.000 €	4.000 €	4.000 €	4.00
VAL estimado (em €)	n.a.		,					***************************************	
	a unananan		PROVINCE						
A2 - Desenvolvimento de Projetos de Pesqui	isa e Prospec	cão	2					2000	
Ponsul - (Ex-Sarzedas) - Castelo Branco	Expansão	50.000 €	50.000 €	25.000 €	50.000 €	75.000 €	100.000 €	100.000 €	100.00
Fundos Próprios		25.000 €	50.000 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	50.000 €	50.00
Verbas Consignadas		25.000 €	- €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	50.000 €	50.00
VAL estimado (em €)	n.a.		- 3					The same of the sa	
	11121							***************************************	
Outras Áreas/Minerais (Terras Raras, Níquel,	Evnanção	50.000 €	18.500 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	50.000 €	50.00
Outros)	Expansão				_				
Fundos Próprios		50.000 €	18.500 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	50.000 €	50.00
VAL estimado (em €)	n.a.								
	_								
A3 - Participação em Projetos de Pesquisa e		F		,			F	***************************************	
Rosário	Expansão	50.000 €	14.000 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	100.000 €	300.00
Fundos Próprios		50.000 €	14.000 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	100.000 €	300.00
VAL estimado (em €)	n.a.							***************************************	
	_							***************************************	
agoa Salgada	Expansão	450.000 €	145.000 €	112.500 €	225.000 €	337.500 €	450.000 €	900.000 €	900.00
Fundos Próprios		450.000 €	145.000 €	112.500 €	225.000 €	337.500 €	450.000 €	900.000 €	900.00
VAL estimado (em €)	n.a.							***************************************	
	_							***************************************	
Rio de Moinhos	Expansão	10.000 €	2.500 €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	10.00
Fundos Próprios		10.000 €	2.500 €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	10.00
VAL estimado (em €)	n.a.								
	_			8					
Depósitos Minerais de Lítio	Expansão	50.000 €	12.500 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	50.000 €	50.00
Fundos Próprios		50.000 €	12.500 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	50.000 €	50.00
VAL estimado (em €)	n.a.							***************************************	
								non	
	Expansão	50.000 €	12.500 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000 €	50.000 €	50.00
Zona de Ossa Morena Fundos Próprios	Expansão	50.000 € 50.000 €	12.500 € 12.500 €	12.500 € 12.500 €	25.000 € 25.000 €	37.500 € 37.500 €	50.000 € 50.000 €	50.000 € 50.000 €	50.00 50.00

Investimentos	Notas	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
1117631111611103	110103	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
B - Avaliação e Exploração Mineira		·	·	·	·	.	·		
B1 - Participação em Projetos com Potencial	l Mineiro								
Gralheira (dependente da Abertura de Concurso)	Expansão	100.000 €	150.000 €	25.000 €	50.000 €	75.000 €	100.000 €	100.000 €	50.000 €
Fundos Próprios		100.000 €	150.000 €	25.000 €	50.000 €	75.000 €	100.000 €	100.000 €	50.000 €
VAL estimado (em €)	n.a.							100000000000000000000000000000000000000	
C - Promoção e Desenvolvimento dos Recur								***************************************	
C1 - Investigação nas Áreas P&P e do Trat. d	le Minérios								
Projetos na área de economia circular, "remining" e CRM	Expansão	15.000 €	3.750 €	3.750 €	7.500 €	11.250 €	15.000 €	30.000 €	30.000€
Verbas Consignadas		15.000 €	3.750 €	3.750 €	7.500 €	11.250 €	15.000 €	30.000 €	30.000 €
VAL estimado (em €)	n.a.		·						
C2 - Dinamização e Cooperação									
Cooperação e Internacionalização	Expansão	35.000 €	8.750 €	8.750 €	17.500 €	26.250 €	35.000 €	35.000 €	35.000 €
Verbas Consignadas		35.000 €	8.750 €	8.750 €	17.500 €	26.250 €	35.000 €	35.000 €	35.000 €
VAL estimado (em €)	n.a.								
C3 - Promoção do Património Geológico-Mir	neiro								
Roteiro de Minas	Expansão	50.000 €	40.000 €	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000€	50.000 €	50.000 €
Verbas Consignadas		50.000 €	40.000€	12.500 €	25.000 €	37.500 €	50.000€	50.000 €	50.000 €
VAL estimado (em €)	n.a.								
Preservação e Valorização do Conhecimento, Memória e Identidade	Expansão	70.000 €	62.000 €	22.500 €	45.000 €	67.500 €	90.000 €	90.000 €	90.000 €
Verbas Consignadas		70.000 €	62.000 €	22.500 €	45.000 €	67.500 €	90.000 €	90.000 €	90.000 €
VAL estimado (em €)	n.a.		*					***************************************	
Monitorização e Atividades de Recursos Geológicos	Expansão	100.000 €	175.000 €	45.000 €	90.000 €	135.000 €	180.000 €	180.000 €	180.000 €
Verbas Consignadas	·	100.000 €	175.000 €	45.000 €	90.000€	135.000 €	180.000 €	180.000 €	180.000 €
VAL estimado (em €)	n.a.	100,000 €	1/3/000 € 1	13.000 €	30.000 €	133,000 €	100.000 €	100:000	100.000
Ações de Promoção, Imagem e Inovação	Expansão	70.000 €	65.000 €	17.500 €	35.000 €	52.500 €	70.000€	70.000 €	70.000 €
Verbas Consignadas	F	70.000 €	65.000 €	17.500 €	35.000 €	52.500 €	70.000 €	70.000 €	70.000 €
VAL estimado (em €)	n.a.	70.000	00.000	27.000		-02.000 0	70.000	. 5.555	

PLANO DE INVESTIMENTOS

II - Remediação Ambiental D - Projetos P12030 D 1 - Projetos P12030 D			2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	Unidade 2026	2027
D. Programs Regional Note Programs Regional	Investimentos	Notas								Previsão
D. Projetos PT2000										
D. Programs Regional Notes Programs Regional Notes 1800.000	II - Remediação Ambiental									
D. Programs Regional Notes	=									
Control Andre (Free Complements) Figures 1900.000	·								8	
		Expansão	1.500.000 €	708.000 €	924.073 €	1.848.145 €	2.772.218 €	3,696,290 €	808.450 €	- €
Montes 1,000 1,0	Fundos Comunitários									- €
Ministre Primitive Primiti	Verbas Consignadas									- €
Paralles Communication Sale Bis C 137.73 C 227.86 C 208.80 C 202.20 C 1.09.30 C 1.00.20 C Val. extraints (rent)	VAL estimado (em €)	n.a.		•					OCCORDO	
Familian Continues 1,48,500 1,27,73,10 227,89 2,98,600 292,002 2,14,89,300 1,28,500 2,34,40 2,34,500	Dintor	_ ~		.==						
Vertical Conference 10.000										750.000 €
Page		Contingente								590.278 €
Post Capacida Communication Continuent Continue	-		85.185 €	37.269 €	80.496 €	160.991 €	241.487 €	321.983 €	319.444 €	159.722 €
Enclose Communication Contingents 1982/25 143,000 112,000 129,00	VAL estimado (em €)	n.a.							OROCOCC	
James Compress Sept. 148,500 1,399,000 1,3	Pejão (Fase 1)	Expansão	750.000 €	185.000 €	717.500 €	1.435.000 €	2.152.500 €	2.870.000 €	1.500.000 €	390.100 €
Verbaside (Companies 19,772 19,798 122,991 122,991 122,991 122,991 123	Fundos Comunitários									307.023 €
Montesiando (com C)	Verbas Consignadas									83.077 €
Filtrode Commission Configence Confige	VAL estimado (em €)	n.a.	2011122		555,555	200.002		020,201,0		551517
Finish Commissione Contingents Contingents College Colle	Mantasinka									
Verbis Consigneds C										250.000 €
D2 - Programa Regional do Centro Na.		Contingente								196.759 €
D2 - Programa Regional do Centro Maria Dainie, Friederia. Mestrae e Sembore des Profess 200,000 C 145,000 C 306,250 C 612,500 C 918,750 C 1,225,000 C 2,025,000 C 1,000,000 C 1,	-		- €	- €	6.655 €	13.310 €	19.965 €	26.620 €	53.241 €	53.241 €
Maria Doline, Ervideira-, Mestrae e Senhora das Protes 200,000 C 145,000 C 306,250 C 612,500 C 918,750 C 1,225,000 C 2,825,000 C Protes Commissions 134,307 C 134,100 C 241,000 C 422,000 C 723,000 C 204,000 C 223,000 C 723,000 C 200,000 C 200,00	VAL estillado (em e)	n.a.								
Maria Dafinis, Frvidedria-, Mestrae e Senhera das Protes 200,000 € 145,000 € 306,250 € 612,500 € 918,750 € 1,225,000 € 2,825,000 € 7,740 € 1,141,100 € 1,141,100 € 241,000 € 420,000 € 7,20,000 € 941,200 € 2,223,300 € 7,20,000 € 7,	D2 - Programa Regional do Centro									
Pandras										
Verbas Consignation		Expansão	200.000 €	145.000 €	306.250 €	612.500 €	918.750 €	1.225.000 €	2.825.000 €	850.000 €
Na. Recuperação dos Sistemas de Decontaminação de ajous, solos e la imas contaminadas das áreas gaus, solos e la imas contaminadas das áreas gaus das actual das	Fundos Comunitários	Contingente	157.407 €	114.120 €	241.030 €	482.060 €	723.090 €	964.120 €	2.223.380 €	668.981 €
Recuperação dos Sistemas de Decontaminação de águas, solos e lamas contaminação de águas, solos e lamas contaminação de águas, solos e lamas contaminadas das áreas mineiras dos radiciativos Findos Comunidarios Contingente C	Verbas Consignadas		42.593 €	30.880 €	65.220 €	130.440 €	195.660 €	260.880 €	601.620 €	181.019 €
Siguals, solos e lamas contaminadas das áreas Expansão Contingente 472,222 € 62,961 € 230,814 € 461,639 € 692,443 € 923,257 € 1,977,593 € 1,977,593 € 1,977,798 € 1,777,798	VAL estimado (em €)	n.a.							осоносон	
Siguals, solos e lamas contaminadas das áreas Expansão Contingente 472,222 € 62,961 € 230,814 € 461,639 € 692,443 € 923,257 € 1,977,593 € 1,977,593 € 1,977,798 € 1,777,798										
mineiras dos radioativos Fundos Comunitários			600,000 €	80.000 €	293.270 €	586.540 €	879.810 €	1.173.080 €	2.500.000 €	750.000 €
Varbas Consignades 127.778 € 17.037 € 62.456 € 124.911 € 187.867 € 249.823 € 532.407 €		ZAPANISAO	000,000	00.000 0	233.270 0	500.5.0	0,5,010 0	1117 51000 0	2.500.000 0	750.000 C
VAI. estimado (em €) n.a. Quinta do Bispo (Fase 2) incluindo o Pinhal do Fanasão € € € € € € € € € € € € € € € € € € €	Fundos Comunitários	Contingente	472.222 €	62.963 €	230.814 €	461.629 €	692.443 €	923.257 €	1.967.593 €	590.278 €
Quinta do Bispo (Fase 2) Incluindo o Pinhal do Expansão C C C C C C C 10.000 € 250,000 € Pundos Comunitários Contingente - € - € - € - € - € - € - € 138,899 € Value stando (em €) n.a. - € - € - € - € - € 4,444 € 111,111 € D3 - Programa Regional do Alentejo Aljustrel e Lousal (Fase Complementar) Expansão 700.000 € 105,000 € 250,000 € 500,000 € 1,000,000 € 1,000,000 € 1,500	Verbas Consignadas		127.778 €	17.037 €	62.456 €	124.911 €	187.367 €	249.823 €	532.407 €	159.722 €
Fundos Comunitários Contingente - C	VAL estimado (em €)	n.a.								
Fundos Comunitários Contingente - C	Ovinto de Riena (Face 3) incluindo e Riebal de	_ ~							252 222 2	
Verbas Consignadas C D										250.000 €
D3 - Programa Regional do Alentejo Aljustrel e Lousal (Fase Complementar) Expansão 700.000 € 105.000 € 250.000 € 500.000 € 750.000 € 1.50		Contingente	- €		- €	- €	- €			138.889 €
D3 - Programa Regional do Alentejo Aljustrel e Lousal (Fase Complementar) Expansão 700.000 € 105.000 € 250.000 € 500.000 € 750.000 € 1.000.000 € 1.500.000 € 1.000.0000 € 1.000.0000 € 1.000.0000 € 1			- €	- €	- €	- €	- €	4.444 €	111.1111 €	111.111 €
Aljustrel e Lousal (Fase Complementar)	VAL estillado (elli e)	n.a.							ORACOOK.	
Ajustrel e Lousal (Fase Complementar) Expansão Fundos Comunitários Contingente S50.926 € 82.639 € 196.759 € 393.519 € 590.000 € 750.000 € 1.500.000 € 1.500.000 € Verbas Consignadas VAL estimado (em €) São Domingos (Fase 3) Expansão Contingente Contingent	D3 - Programa Regional do Alentejo									
Verbas Consignadas 149.074 € 22.361 € 53.241 € 106.481 € 159.722 € 212.963 € 319.444 € VAL estimado (em €) n.a. São Domingos (Fase 3) Expansão - € 18.500 € - € - € - € - € 7.870 € 118.056 € € Fundos Comunitários Contingente - € 3.940 € - € - € - € - € 2.130 € 31.944 € ✓///> VAL estimado (em €) 10.000 € 125.000 € 10.000 € 125.000 € ✓///> 10.000 € 125.000 € ✓///> 0.000 € 125.000 € ✓///> 0.000 € 125.000 € ✓///> 0.000 €		Expansão	700.000 €	105.000 €	250.000 €	500.000 €	750.000 €	1.000.000 €	1.500.000 €	6.700.000 €
VAL estimado (em €) n.a. São Domingos (Fase 3) Expansão - € 18.500 € - € - € 10.000 € 150.000 € 150.000 € 150.000 € 118.056 € € - € - € - € - € 7.870 € 118.056 € € - €	Fundos Comunitários	Contingente	550.926 €	82.639 €	196.759 €	393.519 €	590.278 €	787.037 €	1.180.556 €	5.273.148 €
São Domingos (Fase 3) Expansão - € 18.500 € - € - € - € 10.000 € 150.000 € Fundos Comunitários Contingente - € 14.560 € - € - € - € 7.870 € 118.056 € VAL estimado (em €) n.a. Caveira Expansão - € 500 € - € - € - € 125.000 € 125.00	Verbas Consignadas		149.074 €	22.361 €	53.241 €	106.481 €	159.722 €	212.963 €	319.444 €	1.426.852 €
Fundos Comunitários Contingente - € 14.560 € - € - € - € - € 7.870 € 118.056 € Verbas Consignadas - € 3.940 € - € - € - € - € - € 2.130 € 31.944 € VAL estimado (em €) Caveira Expansão - € 500 € - € - € - € - € 10.000 € 125.000 € Fundos Comunitários Contingente - € - € - € - € - € - € - € 7.870 € 98.380 € Verbas Consignadas - € 500 € - € - € - € - € - € - € 2.130 € 26.620 € VAL estimado (em €) D4 - Programa Regional do Algarve Carrapateira (Bordeira), Cerro da Amendoeirinha, Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos Fundos Comunitários Comunitários Contingente - € - € - € - € - € - € 75.000 € 500.000 € Contingente - € - € - € - € - € - € - € - € - € -	VAL estimado (em €)	n.a.		•						
Fundos Comunitários Contingente - € 14.560 € - € - € - € - € 7.870 € 118.056 € Verbas Consignadas - € 3.940 € - € - € - € - € 2.130 € 31.944 € VAL estimado (em €) Caveira Expansão - € 500 € - € - € - € - € 10.000 € 125.000 € Fundos Comunitários Contingente - € - € - € - € - € - € 7.870 € 98.380 € Verbas Consignadas - € 500 € - € - € - € - € - € 2.130 € 26.620 € VAL estimado (em €) D4 - Programa Regional do Algarve Carrapateira (Bordeira), Cerro da Amendoeirinha, Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos Fundos Comunitários Contingente - € - € - € 75.000 € 150.000 € 500.000 € Verbas Consignadas - € - € - € - € - € 41.667 € 83.333 € 277.778 € Verbas Consignadas - € - € - € - € 41.667 € 83.333 € 66.667 € 222.222 €	São Domingos (Esco 2)	- ~								
Verbas Consignadas - € 3.940 € - € - € - € - € 2.130 € 31.944 € 31.944 € 125.000 €										150.000 €
VAL estimado (em €) n.a. Caveira Expansão - € 500 € - € - € - € 125.000 € 125.000 € 125.000 € - € - € - € - € 7.870 € 98.380 € 98.380 € - € - € - € - € - € 7.870 € 98.380 € - € - € - € - € - € - € 2.130 € 98.380 € - € - € - € - € - € - € 2.130 € 98.380 € - € - € - € - € - € 2.130 € 26.620 € - € - € - € - € - € - € - € 2.130 € 26.620 € - €		Contingente					_			118.056 €
Caveira	_		- €	3.940 €	- €	- €	- €	2.130 €	31.944 €	31.944 €
Fundos Comunitários Contingente	VAL estimado (em €)	n.a.								
Fundos Comunitários	Caveira	Expansão	- €	500 €	- €	- €	- €	10.000 €	125.000 €	, 125.000 €
Verbas Consignadas - € 500 € - € - € - € 2.130 € 26.620 € VAL estimado (em €) n.a. D4 - Programa Regional do Algarve Carrapateira (Bordeira), Cerro da Amendoeirinha, Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos Expansão 200.000 € 100 € - € - € 75.000 € 150.000 € 500.000 € 500.000 € Expansão 200.000 € 111.111 € - € - € - € 41.667 € 83.333 € 277.778 € 0.000 € <	Fundos Comunitários		- €	- €	- €	- €	- €			98.380 €
VAL estimado (em €) n.a. D4 - Programa Regional do Algarve Carrapateira (Bordeira), Cerro da Amendoeirinha, Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos Expansão 200.000 € 100 € - € - € 75.000 € 150.000 € 500.000 € 500.000 € 111.111 € - € - € - € 41.667 € 83.333 € 277.778 € 0.000 € 100 € - € - € - € 33.333 € 66.667 € 222.222 € 0.000 € </td <td>Verbas Consignadas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>26.620 €</td>	Verbas Consignadas									26.620 €
Carrapateira (Bordeira), Cerro da Amendoeirinha, Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos Expansão 200.000 € 100 € - € - € 75.000 € 150.000 € 500.000 € Fundos Comunitários Contingente 111.111 € - € - € - € 41.667 € 83.333 € 277.778 € Verbas Consignadas 88.889 € 100 € - € - € 33.333 € 66.667 € 222.222 €	VAL estimado (em €)	n.a.							***************************************	
Carrapateira (Bordeira), Cerro da Amendoeirinha, Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos Expansão 200.000 € 100 € - € - € 75.000 € 150.000 € 500.000 € Fundos Comunitários Contingente 111.111 € - € - € - € 41.667 € 83.333 € 277.778 € Verbas Consignadas 88.889 € 100 € - € - € 33.333 € 66.667 € 222.222 €	_,								•	
Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos Fundos Comunitários Verbas Consignadas $ \begin{array}{cccccccccccccccccccccccccccccccccc$						_				
Verbas Consignadas 88.889 € 100 € - € - € 33.333 € 66.667 € 222.222 €	Cerro do Penedo, Corte do Sobro e Margalhos		200.000 €	100 €						550.000 €
VIII 11 1 (C)		Contingente	111.111 €	- €	- €	- €	41.667 €	83.333 €	277.778 €	305.556 €
VAL estimado (em €) n.a.			88.889 €	100 €	- €	- €	33.333 €	66.667 €	222.222€	244.444 €
	VAL estimado (em €)	n.a.								

Investimentos	Notas	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
1117 63111116111103	, ioras	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
E - Monitorização, Pós-Remediação e Outro E1 - Monitorização e Pós-Remediação	os Projetos								
Proteção, Conservação e Manutenção de Antigas	Expansão	100.000 €	- €	25.000 €	50.000 €	75.000 €	100.000€	100.000 €	100.000
Áreas Mineiras Verbas Consignadas		100.000 €	- €	25.000 €	50.000 €	75.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000
VAL estimado (em €)	n.a.		- 9						
Descontaminação de Solos e Águas de Mina	Expansão	15.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	15.000 €	15.000
Verbas Consignadas	Expansao	15.000 €	- €	C	<u> </u>	C	C	15.000 €	15.000
VAL estimado (em €)	n.a.	15.000 €	- €					15.000 €	15.000
								<u> </u>	
Monitorizações Ambientais	Expansão	15.000 €	- €	3.750 €	7.500 €	11.250 €	15.000 €	15.000 €	15.000
Verbas Consignadas VAL estimado (em €)	n.a.	15.000 €	- €	3.750 €	7.500 €	11.250 €	15.000 €	15.000 €	15.000
	11121							I	
E2 - Outros Projetos	_								
Ocorrências Críticas em Antigas Explorações Mineiras e Pós-Fase de Remediação	Expansão	1.487.700 €	385.000 €	623.411 €	1.246.822 €	1.870.233 €	2.493.644 €	50.000 €	50.000
Fundo Ambiental		1.487.700 €	385.000 €	623.411 €	1.246.822 €	1.870.233 €	2.493.644 €	- €	-
Verbas Consignadas VAL estimado (em €)								50.000 €	50.000
VAL estillado (em e)	n.a.								
Subsidências de Jales	Expansão	500.000 €	500 €	187.500 €	375.000 €	562.500 €	750.000 €	1.000.000 €	1.250.000
Verbas Consignadas		500.000 €	500 €	187.500 €	375.000 €	562.500 €	750.000 €	1.000.000 €	1.250.000
Fundo Ambiental		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-
VAL estimado (em €)	n.a.								
Parque Habitacional da Urgeiriça	Expansão	1.000.000 €	750.000 €	127.942 €	255.884 €	383.826 €	511.768 €	50.000 €	50.000
Verbas Consignadas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	50.000 €	50.000
Fundo Ambiental		1.000.000 €	750.000 €	127.942 €	255.884 €	383.826 €	511.768 €	- €	-
F1 - Investigação em Eficiência no Uso dos .earn4Life	Recursos Expansão	20.000 €	22.500 €	5.000 €	10.000 €	15.000 €	20.000 €	20.000 €	-
Verbas Consignadas		20.000 €	22.500 €	5.000 €	10.000 €	15.000 €	20.000 €	20.000 €	-
VAL estimado (em €)	n.a.								
INCOME	Expansão	5.000 €	5.000 €	1.500 €	3.000 €	4.500 €	6.000 €	4.000 €	-
Verbas Consignadas		5.000 €	5.000 €	1.500 €	3.000 €	4.500 €	6.000 €	4.000 €	-
VAL estimado (em €)	n.a.								
Projeto NEXT+SOIL (antiga designação ERES-VAL)	Expansão	25.000 €	- €	6.250 €	12.500 €	18.750 €	25.000 €	25.000 €	25.000
Verbas Consignadas		25.000 €	- €	6.250 €	12.500 €	18.750 €	25.000 €	25.000 €	25.000
VAL estimado (em €)	n.a.		2						
Radonorm	Expansão	5.000 €	5.000 €	1.250 €	2.500 €	3.750 €	5.000 €	- €	-
Verbas Consignadas	Expansao	5.000 €	5.000 €	1.250 €	2.500 €	3.750 €	5.000 €	- €	-
VAL estimado (em €)	n.a.	3,000 0	3,000 € }	11250 0	2.300 €	3.730 C	3,000 €	1	
Para									
Panorama Verbas Consignadas	Expansão	5.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-
VAL estimado (em €)	n.a.	5.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	-
Outres Projets									
Outros Projetos Verbas Consignadas	Expansão	10.000 €	10.500 €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	-
VAL estimado (em €)	n.a.	10.000 €	10.500 €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	
								1	
F2 - Promoção e cooperação									
Protocolos e acordos de cooperação nacional e internacional	Expansão	20.000 €	- €	5.000 €	10.000 €	15.000 €	20.000 €	20.000 €	20.000
Verbas Consignadas		20.000 €	- €	5.000 €	10.000 €	15.000 €	20.000 €	20.000 €	20.000
VAL estimado (em €)	n.a.								
Parcerias para valorização dos ativos recuperados	Expansão	10.000 €	- €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	10.000
Verbas Consignadas		10.000 €	- €	2.500 €	5.000 €	7.500 €	10.000 €	10.000 €	10.000
VAL estimado (em €)	n.a.								

Invertimentes	Notas	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
nvestimentos	INOIGS	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
II - PIPSC									
G - PIPSC									
G1 - PIPSC									
Plano Intervenção Pedreiras Situação Crítica	Continuidad	1.600.000 €	97.000 €	1.445.000 €	2.890.000 €	4.335.000 €	5.780.000 €	2.500.000 €	-
Fundo Ambiental	Α	1.600.000 €	97.000 €	1.445.000 €	2.890.000 €	4.335.000 €	5.780.000 €	2.500.000 €	
VAL estimado (em €)	n.a.							отположения	
IV - Sustentabilidade H - Estrutura H1									
Investimentos Correntes	Expansão	100.000 €	- €	25.000 €	50.000 €	75.000 €	100.000 €	50.000 €	50.000
Fundos Próprios	P - 1333	100.000 €	- €	25.000 €	50.000 €	75.000 €	100.000 €	50.000 €	50.000
VAL estimado (em €)	n.a.	200.000 0		25.555 5	55.555 5	75.555 6	200,000 0	монични	30.000
Obras Reabilitação Transferência da Sede EDM (valorização patrimonial)	Expansão	300.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	400.000 €	-
Fundos Próprios		300.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	400.000 €	-
VAL estimado (em €)	n.a.		- 3					опполого	
Projeto Energia Solar Fotovoltaica	Expansão	50.000 €	- €	6.250 €	12.500 €	18.750 €	25.000 €	25.000 €	25.000
Fundos Próprios	Contingente	25.000 €	- €	3.125€	6.250 €	9.375 €	12.500 €	12.500 €	12.500
Fundo Ambiental		25.000 €	- €	3.125 €	6.250 €	9.375 €	12.500 €	12.500 €	12.500
VAL estimado (em €)	n.a.		·					-	
I - Novas Áreas									
l1									
Proteção Radiológica, Indústrias NORM e Outros Resíduos	Expansão	20.000 €	- €	5.000 €	10.000€	15.000 €	20.000 €	20.000 €	20.000
Fundos Próprios		20.000 €	- €	5.000 €	10.000 €	15.000 €	20.000 €	20.000 €	20.000
VAL estimado (em €)	n.a.	20.000 €	<u> </u>	3.000 €	10.000 €	15.000 €	20.000 €	mananan	201000
Caracterização do Concentrado de Urânio e Análise	Expansão	200.000 €	2.500 €	50.000€	100.000€	150.000 €	200.000 €	200.000 €	100.000
de Oportunidades de Mercado Fundos Próprios		200.000 €	2.500 €	50.000 €	100.000 €	150.000 €	200.000 €	200.000 €	100.000
VAL estimado (em €)	n.a.	200.000 €	2.300 €	30.000 €	100.000 €	130.000 €	200.000 €	200.000 €	100.000
Remediação de Radão em Edifícios	Expansão	50.000 €	- €	5.000 €	10.000€	15.000 €	20.000€	20.000 €	20.000
Fundos Próprios		50.000 €	- €	5.000 €	10.000 €	15.000 €	20.000 €	20.000 €	20.000
VAL estimado (em €)	n.a.		- 9						
otal investimento		11.057.700 €	3.459.600 €	5.756.675 €	11.513.350 €	17.345.025 €	23.206.700 €	18.271.450 €	14.494.100
otal financiamento		11.057.700 €	3.459.600 €	5.756.675 €	11.513.350 €	17.345.025 €	23.206.700 €	18.271.450 €	14.494.100

Quadro 14 – Plano de Investimentos 2024 – 2026

6 Recursos Humanos

6.1 Número de Efectivos

O número de trabalhadores da EDM nesta data é de 16, mas com a requisição por parte do Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Energia do Diretor Técnico apenas existem 15 trabalhadores activos na empresa.

			Situc	ação a 01.01	.2025			Movimentos d	e Pessoal - 2025	5		
Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024		# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saidas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licen ça	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	Situação a 31/12/2025
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	4	4		0	0	O	0	0	0	0	0	4
Cargos de direção (s/ OS)	3	3		1	0	O	1	0	0	0	0	3
Categoria 1 (*)	11	11	45	1	0	O	0	0	0	0	1	12
Categoria 2 (*)	3	3	50	1	0	1	. 0	0	1	0	O	3
Total	21	21	95	3	0	1	1	0	1	0	1	22

	Movime	entos de Pesso	al - 2026				Movime	entos de Pesso	al - 2027		
Saidas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licen ça	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2025 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	Situação a 31/12/2026	Saidas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licen ça	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	Situação a 31/12/2027
(2)		(4)	(5)	(6)	= '2024 - (2) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= '2025 - (2) + (4) + (5) + (6)
0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4
0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	12
0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	22

Quadro 16 – Movimentos de pessoal 2024 – 2026

As orientações emitidas pelo acionista no sentido de adequação do quadro de pessoal às efetivas necessidades da empresa prosseguindo uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal traduziram-se, no caso da EDM, no processo de substituição e contratação de novos trabalhadores que se concluiu no final de 2023. Em 2024 no dia de 13 de maio faleceu a Diretora Financeira e a 1 de junho o Diretor Técnico foi requisitado pelo Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Energia, estas duas situações dificultam o funcionamento da empresa. A substituição da Directora Financeira ocorrerá ainda este ano e em termos orçamentais estimaram-se para 2025 os custos do Director Técnico, pois pode regressar à empresa e é necessário que haja verba disponível inscrita. Até ao final de 2024 sairá ainda uma trabalhadora por reforma que será substituída no início de 2025, o que tem um impacto negligenciável nos valores de orçamentados. Para

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro. Taking care of the past, challenging the future. 2025 pretende-se ainda contratar um técnico superior para fazer face ao ambicioso plano de investimentos da empresa, não só na área da remediação ambiental, como também no PIPSC que entrará no penúltimo ano de execução.

6.2 Gastos com Pessoal

Porroal	2023	2023 2024		2024 2025		2027	Δ (2025-2024)	
Pessoal	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
N.º Total de Trabalhadores	21	21	21	22	22	22	1	5%
N.º de membros dos órgãos sociais	4	4	4	4	4	4	0	09
N.º de membros cargos de direção	3	3	3	3	3	3	0	0%
N.º dos restantes trabalhadores	14	14	14	15	15	15	1	7%
Gastos totais com pessoal*	1 090 116	1 150 608	1 120 194	1 184 142	1 214 930	1 245 303	63 948	6%
Gastos com órgãos sociais**	237 684 €	251 211 €	270 443 €	261 176 €	267 967 €	274 666 €	-9 266	-39
Gastos com cargos de direção	134 577 €	141 244 €	137 820 €	146 501 €	150 310 €	154 068 €	8 682	69
Remuneração do pessoal	416 969 €	442 088 €	418 378 €	457 506 €	469 401 €	481 136 €	39 128	99
Benefícios pós-emprego	53 146 €	56 803 €	48 416 €	49 820 €	51 115 €	52 393 €	1 404	39
Ajudas de custo	0 €	1 750 €	1 750 €	1 750 €	1 750 €	1 750 €	0	09
Rescisões / Indemnizações	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	
Restantes encargos	247 740 €	257 511 €	243 388 €	267 388 €	274 386 €	281 289 €	24 000	100
nformação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2024								
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes				32 773 €	33 625 €	34 465 €	32 773	
(iii) Cumprimento de disposições legais								
(iv) Orientações expressas do acionista Estado								
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias								
(vi) Outras valorizações remuneratórias								
(vii) Rescisões por mútuo acordo								
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-237 684	-251 211	-270 443	-261 176	-267 967	-274 666	9 266	30
(-) Cumprimento de disposições legais								
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias								
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo								
(+) Absentismo								
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	852 432	899 397	849 751	922 966	946 963	970 637	73 214	9%
O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargo	s com a Seguranca So							
*Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Le								
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	49%	49%	49%	50%	50%	50%	0	1%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	16%	16%	16%	16%	16%	16%	0	-2%

Quadro 17 – Gastos com pessoal 2024 – 2026

Os gastos com pessoal para 2025, conforme Quadro 17, contemplam um aumento de 2,9% em linha com o valor do IPC previsto para 2024 pelo accionista, tendo sido utilizado o mesmo fator para a atualização do valor da remuneração do Conselho de Administração.

No quadro abaixo pode-se verificar os gastos com pessoal, sublinhando, como referido anteriormente, que foram tidas em conta as verbas necessárias em caso de regresso do trabalhador requisitado, bem como a contratação de um técnico superior pela base da carreira que se pretende.

7 Informação Financeira

7.1 Orientações gerais e estrutura do Plano de Atividades para 2025

O orçamento para 2025 tem presentes as orientações para o Setor Empresarial do Estado e as instruções constantes do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro nº 107/2024-SET, de 20 de fevereiro, bem como do Orçamento de Estado, e em particular do decreto-lei nº 17/2024, de 29 de janeiro que contém as disposições relativas à execução orçamental para 2024, relativamente às quais se sublinha o seguinte:

• Os pressupostos macroeconómicos de referência são os seguintes:

PIB e componentes da	2024	2025	2026	2027
Despesa em termos reais (%)				
PIB	1,5	1,9	2,0	1,5
Consumo Privado	1,5	1,7	1,7	1,8
Consumo Público	1,8	1,1	1,4	1,0
Investimento (FBCF)	4,4	3,9	5,1	-0,5
Exportações de bens e	3,1	4,2	3,9	3,8
serviços				
Importações de bens e	4,0	4,5	4,6	3,1
serviços				
Evolução dos preços	2,9	2,6	2,5	2,3
HIPC	2,5	2,1	2,0	2,0

Fonte: GPEARI

Quadro 18 – Pressupostos macroeconómicos de referência

Dado o modelo específico da atividade da empresa assente quer no contrato de concessão de recuperação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas, cujo financiamento se centra maioritariamente em receitas provenientes dos fundos comunitários, quer em projetos de prospeção e pesquisa ainda em fase de investimento, optou-se por apresentar as projeções a preços constantes.

- As propostas de Instrumentos Previsionais de Gestão foram elaboradas para o horizonte temporal de 2025-2027 em que a informação relativa a 2023 corresponde aos valores executados constantes dos documentos de prestação de contas desse ano e a relativa a 2024 corresponde a valores estimados (quer no PAO_2024, quer atualmente).
- O Plano de Atividades e Orçamento, dado que não existem Contratos Programa ou de Prestação de Serviço Público, tem em consideração quer as linhas estratégicas para o mandato incluídas na "proposta de Contrato de Gestão", na sua forma atual em que decorrem ainda os procedimentos de formalização, quer a missão e objetivos da empresa compatibilizados com os recursos e meios

existentes ou a mobilizar no âmbito dos adequados procedimentos de autorização;

- Os Instrumentos Previsionais de Gestão apresentados incluem:
 - Plano de Atividades e o Orçamento anuais e plurianuais;
 - Demonstração de Resultados Previsionais;
 - Balanços Previsionais;
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsionais;
- O Plano de Atividades e o Orçamento respeita as orientações setoriais e explicita as estratégias de sustentabilidade da empresa refletidas quer no seu "posicionamento estratégico", anual e no horizonte 2025/2030, quer no desenvolvimento de novas áreas de negócio que permitam aumentar os rendimentos da empresa em especial nesta fase de investimentos anterior à fase de maior rentabilidade associada a projetos de exploração mineira;
- O Plano de Atividades e Orçamento inclui ainda a apresentação dos mapas referentes:
 - à Eficiência Operacional, nos quais se incluem os Gastos Operacionais
 (GO) e Volume de Negócios (VN), os quais foram ajustados;
 - à evolução dos recursos humanos e respetivos gastos;
 - à desagregação das rúbricas de gastos operacionais objeto de orientações específicas, em particular os encargos com "deslocações e estadas, ajudas de custo, e gastos com a frota automóvel" e encargos com contratação de "estudos, pareceres, projetos e consultoria";
 - aos IEIPG, correspondentes a orientações financeiras para o triénio e otimização de gastos; e
 - o aos rácios financeiros.

7.2 Orientações Financeiras para o Triénio 2025-2027

O Plano de Atividades e orçamento para 2025, bem como as respetivas projeções financeiras satisfazem as orientações especificas transmitidas pelo acionista na medida em que:

- A estratégia da empresa visa a maximização das receitas da empresa que, no entanto, estão condicionadas pelas especificidades da atividade da empresa nos domínios dos recursos mineiros e da reabilitação ambiental das antigas áreas mineira abandonadas;
- O plano evidencia o prosseguimento de uma estratégia de redução de custos;
- Os investimentos estão devidamente quantificados e fundamentados;
- Os investimentos financiados por fundos comunitários estão identificados e calendarizados;
- Os aspetos relacionados com a dívida bancária, com a redução do PMP e com estratégias de redução de endividamento não estão contemplados pelo facto de a empresa não ter endividamento bancário e pelo facto de estar a aplicar prazos de pagamentos abaixo dos exigidos por lei, prazos que pretende manter;



 São apresentados os investimentos plurianuais que têm como pressuposto o acesso aos fundos do PT2030 e a disponibilidade do Fundo Ambiental.

Conforme se comprova pelos dados e quadros apresentados nos números seguintes, na proposta de PAO2025_2027 da EDM, as orientações constantes do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro nº 107/2024-SET, de 20 de Fevereiro, estão cumpridas no que respeita aos princípios financeiros uma vez que:

- O aumento dos gastos com pessoal estimado em 2024 é inferior em aproximadamente 3% ao orçamentado no PAO_2024 e segue as orientações emitidas pelo acionista para adequação do quadro de pessoal às efetivas necessidades da empresa, tendo a empresa ajustado os seus quadros de pessoal em 2023 face às saídas registadas com a entrada de novos trabalhadores por substituição;
- O aumento de aproximadamente 6% de 2025 face a 2024 é motivado pela substituição, até ao final de 2024, da Diretora Financeira que por motivo de doença entrou de baixa em 1 de fevereiro de 2024, vindo a falecer no passado dia 13 de Maio de 2024, bem como está considerada também a contratação de um técnico superior (conforme pedido de autorização no ponto 8 e justificado no ponto6) em virtude da requisição do Diretor Técnico em funções pelo gabinete da Sra. Secretária de Estado da Energia em junho de 2024 e justificado pela necessidade de desenvolvimento e coordenação das intervenções e investimentos previstos. Para o ano de 2025, foi também aplicada a atualização salarial de 2,9% para 2025, em linha com a evolução de preços prevista para 2024 (Quadro 18 Pressupostos macroeconómicos de referência)
- O EBITDA e EBIT, registam uma evolução negativa face a 2023, mas em 2025 volta a uma trajetória de crescimento, na ordem dos 12%. Em 2027 prevê-se a realização de uma operação extraordinária não repetível no futuro próximo (venda do stock de concentrado de urânio).

euros

Indicadores	2023	2024	2025	2026	2027
EBITDA	680.009	492.957	555.074	523.744	5.913.598
EBIT	630.288	449.357	510.074	478.744	5.861.098

 Assegura-se uma manutenção da estabilidade do peso dos gastos operacionais no volume de negócios:

Indicadores	2023	2024	2025	2026	2027
GO/VN	73,0%	77,0%	78,0%	76,0%	73,%

- Estão cumpridas as orientações relativas a certas tipologias de despesas, uma vez que:
 - Se estima em 2024 um montante de encargos com um conjunto de gastos relativos a "encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e gastos



com a frota automóvel," estável face a 2023, sendo que o ligeiro acréscimo que se regista em 2024 face a 2023 está em linha com a taxa de inflação prevista e aumento da atividade operacional da empresa. O mesmo se aplica aos anos subsequentes.

 E se regista que o número de veículos do parque automóvel se mantém igual ao de 2023 e 2024, mantendo as autorizações anteriores para a renovação do parque automóvel.

7.3 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras previsionais englobam 2023 (realizado), PAO_2024, estimativa para 2024 e previsões para 2025, 2026 e 2027, designadamente:

- Demonstrações financeiras Resumo
- Balanços previsionais
- Demonstrações individual dos resultados por naturezas previsionais
- Demonstrações dos fluxos de caixa previsionais

Os mapas das demonstrações financeiras a seguir apresentados cujos pressupostos foram descritos anteriormente, evidenciam que a EDM manterá a sua situação económica e financeira equilibrada que lhe proporciona condições para o prosseguimento das suas duas atividades principais: a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas e o reforço das ações de prospeção e pesquisa e avaliação de recursos minerais, indispensável à sustentabilidade da EDM a médio e longo prazo.

7.3.1 Resumo das Demonstrações Financeiras

No quadro seguinte é apresentado um resumo das demonstrações financeiras, com destaque para o Balanço, Demonstração de Resultados e Eficiência Operacional.

Demonstrações financeiras	S				
			ıU	nid:	1.000 €
Balanço	#REF!	2024	2025	2026	2027
Ativo (total)	59.004	62.025	56.547	56.354	62.253
não corrent.	10.094	11.444	12.517	15.142	16.885
corrente	48.910	50.581	44.030	41.211	45.368
CP (total)	53.177	53.433	53.843	54.234	59.032
result.trans.	671	1.094	1.444	1.853	2.242
Passivo (total)	5.828	8.592	2.704	2.120	3.221
não corrent.	1.126	1.004	870	736	602
corrente	4.702	7.588	1.835	1.384	2.618
Demonstração de resultados	#REF!	2024	2025	2026	2027
Volume de Negócios (incl. ICs)	79	36	10	10	20.020
% de crescimento		-55%	-72%	0%	200100%
Gastos com Pessoal	-1.090	-1.120	-1.184	-1.215	-1.245
% de crescimento		3%	6%	3%	2%
Fornecimentos e serviços externos	-572	-510	-525	-538	-552
% de crescimento		-11%	3%	3%	2%
EBITDA	680	493	555	524	5.914
% de crescimento		-28%	13%	-6%	1029%
EBIT	630	449	510	479	5.861
0/ /		-29%	14%	-6%	1124%
% de crescimento		2370	1170	0.0	
Resultado líquido	537	376	434	415	4.823
	537				4.823 1063%
Resultado líquido	537	376	434	415	

Quadro 19 – Demonstrações financeiras

7.3.2 Balanço

A EDM apresenta uma situação financeira equilibrada caracterizada por uma autonomia financeira de 86% estimada para 31.12.2024 e capitais próprios de 53,4 milhões de euros.

Apesar do esforço de investimento, o modelo de financiamento prosseguido conduz a uma estimativa de reforço da autonomia financeira para 95% em final de 2025.

No que respeita à situação económica e financeira, há que sublinhar o seguinte:

• Em 2012, registou-se um reforço adicional dos capitais próprios, no valor de €13.731.185, que resultou da transferência para a EDM do stock de urânio anteriormente propriedade do LNEG pelo valor resultante da avaliação de revisor oficial de contas independente de acordo com o Código da Sociedades Comerciais, nos termos da deliberação social unânime do acionista de 18 de setembro de 2012.

Ativo não corrente Ativos fixos tangíveis Propriedades de Investimento Ativos intangíveis Ativos biológicos Participações financeiras	Notas	2000							Unidade	
Ativo não corrente Ativos fixos tangíveis Propriedades de Investimento Ativos intangíveis Ativos biológicos Participações financeiras		2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
Ativo não corrente tivos fixos tangíveis Propriedades de Investimento Ativos intangíveis Ativos biológicos Participações financeiras		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
tivos fixos tangíveis ropriedades de Investimento tivos intangíveis tivos biológicos articipações financeiras	ATIVO									
ropriedades de Investimento tivos intangíveis tivos biológicos articipações financeiras										
tivos intangíveis tivos biológicos articipações financeiras		612 727 €	563 006 €	574 466 €	594 466 €	614 466 €	634 466 €	654 466 €	1 084 466 €	1 106 9
itivos biológicos articipações financeiras		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
articipações financeiras		1 022 691 €	9 218 175 €	3 093 325 €	3 530 575 €	3 967 825 €	4 405 075 €	4 842 325 €	7 100 325 €	8 874 3
		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
		1 824 952 €	1 848 106 €	1 884 504 €	1 910 571 €	1 936 638 €	1 962 705 €	1 988 772 €	2 010 695 €	2 042 (
Devedores por empréstimos bo reembolsáveis	onificados e subsidios	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Clientes, contribuintes e utente	ès	1 549 800 €	774 900 €	774 900 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
cionistas / Sócios / Associado	ıs	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Diferimentos		0 €	156 273 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Outros ativos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Ativos por impostos diferidos		152 420 €	0 €	179 588 €	173 548 €	167 509 €	161 470 €	155 431 €	131 274 €	107
Outras contas a receber		4 931 261 €	5 525 731 €	4 937 337 €	4 922 087 €	4 906 837 €	4 891 587 €	4 876 337 €	4 815 337 €	4 754
	Subto		18 086 191 €	11 444 119 €	11 131 247 €	11 593 275 €	12 055 303 €	12 517 331 €	15 142 097 €	16 884
Ativo corrente										
nventários		13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	
tivos biológicos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Devedores por transferências e	e subsídios não	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
eembolsáveis Devedores por empréstimos bo	onificados a subsídios									
evedores por emprestimos bo eembolsáveis	omicados e subsidios	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Clientes, contribuintes e utente	ès	796 820 €	790 018 €	835 011 €	835 011 €	835 011 €	835 011 €	835 011 €	60 111 €	60
Estado e outros entes públicos		546 666 €	0 €	2 242 €	2 242 €	2 242 €	2 242 €	2 242 €	2 242 €	2
Acionistas / Sócios / Associado:	ıs	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Outras contas a receber		6 186 071 €	1 651 866 €	5 991 125 €	7 140 929 €	8 290 734 €	9 440 538 €	10 590 343 €	12 832 290 €	15 323
Diferimentos		40 239 €	13 865 €	43 893 €	43 893 €	43 893 €	43 893 €	43 893 €	43 893 €	43
Ativos financeiros detidos para	negociação	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Outros ativos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
tivos não correntes detidos pa	ara venda	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Caixa e depósitos		27 609 499 €	26 149 124 €	29 977 254 €	27 189 804 €	24 402 355 €	21 614 906 €	18 827 457 €	14 541 742 €	29 937
	Subto		42 336 058 €	50 580 708 €	48 943 064 €	47 305 419 €	45 667 775 €	44 030 130 €	41 211 462 €	45 367
	Total do Ativ			62 024 828 €	60 074 311 €	58 898 694 €	57 723 078 €	56 547 461 €	56 353 559 €	62 252 6
PATRIMÓ	NIO LÍQUIDO									
atrimónio / Capital		30 000 000 €	30 000 000 €	30 000 000 €	30 000 000 €	30 000 000 €	30 000 000 €	30 000 000 €	30 000 000 €	30 000 0
Ações (quotas) próprias		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Outros instrumentos de capital	próprio	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731 185 €	13 731
rémios de emissão		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Reservas		7 891 926 €	7 891 926 €	7 891 926 €	7 891 926 €	7 891 926 €	7 891 926 €	7 891 926 €	7 891 926 €	7 891
Resultados transitados		670 800 €	5 882 287 €	1 093 845 €	1 181 492 €	1 269 140 €	1 356 788 €	1 444 435 €	1 852 936 €	2 242
Ajustamentos em ativos financi	eiros	281 781 €	281 781 €	281 781 €		282 387 €				2 242 3
Excedentes de revalorização		63 782 €			282 084 €		282 689 €	282 992 €	282 992 €	
	o Líquido		60 295 €	58 624 €					282 992 €	282
Outras variações no Património		0 €	60 295 €	58 624 €	58 624 €	58 624 €	58 624 €	58 624 €	282 992 € 59 834 €	282
		0 €	0 €	0 €	58 624 € 0 €	58 624 € 0 €	58 624 € 0 €	58 624 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 €	282 · 61 ·
Outras variações no Património Resultado líquido do período		537 065 €	0 € 514 615 €	0 € 375 958 €	58 624 € 0 € -5 851 €	58 624 € 0 € 62 323 €	58 624 € 0 € 129 609 €	58 624 € 0 € 433 868 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 €	282 · 61 ·
Outras variações no Património Resultado líquido do período Dividendos antecipados		537 065 € 0 €	0 € 514 615 € 0 €	0 € 375 958 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 €	282 · 61 ·
Outras variações no Património Resultado líquido do período Dividendos antecipados	Total do Património Líquio	537 065 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 €	282 9 61 0 4 822 9
Outras variações no Património Resultado líquido do período Dividendos antecipados nteresses que não controlam	Total do Património Líquic	537 065 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 €	0 € 375 958 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 €	282 61 4 822
outras variações no Património esultado líquido do período dividendos antecipados nteresses que não controlam P P		537 065 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 €	282 61 4 822
Outras variações no Património Resultado líquido do período Dividendos antecipados Interesses que não controlam P / Passivo não corrente	Total do Património Líquic	537 065 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 €	282 61 4 822
Outras variações no Patrimónic kesultado líquido do periodo Jividendos antecipados Interesses que não controlam P / P Passivo não corrente Provisões	Total do Património Líquic	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 €	282 992 C 59 834 C 0 C 414 639 C 0 C 0 C 0 C 54 233 513 C	282 61 4 822 59 031 9
outras variações no Património tesultado líquido do periodo dividendos antecipados nteresses que não controlam P A Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos	Total do Património Líquio ASSIVO	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 €	282 61 4 822 59 031 9
Outras variações no Património Resultado líquido do periodo Núledndos antecipados Interesses que não controlam P - Passivo não corrente Provisões Tianaciamentos obtidos Tornecedores de investimentos Tornecedores de investimentos	Total do Património Líquio ASSIVO	537 065 € 0 € 0 € 53 176 539 € 992 957 € 0 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 €	282 61 4 822 59 031 9
Outras variações no Património Resultado líquido do periodo Jividendos antecipados Interesses que não controlam P A Passivo não corrente Provisões inanciamentos obtidos fornecedores de investimentos fornecedores de investimentos fornecedores	Total do Património Líquic ASSIVO	537 065 € 0 € 0 0 € 0 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 €	282 61 4 822 59 031 9
Outras variações no Património Resultado líquido do período Dividendos antecipados nteresses que não controlam	Total do Património Líquic ASSIVO	537 065 € 0 € 0 0 € 0 53 176 539 € 0 € 0 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € -5851€ 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 0 €	282 61 4 822 59 031 9
Outras variações no Património Resultado liquido do periodo Volvidendos antecipados Interesses que não controlam P. A Passivo não corrente Provisões Financiamentos obtidos Fornecedores de investimentos Fornecedores Responsabilidade por beneficio Diferimentos	Total do Património Líquio A S S I V O s s s pos pós-emprego	537 065 € 0 € 0 € 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 0 €	282 61 4 822 59 031 9
outras variações no Património tesultado liquido do periodo bividendos antecipados nteresses que não controlam P A Passivo não corrente trovisões inanciamentos obtidos fornecedores de investimentos fornecedores tesponsabilidade por beneficio ilferimentos tassivos por impostos diferidos tassivos por impostos diferidos tassivos por impostos diferidos	Total do Património Líquio A S S I V O s s s pos pós-emprego	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 16 955 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 1 5 6 6 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 C	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	282 61 4 822 59 031 9 458
outras variações no Património tesultado liquido do periodo bividendos antecipados nteresses que não controlam P A Passivo não corrente trovisões inanciamentos obtidos fornecedores de investimentos fornecedores tesponsabilidade por beneficio ilferimentos tassivos por impostos diferidos tassivos por impostos diferidos tassivos por impostos diferidos	Total do Património Líquio A S S I V O s s s pos pós-emprego	537 065 € 0 € 0 € 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 115 960 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 1 5 560 € 115 560 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 €	282 61 4 822 59 031 9 458
outras variações no Património tesultado liquido do periodo lividendos antecipados interesses que não controlam P Assivo não corrente trovisões inanciamentos obtidos fornecedores de investimentos ornecedores tesponsabilidade por beneficio diferimentos assivos por impostos diferidos butras contas a pagar	Total do Património Líquio ASSIVO s as pós-emprego	537 065 € 0 € 0 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 115 960 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 1 5 6 6 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 C	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 €	282 61 4 822 59 031 9 458
outras variações no Património tesultado líquido do periodo jividendos antecipados interesses que não controlam P. P. Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos fornecedores de investimentos ornecedores tesponsabilidade por beneficio ilferimentos assivos por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente	Total do Património Líquio ASSIVO s sos pós-emprego s	537 065 € 0 € 0 53 176 539 C 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 11 125 872 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 17 560 € 1159 60 € 1 159 538 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 10 € 115 960 € 1 003 567 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 970 138 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 936 710 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 903 281 €	58 624 C 0 C 433 868 E 0 C 0 C 53 843 030 C 725 465 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 869 853 C	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458
outras variações no Património esultado liquido do período bividendos antecipados enteresses que não controlam P / Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos ornecedores de investimentos onecedores esponsabilidade por beneficio liferimentos assivos por impostos diferidos utras contas a pagar Passivo corrente redores por transferências e enteres por transferências enteres por transferências enteres por transferências e enteres por transferências enteres por transferências e enteres por transferências enteres por tran	Total do Património Líquio ASSIVO s sos pós-emprego s	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 115960 € 1125 872 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 11 5960 € 11 59 538 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 970 138 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 903 281 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 869 853 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602
outras variações no Património tesultado líquido do período bividendos antecipados interesses que não controlam P / Passivo não corrente trovisões inanciamentos obtidos fornecedores de investimentos ornecedores tesponsabilidade por beneficio diferimentos utras contas a pagar Passivo corrente recorres correctedores por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente redores por transferências e cornecedores	Total do Património Líquic ASSIVO S sos pós-emprego s Subtot subsídios concedidos	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 € 0 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 115 960 € 1 125 872 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 17 560 € 11 59 60 € 1 150 538 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 970 138 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 C 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 903 281 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 869 853 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602
outras variações no Património tesultado liquido do periodo lividendos antecipados interesses que não controlam P. P. Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos fornecedores de investimentos ornecedores tesponsabilidade por beneficio Diferimentos assivos por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente redores por transferências e invencedores correctedores contas a pagar passivo corrente redores por transferências e invencedores corrente redores por transferências e invencedores corrente redores por transferências e invencedores correntes diantamentos de clientes, con diantame	Total do Património Líquio ASSIVO s os pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 11 25 872 € 103 646 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 0 € 58 362 089 C 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 17 560 € 115 960 € 115 960 € 71 371 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 10 567 €	\$8 624 C 0 6 -5 851 6 0 C 0 6 53 139 460 C 825 750 C 0 6 0 6 0 6 0 7 28 428 6 970 138 C	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 € 193 856 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 903 281 €	58 624 C 0 C 433 868 C 0 C 0 C 53 843 030 C 725 465 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 869 853 C	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 0 € 155 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602
outras variações no Património tesultado liquido do período bividendos antecipados interesses que não controlam P Passivo não corrente rovisões dinanciamentos obtidos ormecedores de investimentos formecedores de proposições por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente Credores por transferências e cornecedores contras a pagar Passivo corrente Credores por transferências e cornecedores dididadamentos de clientes, con istado e outros entes públicos contestado e outros entes públicos contestados ententes de contestados ententes que contente contestados ententes que contente contestados ententes que contente contentes que contente contentes que contente contentes contentes que contente contentes que contentes que contente contentes que contente contentes que contente contentes que contente contentes que contentes que contente contentes que co	Total do Património Líquic ASSIVO s sos pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes	992 957 € 992 957 € 0 € 115 872 € 115 872 € 123 849 € 2 33 849 €	0 € 514 615 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 1150 538 € 0 € 71 371 € 0 € 135 281 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 970 138 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 903 281 € 0 € 188 856 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 869 853 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602
outras variações no Património tesultado liquido do período bividendos antecipados interesses que não controlam P Assivo não corrente trovisões inanciamentos obtidos ormecedores de investimentos formecedores de investimentos ormecedores assivos por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente redores por transferências e concessor de contras de c	Total do Património Líquic ASSIVO s sos pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 € 0 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 115 960 € 1 125 872 € 103 646 € 0 € 238 446 € 0 € 238 446 €	0 € 514 615 € 0 € 0 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 17 560 € 11 59 60 € 1 150 538 € 71 371 € 0 € 135 281 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 € 243 856 € 0 € 185 987 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 970 138 € 218 856 € 0 € 186 765 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 € 193 856 € 0 € 187 542 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 C 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 903 281 € 168 856 € 0 € 188 320 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 869 853 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602
outras variações no Património tesultado líquido do periodo lividendos antecipados interesses que não controlam P. A. Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos ornecedores de investimentos ornecedores lessponsabilidade por beneficio offerimentos obtendos por livides por porte de la passivo su por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente redores por transferências e romecedores de investimentos de cilentes, con stado e outros entes públicos ciclonistas / Sócios / Associado inanciamentos obtidos	Total do Património Líquic ASSIVO s sos pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes	537 065 € 0 € 0 € 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 115 960 € 11 125 872 € 103 646 € 0 € 233 849 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	0 € 514 615 € 0 € 58 362 089 C 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 115 960 € 115 953 € 0 € 71 371 € 0 € 135 281 € 0 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 10 6 0 € 115 960 € 1 003 567 € 243 856 € 0 € 185 997 €	\$8 624 C 0 C -5 851 C 0 C 0 C 53 139 460 C 825 750 C 0 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 970 138 C 218 856 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 € 193 856 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 903 281 € 0 € 115 960 € 903 282 € 0 € 188 320 € 0 €	58 624 C 0 6 433 868 6 0 C 0 C 53 843 030 C 725 465 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 869 853 C 143 856 6 0 C 189 088 C 0 C	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 0 € 159 60 € 115 960 € 736 139 € 143 856 € 0 € 196 074 € 0 € 0 €	282 61 4 822 59 031 4 458 28 115 602
outras variações no Património esultado liquido do período bividendos antecipados interesses que não controlam P. P. Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos ornecedores de investimentos obtidos ornecedores periodo provincia de la passivo por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente redores por transferências e correctores de cutros entes públicos cionistas / Sócios / Associado inanciamentos obtidos ornecedores de investimentos ornecedores de inv	Total do Património Líquic ASSIVO s sos pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes	537 065 € 0 € 0 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 11 5 960 € 10 3 646 € 0 € 233 849 € 0 € 0 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 11 50 538 € 0 € 71 371 € 135 281 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1003 567 € 0 € 243 856 € 185 987 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 970 138 € 0 € 186 765 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 € 193 856 € 197 542 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 903 281 € 0 € 188 856 € 188 320 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 €	58 624 C 0 C 433 868 E 0 C 0 C 53 843 030 C 725 465 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 869 853 C 143 856 C 189 098 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 4 458 28 115 602 143
outras variações no Património esultado liquido do período biolecido de período período período período de período	Total do Património Líquic ASSIVO s sos pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 € 0 6 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0	0 C 514 615 C 0 C 58 362 089 C 1 1017 018 C 0 C 0 C 0 C 115 960 C 1150 538 C 0 C 71 371 C 0 C 135 281 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 € 243 856 € 0 € 185 987 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	\$8 624 C 0 C -5 851 C 0 C 0 C 53 139 460 C 825 750 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 115 960 € 936 710 € 193 856 € 0 € 197 542 € 0 € 0 € 4 284 334 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 155 960 € 903 281 € 168 856 € 0 € 188 320 € 188 320 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 0 € 115 960 € 869 853 € 143 856 € 0 € 189 098 € 19 096 € 0 € 0 € 1 500 957 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602 143 1 170
outras variações no Património tesultado líquido do periodo lividendos antecipados interesses que não controlam P. P. Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos ornecedores de investimentos ornecedores tesponsabilidade por beneficio liferimentos obtidos ornecedores tesponsabilidade por beneficio liferimentos de investimentos obtutras contas a pagar Passivo corrente redores por transferências e rornecedores de investimentos de clientes, con stado e outros entes públicos (cionistas / Socio / Associado inanciamentos de cinetes ornecedores de investimentos purceas contas a pagar procedores de investimentos purceas contas a pagar porterimentos de contras a pagar porterimentos porterimentos de contras a pagar porterimentos processors de investimentos porterimentos processors de contras a pagar porterimentos precisiones de contras a pagar porterimentos precisiones de contras a pagar porterimentos processors de contras a pagar porterimentos precisiones de contras a pagar porterimentos precisiones de contras a pagar porterimentos precisiones de contras a pagar porterimentos processors de contras a pagar porterior	Total do Património Líquic ASSIVO s so pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes so s	537 065 € 0 € 0 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 11 5 960 € 10 3 646 € 0 € 233 849 € 0 € 0 € 0 € 0 €	0 € 514 615 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 11 50 538 € 0 € 71 371 € 135 281 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 103 567 € 103 567 € 243 856 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 970 138 € 218 856 € 0 € 0 € 0 € 0 € 25 8428 € 0 € 0 € 5 842 € 6 € 0 € 0 € 6 € 6 € 6 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 € 193 856 € 0 € 0 € 194 8434 € 0 € 0 € 195 542 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 903 281 € 0 € 188 856 € 188 320 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 €	58 624 C 0 C 433 868 E 0 C 0 C 53 843 030 C 725 465 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 869 853 C 143 856 C 189 098 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 0 € 10 € 0 € 115 960 € 138 86 € 0 € 196 074 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	282 61 4 822 59 031 458 28 115 602 143 1 170
outras variações no Património tesultado liquido do periodo bividendos antecipados interesses que não controlam P / Passivo não corrente revisões inanciamentos obtidos ormecedores de investimentos ormecedores de investimentos obtidos ormecedores por tenedicio liderimentos apasivos por impostos diferidos outras contas a pagar Passivo corrente credores por transferências e cornecedores de investimentos de cilentes, con istado e outros entes públicos cicionistas / Sócios / Associado inanciamentos obtidos formecedores de investimentos obtidos formecedores de investimentos outras contas a pagar piferimentos prierimentos pagar policimentos de cilentes, con sector de la contacto de contacto de la contac	Total do Património Líquic ASSIVO s so pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes so s	537 065 € 0 € 0 € 0 53 176 539 € 0 6 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0 6 0	0 C 514 615 C 0 C 58 362 089 C 1 1017 018 C 0 C 0 C 0 C 115 960 C 1150 538 C 0 C 71 371 C 0 C 135 281 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 € 243 856 € 0 € 185 987 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	\$8 624 C 0 C -5 851 C 0 C 0 C 53 139 460 C 825 750 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 115 960 € 936 710 € 193 856 € 0 € 197 542 € 0 € 0 € 4 284 334 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 155 960 € 903 281 € 168 856 € 0 € 188 320 € 188 320 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 0 € 115 960 € 869 853 € 143 856 € 0 € 189 098 € 19 096 € 0 € 0 € 1 500 957 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 €	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602 143 1 170
Outras variações no Património Resultado líquido do periodo Dividendos antecipados interesses que não controlam P. P. Passivo não corrente Provisões Ranciamentos obtidos Fornecedores de investimentos Profrecedores Responsabilidade por beneficio	Total do Património Líquic ASSIVO S subsidios concedidos ntribuintes e utentes is s sara negociação	537 065 € 0 € 0 € 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 115 960 € 1 125 872 € 10 6 € 233 849 € 0 € 4 363 755 € 668 € 0 €	0 € 514 615 € 0 € 58 362 089 C 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 17 560 € 1150 538 € 0 € 71 371 € 0 € 0 € 0 € 0 € 135 281 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 103 567 € 103 567 € 243 856 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	58 624 € 0 € -5 851 € 0 € 0 € 53 139 460 € 825 750 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 970 138 € 218 856 € 0 € 0 € 0 € 0 € 25 8428 € 0 € 0 € 5 842 € 6 € 0 € 0 € 6 € 6 € 6 €	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 936 710 € 193 856 € 0 € 0 € 194 8434 € 0 € 0 € 195 542 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	58 624 € 0 6 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 903 281 € 0 € 115 960 € 903 282 € 0 € 0 € 0 € 3 0 € 3 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 €	58 624 C 0 6 433 868 6 0 C 0 C 53 843 030 C 725 465 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 869 853 C 143 856 C 0 C 199 088 C 0 C 0 C 150 957 C	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 0 € 10 € 0 € 115 960 € 138 86 € 0 € 196 074 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602 143 1 170
putras variações no Património esultado liquido do período bividendos antecipados interesses que não controlam P / Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos ormecedores de investimentos ormecedores esponsabilidade por beneficio liferimentos assivos por impostos diferidos utras contas a pagar Passivo corrente credores por transferências e correctores de cilentes, con stado e outros entes públicos cilentes / Sócios / Hosociados inanciamentos de dientes públicos criencedores de investimentos outras contas a pagar liferimentos de diferimentos designados pagar sobre financiamentos detidos passivos financiaros detidos passivos financia	Total do Património Líquic ASSIVO s so pós-emprego s Subtot subsídios concedidos ntribuintes e utentes so s	537 065 € 0 € 0 € 53 176 539 € 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 115 960 € 1 125 872 € 10 6 € 233 849 € 0 € 4 363 755 € 668 € 0 €	0 € 514 615 € 58 362 089 € 1 017 018 € 0 € 0 € 0 € 0 € 1150 538 € 0 € 71 371 € 0 € 135 281 € 0 € 130 9 € 1 309 €	0 € 375 958 € 0 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 € 0 € 24 428 € 0 € 7 157 431 € 668 € 0 €	58 624 C 0 C -5 851 C 0 C 0 C 53 139 460 C 825 750 C 0 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 970 138 C 186 765 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	58 624 € 0 € 62 323 € 0 € 0 € 53 295 585 € 792 322 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 193 856 € 0 € 187 542 € 0 € 0 € 4 284 334 € 668 € 0 €	58 624 € 0 € 129 609 € 0 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 903 281 € 0 € 168 856 € 0 € 188 320 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 143 856 € 0 € 149 998 € 0 € 0 € 1 500 957 € 668 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 € 143 856 € 0 € 0 € 0 € 196 074 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	282 61 4 822 59 031 9 458 28 115 602 143 1 170
putras variações no Património esultado liquido do periodo bividendos antecipados interesses que não controlam P / Passivo não corrente rovisões inanciamentos obtidos ormecedores de investimentos ormecedores esponsabilidade por beneficio liferimentos assivos por impostos diferidos utras contas a pagar Passivo corrente credores por transferências e correctores de clientes, con stado e outros entes públicos cionistas / Sócios / Hosociado inanciamentos de clientes, con stado e outros entes públicos cionistas / Sócios / Hosociados orrecedores de investimentos outras contas a pagar liferimentos decidos passivos financiaros detidos passivos financia	Total do Património Líquic ASSIVO S subsidios concedidos ntribuintes e utentes is s sara negociação	537 065 € 0 0 € 0 53 176 539 € 0 992 957 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 16 955 € 115 960 € 1125 872 € 0 € 233 849 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	0 € 514 615 € 10 17 018 € 0 € 10 17 018 € 0 € 0 € 0 € 11 5960 € 11 5950 € 11 5950 € 11 5950 € 13 281 € 0 € 70 1660 € 13 99 €	0 € 375 958 € 0 € 53 433 319 € 859 179 € 0 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 1 003 567 € 1 65 987 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	\$8 624 C 0 C -5 851 C 0 C 0 C 53 139 460 C 825 750 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 28 428 C 115 960 C 970 138 C 0 C 218 856 C 0 C 166 765 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	58 624 C 0 C 62 323 C 0 C 0 C 53 295 585 C 792 322 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 115 960 C 936 710 C 193 856 C 0 C 175 542 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0 C 0	58 624 € 0 6 € 129 609 € 0 € 53 450 821 € 758 893 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 115 960 € 903 281 € 0 € 168 856 € 0 € 188 320 € 0 € 3 011 132 € 668 € 0 €	58 624 € 0 € 433 868 € 0 € 0 € 53 843 030 € 725 465 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 115 960 € 869 853 € 0 € 143 856 € 0 € 189 098 € 0 € 1 500 957 € 668 € 0 €	282 992 € 59 834 € 0 € 414 639 € 0 € 0 € 54 233 513 € 591 751 € 0 € 0 € 0 € 28 428 € 115 960 € 736 139 € 143 856 € 0 € 0 € 0 € 140 774 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0	282 61 4 822 59 031 9

Quadro 20 - Balanço

7.3.3 Demonstração de Resultados por Natureza

Os pressupostos que suportam o orçamento apresentados são os seguintes:

• Tendo em conta a especifidade da atividade da EDM, o volume de negócios ajustado, composto por "vendas e prestações de serviços", "trabalhos para a própria entidade" e "Outros rendimentos e ganhos", registam uma evolução



- positiva no triénio, sendo que em 2027 se perspetiva a venda do stock do concentrado de urânio.
- Os "trabalhos para a própria entidade" referem-se à componente interna dos investimentos a realizar nas candidaturas ao PT2030, bem como nos projetos de prospeção e pesquisa;
- Os "custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" correspondem às existências de concentrado de urânio registadas em inventários de mercadorias e aos custos de transação.
- Os "outros rendimentos e ganhos" incluem rendimentos provenientes de rendas de imóveis e a remuneração de capital associada ao contrato de concessão de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas;
- Os "FSE" compreendem os encargos com a manutenção das instalações, energia elétrica relativa a monitorizações, consultoria e trabalhos especializados, entre outros:
- Os "gastos com pessoal" referem-se aos órgãos sociais e ao quadro de pessoal;
- Os "juros e rendimentos similares" englobam a remuneração dos depósitos e outras aplicações, num quadro atual das taxas aplicadas pelo IGCP, onde estão colocados todos os depósitos; uma vez que a empresa não recorre a financiamentos não há lugar a referências às taxas médias aplicáveis.
- Os" outros gastos e perdas" consideram os valores dos impostos e outros gastos.

20.000.000 € 0 € 2.500 € 36.000 € Prestações de serviços 79.483 € 155.000 € 5.000 € 7.500 € 10.000 € 10.000 € Transferências e subsídios correntes à exploração obtido 58.929 € Rendimentos/Gastos imputados de entic associadas e empreendimentos conjunto Variação de inventários da produção -152.657 € 21.923 € 31.354 € 124.954 € 59.552 € -107.678 € -130.167 € 104.268 € Trabalhos para a própria entidade 1.150.000 € 955.461 € 1.000.000 € -14.631.185 € Fornecimentos e serviços externo -572.002 € 616.729 € -509.973 € -131.191 € -262.381 € 393.572 € -524.763 € -538.406 € -551.867 € Gastos com pessoal 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € Imparidades de inventários (perdas/reversões) Imparidade de dívidas a receber (perdas/revei Provisões (aumentos/reduções) 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões) Aumentos / reduções de justo valor 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 0 € 295.375 € Outros rendimentos e ganhos 886.125 € 1.181.500 € 1.183.798 € 1.234.049 € 1.225.291 € 1.184.328 € 590.750 € 1.182.657 € 43.200 € 49.721 € 49.721 € -43.601 € -11.250 € -33.750 € -45.000 € 52,500 € 630.288 € 630.610 € Juros e rendimentos similares obtidos 3.936 € 350 € 1.196 € 375 € 750 € 1.125 € 1.500 € 1.500 € 1.500 €

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Quadro 21 – Demonstração Individual dos Resultados por Natureza

7.3.4 Eficiência Operacional

No que respeita ao rácio" Gastos Operacionais/Volume de Negócios", considerando nos rendimentos as rúbricas de "Vendas", "Prestações de Serviços", "Trabalhos para a Própria Entidade" e a globalidade dos "Outros Rendimentos", como se explicita quadro

seguinte, prevê-se a seguinte evolução, tendo a consideração a contratação de um técnico superior em 2025, mediante a respetiva autorização:

Eficiência energaional	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-2	2024)
Eficiência operacional	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-1.662.118	-1.630.168	-1.630.168	-1.708.905	-1.753.336	-16.428.355	-78.737	-4,8%
CMVMC	0	0	0	0	0	-14.631.185	0	
FSE	-572.002	-509.973	-509.973	-524.763	-538.406	-551.867	-14.789	-2,9%
Gastos com pessoal	-1.090.117	-1.120.194	-1.120.194	-1.184.142	-1.214.930	-1.245.303	-63.948	-5,7%
Impactos decorrentes de obrigações legais*								
Impacto A								
Impacto								
Gastos operacionais ajustados	1.662.118	1.630.168	1.630.168	1.708.905	1.753.336	16.428.355	78.737	4,8%
Volume de negócios	79.483	36.000	36.000	10.000	10.000	20.020.000	-26.000	-72,2%
Vendas	0	0	0	0	0	20.000.000	0	
Prestações de Serviços	79.483	36.000	36.000	10.000	10.000	20.000	-26.000	-72,2%
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)								
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	2.189.510	2.275.291	2.085.551	2.181.500	2.282.657	2.333.798	95.949	4,6%
Trabalhos para própria entidade	955.461 €	1.050.000 €	901.223 €	1.000.000 €	1.100.000 €	1.150.000 €		
Outros rendimentos e ganhos	1.234.049 €	1.225.291 €	1.184.328 €	1.181.500 €	1.182.657 €	1.183.798 €		
Volume de Negócios ajustado	2.268.993	2.311.291	2.121.551	2.191.500	2.292.657	22.353.798	69.949	3,3%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	73%	71%	77%	78%	76%	73%	0,01	

Quadro 22 – Eficiência Operacional

7.3.5 Evolução de Rubricas Específicas dos Fornecimentos e Serviços Externos

O total dos gastos com FSE-Fornecimentos e Serviços Externos estão no patamar mínimo admissível sem comprometer os objetivos da empresa e refletem reduções em 2024 face a 2023 de aproximadamente 10%. Em 2025 os gastos com FSE refletem a evolução de preços prevista.

Datallas de Fernasimentes e services externes	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025-	2024)
Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Fornecimentos e serviços externos (1)	511.785	546.219	445.923	455.567	467.519	479.383	9.644	2%
Fornecimentos e serviços externos (2)	0	0	0				0	
Fornecimentos e serviços externos (3)	0	0	0				0	
Fornecimentos e serviços externos ()	0	0	0				0	
Deslocações e alojamento	3.636	5.351	3.500	3.591	3.681	3.765	91	3%
Ajudas de custo	0	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	0	0%
Associados à frota automóvel	39.590	41.397	40.550	41.604	42.644	43.625	1.054	3%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	16.991	25.262	18.500	22.500	23.063	23.593	4.000	22%
TOTAL	572.002	619.729	509.973	524.763	538.406	551.867	14.789	3%

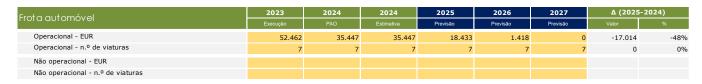
Fonte: Proposta de PAO para 2025-2027

Quadro 23 – Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos com o conjunto das rúbricas "deslocações e alojamento", "ajudas de custo" e "associados à frota automóvel" em 2025 face a 2024 estão em linha com a inflação prevista.

Os gastos com a "Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria" no triénio, acompanham a taxa prevista da inflação.





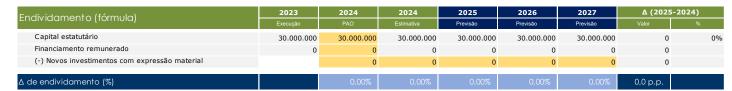
Quadro 24 - Frota Automóvel

O número de viaturas operacionais da frota automóvel não sofre alteração. Em 2023 foi adquirida 1 viatura operacional por substituição de outra, cuja elevada quilometragem e gastos de conservação se revelavam desajustados, comprometendo a segurança e a sustentabilidade ambiental (emissão de poluentes), prevendo-se a renovação de outra viatura em 2025, com base nas autorizações anteriores.

7.3.6 Endividamento

Não existe, no momento, passivo bancário nem outros financiamentos como leasing ou ALD. O passivo existente resulta da atividade corrente da empresa e do relacionamento normal com fornecedores e outras entidades, bem como dos adiantamentos recebidos por conta de projetos a realizar.

Não há, neste contexto, qualquer previsão de aumento do endividamento bancário.



Quadro 25 - Endividamento

7.3.7 Indemnizações Compensatórias e Subsídios

Não existe, quaisquer montantes de indemnizações compensatórias ou subsídios.

7.3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

								Unidade	
Rubricas	Notas 2023	2024	2024	1.ºT2025	2.ºT2025	3.ºT2025	4.ºT2025	2026	2027
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais									
Recebimentos de clientes	861.069 €	929.900 €	784.620 €	199.725,00 €	399.450,00 €	599.175,00 €	798.900,00 €	798.900,00 €	20.020.000,00
Recebimentos de contribuintes	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00
Recebimentos de utentes	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores	-532.502 €	-636.729 €	-501.996 €	-122.190,66 €	-244.381,32 €	-366.571,97 €	-488.762,63 €	-502.406,46 €	-1.015.866,62
Pagamentos ao pessoal	-991.650 €	-1.150.608 €	-1.145.971 €	-296.035,53 €	-592.071,07 €	-888.106,60 €	-1.184.142,13 €	-1.214.929,83 €	-1.245.303,07 €
Caixa gerada pelas operações	- 663.083 €			-218.501,19 €	-437.002,38 €	-655.503,57 €	-874.004,76 €	-918.436,29 €	17.758.830,31 €
Outros recebimentos/pagamentos	-1.685.348 €	16.359 €	104.653 €	-53.774,83 €	-107.549,66 €	-161.324,48 €	-215.099,31 €	-204.841,83 €	-203.518,38
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	- 2.348.430 €	- 841.078 €	- 758.694 €	-272.276,02 €	-544.552,04 €	-816.828,05 €	-1.089.104,07 €	-1.123.278,12 €	17.555.311,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento									
Pagamentos respeitantes a:									
Ativos fixos tangíveis	-68.059 €	-720.000 €	-5.875 €	-31.250,00 €	-62.500,00 €	-93.750,00 €	-125.000,00 €	-475.000,00 €	-75.000,00 €
Ativos intangíveis	-5.752.723 €	-9.288.000 €	-3.603.370 €	-5.795.425,12 €	-11.590.850,24 €	-17.386.275,36 €	-23.181.700,48 €	-17.796.449,89 €	-14.419.100,00 €
Propriedades de investimento	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ativos	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00
Recebimentos provenientes de:									
Ativos fixos tangíveis	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	4.349.732 €	7.875.961 €	6.836.894 €	3.311.127,00 €	6.622.254,00 €	9.933.381,00 €	13.244.508,00 €	15.107.513,40 €	12.333.296,45 €
Propriedades de investimento	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ativos	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências de capital	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	6.335 €	350 €	4.870 €	375,00 €	750,00 €	1.125,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €
Dividendos	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	- 1.464.715 €	- 2.131.689 €	3.232.519 €	-2.515.173,12 €	-5.030.346,24 €	-7.545.519,36 €	-10.060.692,48 €	-3.162.436,49 €	-2.159.303,55 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento)								
Recebimentos provenientes de:									
Financiamentos obtidos	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0.00 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
capital Cobertura de prejuízos									
Doações	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos									
Juros e gastos similares	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dividendos		0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e outros instrumentos de capital	-4.515.768 €	0€	-106.070 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0 €	0€	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0 €	0 €	0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	- 4.515.768 €	- ε	- 106.070 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c		- 2.972.767 €	2.367.755 €	-2.787.449,14 €	-5.574.898,28 €	-8.362.347,41 €	-11.149.796,55 €	-4.285.714,61 €	15.396.008,38 €
Caixa e seus equivalentes no início do período Caixa e seus equivalentes no fim do período	35.938.413 € 27.609.499 €	29.121.891 € 26.149.124 €	27.609.499 € 29.977.254 €	29.977.253,62 € 27.189.804,48 €	29.977.253,62 €	29.977.253,62 € 21.614.906,21 €	29.977.253,62 €	18.827.457,07 €	14.541.742,46 €

Quadro 26 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

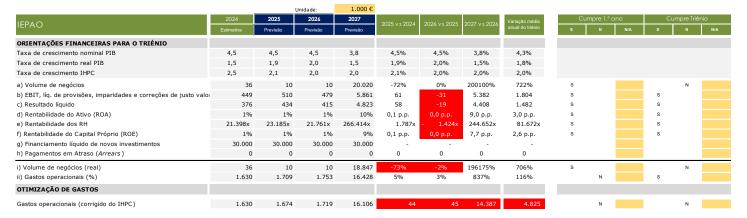
A evolução de tesouraria refletida no mapa previsional dos Fluxos de Caixa traduz as estimativas de investimentos e de fontes de financiamento e tem como pressuposto o atual prazo de pagamento a fornecedores inferior a 30 dias, a que se refere a RCM nº 34/2008, e conforme se evidencia a seguir:

Outros	2023	2024	2024	2025	2026	2027	Δ (2025	5-2024)
Collos	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	30	20	20	20	20	20	0	0%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 27 – Prazo Médio de Pagamentos

7.3.9 Orientações para o Triénio 2025-2027

No que se refere ao cumprimento das orientações para o triénio 2025-2027 conforme expresso no quadro abaixo, temos a referir o seguinte:



Quadro 28 - Instrumentos Previsionais de Gestão

A alínea a) Volume de negócios, é apresentado o somatório das "Vendas" e "Prestação de Serviços", o qual corresponde ao Volume de negócios não ajustado. Conforme referido anteriormente, a EDM face à sua especificidade considera nos "Rendimentos" (Volume de Negócios) as rúbricas de "Vendas e Prestações de Serviços", "Trabalhos para a Própria Empresa" e a globalidade dos "Outros Rendimentos e Ganhos", conforme indicado na alínea i) Volume de negócios (real).

Os Gastos operacionais compreendem os FSE e os Gastos com o Pessoal. A contratação mediante respetiva autorização de 1 trabalhador em 2025 contribui para o aumento dos Gastos com Pessoal em 2025, com impacto no total dos Gastos operacionais nesse ano e seguintes.

7.3.10 Rácios Financeiros

Rácios Financeiros	Formúla	2023	2024	2025	2026	2027
Racios financeiros	Formula	Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	856%	1369%	5551%	5237%	30%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		1%	1%	1%	10%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		1%	1%	1%	9%
Passivo total	Passivo/Ativo	10%	14%	5%	4%	5%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	8%	12%	3%	2%	4%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	90%	86%	95%	96%	95%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1040%	667%	2400%	2978%	1733%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	30.014	21.398	23.185	21.761	266.414

Quadro 29 - Rácios Financeiros

7.3.11 Acompanhamento e Controle

O programa de atividades e orçamento será objeto de acompanhamento a 2 níveis:

- Mensalmente, através de um sistema informático automático que permite o acompanhamento mensal do mapa de rendimentos e gastos, com comparações com os valores do orçamento do mês, acumulado e com estimativas até ao final do ano, além da apresentação de fluxos de caixa mensais;
- Trimestralmente, em que para além dos mapas de acompanhamento e controle mensal se apresentam demonstrações de resultados trimestrais, bem como os respetivos mapas de balanços trimestrais e fluxos de caixa trimestrais.

O sistema de acompanhamento trimestral é objeto de comunicação ao acionista através das respetivas inserções no SISEE e ao Fiscal Único, que elabora o respetivo parecer trimestral e os mapas de controlo mensal são apreciados a nível do Conselho de Administração.

O modelo definido é suficiente para evidenciar desvios e permitir os ajustamentos que se revelem necessários para a consecução dos objetivos do Plano de Atividades e Orçamento.

8 Quadro Síntese de Autorizações Requeridas

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Ponto do PAO correspondent e
Substituição de 1 viatura em 2024	Dado desgaste, a idade, os quilómetros e as emissões das viaturas da EDM, justifica-se a cadência de substituição uma viatura por ano.	Despacho n.º 1011/2021-SET	7.3.5
Contratação de 1 técnico superior	Fazer face ao aumento de investimento e compensar a ausência do Diretor Técnico		Ponto 6

Lisboa, 19 de setembro de 2024

O Conselho de Administração

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente

Zélia do Rosário do Vale Estêvão, Vogal